

**Ser Joven en Sudamérica
Diálogos para la construcción
de la democracia regional**

iBase
Centro de Estudios Sociales



Ser Joven en Sudamérica Diálogos para la construcción de la democracia regional

Anna Luiza Salles Souto
Cecilia López
Cecilia Tomassini
Dana Borzese
Diego Segovia
Eliane Ribeiro
Felipe Ghiardo
Héctor Solórzano
Helena Wendel Abramo
Itamar Silva
Lilián Celiberti
Mariana Castaings
Mariana Fossatti
Mario Yapu
Maurício Santoro
Maximiliano Duarte
Oscar Dávila
Patrícia Lânes
Paulina Mora
Regina Reyes Novaes
Roberta Ruiz
Verónica Filardo

REGISTRO DE PROPIEDAD INTELECTUAL: 175.076

ISBN: 978-956-319-563-7

Ser Joven en Sudamérica. Diálogos para la construcción de la democracia regional

© Una publicación de IBASE, PÓLIS y Ediciones CIDPA

Primera edición, noviembre de 2008

De esta primera edición se tiraron 3.000 ejemplares

Edición al cuidado de Oscar Dávila, Centro de Estudios Sociales CIDPA

Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE)

Av. Río Branco 124 Piso 8 Río de Janeiro Brasil

Sitio Web: WWW.IBASE.BR

Fono: (55-21) 2178.9400

Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais (PÓLIS)

Rua Araújo 124 Vila Buarque São Paulo Brasil

Sitio Web: WWW.POLIS.ORG.BR

Fono: (55-11) 2174.6800

Centro de Estudios Sociales CIDPA

Condell 1231 Valparaíso Chile

Sitio Web: WWW.CIDPA.ORG

Fono: (56-32) 259.69.66

Apoyo: Centro de Investigaciones para el Desarrollo Internacional (IDRC)

Diseño, portada y fotografías: GONZALO BRITO, Área Comunicaciones CIDPA
Fotografía portada e interiores, Carnaval de los Mil Tambores, Valparaíso, 3 de octubre de 2008

Corrección de textos: JUAN VARGAS CISTERNAS y ANACRIS BITTENCOURT

Impresión: Productora Gráfica Andros. Fono: (56-2) 555.87.33 Santiago

HECHO EN CHILE / PRINTED IN CHILE

ÍNDICE

<i>Apresentação</i>	9
ITAMAR SILVA y ANNA LUIZA SALLES SOUTO	
<i>O espaço da pesquisa</i>	11
ELIANE RIBEIRO y PATRÍCIA LÂNES	
<i>Visiones sobre la juventud en Argentina: de los problemas a los derechos</i>	21
DANA BORZESE, CECILIA LÓPEZ y ROBERTA RUIZ	
<i>Ser joven y percepción sobre diferencias y desigualdades en Bolivia</i>	43
MARIO YAPU	
<i>Que é ser jovem no Brasil hoje? Ou a construção militante da juventude</i>	77
HELENA WENDEL ABRAMO	
<i>Construcción de juventudes, discursos y prácticas sociales</i>	101
FELIPE GHIARDO, OSCAR DÁVILA, PAULINA MORA y HÉCTOR SOLÓRZANO	
<i>Dialéctica de las juventudes paraguayas</i>	127
DIEGO SEGOVIA	
<i>Juventudes: un concepto, varios mundos</i>	161
LILIÁN CELIBERTI, VERÓNICA FILARDO, MARIANA CASTAINGS, MAXIMILIANO DUARTE, MARIANA FOSSATTI y CECILIA TOMASSINI	
<i>Ser jovem na América do Sul: um epílogo</i>	181
REGINA REYES NOVAES y MAURÍCIO SANTORO	
<i>Sobre los autores y autoras</i>	211

APRESENTAÇÃO

COM O OBJETIVO DE AMPLIAR e impulsionar reflexões, conhecimentos e experiências no âmbito da juventude sul-americana, as instituições IBASE, PÓLIS e CIDPA têm o prazer de apresentar este livro, que reúne um conjunto de artigos cuja atenção se volta às distintas configurações que se produzem no campo das juventudes sul-americanas.

O estudo que serviu de base à publicação faz parte da pesquisa «Juventude e integração sul-americana: diálogos para construir a democracia regional», que vem sendo realizada desde 2007, por meio de uma rede que congrega parceiros institucionais de seis países: Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai.

Na primeira etapa da pesquisa, por meio de um amplo estudo qualitativo, foram levantadas as principais demandas que mobilizam e aproximam os(as) jovens da região, designadamente originários de grupos juvenis organizados. As demandas apontadas foram: educação, trabalho, cultura, meio-ambiente, segurança e mobilidade.

O foco dos artigos aqui reunidos recai na segunda etapa do estudo, que privilegiou uma escuta qualificada, por meio da realização de 36 grupos focais com jovens participantes de grupos organizados, buscando ampliar a compreensão das demandas juvenis formuladas; as percepções dos atores jovens a respeito da própria categoria juventude; das suas questões e necessidades; assim como das respostas que se desenham, até mesmo

das políticas públicas; e das percepções a respeito das possibilidades de construção de uma agenda comum aos(às) jovens da América do Sul.

Cada país elegeu um recorte para proceder sua análise, evidenciando pluralidade de concepções e dando oportunidade ao público leitor de fazer confrontos que potencializem o debate em torno da categoria juventude, com distintos aportes reflexivos e conceituais. Os relatórios integrais de cada país participante do estudo encontram-se à disposição em o site web www.juventudesulamericanas.org.br, bem como nos *sites* das instituições parceiras.

Apresentamos esta coletânea como resultado de um trabalho coletivo, que privilegia o diálogo fecundo entre conhecimento e construção de políticas públicas, considerando ser a juventude hoje um ator fundamental para o fortalecimento de uma democracia cidadã e participativa na América do Sul.

ITAMAR SILVA (IBASE)
ANNA LUIZA SALLES SOUTO (PÓLIS)

RIO DE JANEIRO – SÃO PAULO
OCTUBRO DE 2008

O ESPAÇO DA PESQUISA

ELIANE RIBEIRO

PATRÍCIA LÂNES

APOSTAR EM DESENHOS DE PESQUISA que busquem reconhecer as múltiplas faces dos(as) jovens sul-americanos(as), suas formas de organização e luta, suas distintas condições juvenis, seus dilemas, desafios, ambigüidades, medos, tensões, sonhos e desejos de futuro torna-se fundamental para impulsionar e potencializar os estudos sobre o campo da juventude na região. Busca-se, assim, contribuir para a produção de um conhecimento que possa repercutir de imediato em um conjunto de ações públicas qualificadas.

Para tanto, o acúmulo de conhecimento consistente sobre as realidades das diversas juventudes sul-americanas e a ampliação da visibilidade de suas demandas específicas e das formas pelas quais vêm se organizando e atuando para intervir politicamente são essenciais para a construção de novos subsídios que contribuam na formulação e implementação de políticas públicas de juventude. Nessa perspectiva, conteúdo e forma devem caminhar articulados, tendo as metodologias lugar de destaque para que instituições de pesquisa e pesquisadores(as) afirmem seu comprometimento com o «objeto» e —mesmo sem qualquer pretensão de «neutralidade»— se imponham o desafio de buscar expedientes para não ficar aquém do que se pode conhecer, garantindo, sobretudo, a qualidade das informações recolhidas.

Para viabilizar tais estudos, a pesquisa em pauta, além de optar pela parceria com um conjunto de instituições e pesqui-

sadores(as) de seis países da América do Sul,¹ apostando na aproximação entre acúmulos diferenciados de saberes, diversos olhares e distintas realidades; combinou caminhos metodológicos capazes de reunir uma série de estratégias de pesquisa, permitindo compreender com maior profundidade as relações existentes entre juventudes, gerações, políticas públicas, democracia, política e transformações sociais.

Nessa perspectiva, os artigos que conformam esta publicação nascem da análise do material coletado por meio da técnica de pesquisa chamada de *grupo focal*, que ouviu coletivos juvenis de diferentes tipos (movimentos sociais, organizações políticas, organizações não-governamentais, projetos sociais, movimentos culturais, sindicais, identitários etc.) e mediadores² desses grupos, sobre o campo de possibilidades de agregação/organização social dos(as) jovens da América do Sul, no âmbito da pesquisa «Juventude e integração sul-americanas: diálogos para a construção da democracia regional».

Cada país realizou, no primeiro semestre de 2008, quantitativo de grupos previamente deliberado, ou seja, Brasil (12 grupos); Argentina (7 grupos); Uruguai (4 grupos); Bolívia (6 grupos); Paraguai (3 grupos) e Chile (4 grupos), sendo cada grupo composto por integrantes de um mesmo segmento.³

1 Entre elas, destacam-se aquelas que foram responsáveis pela coordenação da pesquisa em cada um dos países envolvidos: Fundación SES (Argentina), U-PIEB (Bolívia), Ibase e Instituto Pólis (Brasil), CIDPA (Chile), BASE-IS (Paraguai) e Cotidiano Mujer e GEUG-FCS (Uruguai).

2 Exemplo de mediadores qualificados, representantes do mundo adulto: especialistas no tema da juventude; professores(as) e pesquisadores(as); dirigentes sindicais e de partidos políticos; gestores(as) governamentais; representantes de organismos não-governamentais e organismos internacionais, entre outros.

3 Em geral, cada grupo contou com a participação de 10 a 15 jovens, originários do mesmo segmento, ou seja, estudantes com estudantes, jovens de partidos políticos com jovens de partidos políticos, etc. Todos os grupos seguiram o mesmo roteiro para o grupo focal proposto pela coordenação técnica da pesquisa e acordado pela rede de pesquisadores(as).

Cabe ressaltar, entretanto, que os resultados dos *grupos focais* realizados nestes seis países serão posteriormente cotejados tanto com o estudo anterior realizado, baseado em «situações-tipo e organizações sociais» (que se valeu de entrevistas individuais e coletivas, observação direta, grupos de discussão e dados secundários), quanto com os resultados do *survey* e dos *Grupos de Diálogo* que os sucederão.

Trata-se, portanto, de lançar mão de um conjunto de recursos técnico-metodológicos para melhor compreender a realidade e as aspirações do segmento juvenil da população de nossos países, a partir de múltiplas entradas, de onde é possível ouvir e reconhecer jovens organizados e não-organizados, os já citados mediadores (pessoas adultas ou jovens com posições diferenciadas dentro do mesmo campo) e a população em geral dos diferentes países envolvidos. Neste contexto, ampliar a compreensão significa, também, diluir —ao menos um pouco— os conhecidos antagonismos entre objetividade e subjetividade, promovendo uma articulação que é tão essencial para entender a experiência geracional.

Certamente, a combinação entre diferentes técnicas de pesquisa no estudo de um mesmo fenômeno social proporciona maior amplitude em sua explicação e compreensão. Explorar a complementaridade entre diferentes abordagens qualitativas e entre pesquisas qualitativas e quantitativas pode permitir contrabalançar os limites de uma técnica com o alcance de outras, apostando nas potencialidades de cada uma.

Como toda técnica que visa à produção de conhecimento, sobretudo, por meio das exigências do método científico, o *grupo focal* tem sido utilizado com ênfases e objetivos variados —também— não representa por si nenhuma garantia de objetividade e eficácia. Por isto mesmo, trata-se de reconhecer seus alcances e limites, estabelecendo diálogos com outras fontes de informação acionadas no mesmo processo de produção de conhecimento.

Em comparação com as pesquisas quantitativas, os grupos focais —assim como outras técnicas qualitativas— questionam a idéia de que questões formalmente idênticas tenham o mesmo significado para indivíduos diferentes (Palmeira, 1977). Vistos por esse ângulo, para além das médias e tendências estatísticas, os grupos focais oferecem oportunidade de maior aproximação das diferenças internas; para o inventário do estoque de argumentos e para a apreensão de opiniões e emoções de um determinado grupo ou segmento social. Em outras palavras, permitem a obtenção de informação sobre percepções, sentimentos e atitudes do ponto de vista dos(as) interessados(as), possibilitando respostas abertas, sem limitações de escolha que caracterizam os questionários.

Já comparando com outras técnicas qualitativas, os grupos focais criam situações «menos controladas» por entrevistadores(as) e também pelos(as) entrevistados(as).⁴ Pierre Bourdieu nos lembra que todas as pessoas entrevistadas desenvolvem «estratégias de apresentação social», acionando imagens e argumentos que revelam como querem ser vistas. Certamente, os indivíduos que participam dos grupos focais também acionam tais estratégias. Porém, a formação de um grupo produz efeitos que não se dão em entrevistas individuais. Sinergias e contradições produzem interações sociais inéditas e observações de primeira mão. É isto que se busca nos grupos focais: não o consenso e sim a emergência de múltiplas opiniões. O grupo é uma forma de compartilhar e cotejar idéias e valores. Por meio dele, não só temos acesso às palavras dos(as) jovens entrevistados(as), como também podemos identificar virtualidades e nuances do discurso a partir das relações estabelecidas durante sua realização.

4 No texto intitulado «A ilusão bibliográfica», Pierre Bourdieu, sem descartar a validade do uso das histórias de vida em Ciências Sociais, chama a atenção para a cumplicidade entre pesquisador e pesquisado em estabelecer estrategicamente a seqüência de eventos e «singularidade» de uma determinada trajetória individual.

Abramovay e Ruas lembram que:

Neste tipo de trabalho os entrevistados falam, dividem opiniões, discutem, trazendo à tona uma série de fatores críticos de determinada problemática, que dificilmente aparecem tanto nos questionários fechados como nas entrevistas individuais abertas. Com isso, o método permite a manifestação de uma grande diversidade de idéias, opiniões, conceitos, mostrando atitudes e valores num ambiente onde os indivíduos interagem como na vida real (Abramovay e Ruas, 2000).

Seguramente, a pergunta traz à tona uma das questões centrais das Ciências Sociais: *o lugar do indivíduo na análise da sociedade*. Norbert Elias, por exemplo, em seu magistral estudo sobre a genialidade de Mozart, convida-nos a enxergar as trajetórias singulares como reflexo das condições históricas e culturais em que se inserem. Para Elias, a liberdade de cada indivíduo está inscrita em uma cadeia de interdependências que o liga aos outros seres humanos, limitando o que é possível decidir ou fazer. Assim se configura o campo de possibilidades socialmente determinado.

Mutatis mudandis, os(as) jovens ouvidos(as) na pesquisa expressam trajetórias individuais que não podem ser compreendidas sem considerar suas experiências coletivas. Por meio da idéia de «campo de possibilidades», é possível contextualizar suas trajetórias, demandas e mapear as formas de agregação possíveis nas sociedades e no tempo histórico em que vivem. Respostas diferentes revelam o estoque de argumentos que os(as) participantes acionam para se expressar e se posicionar. Ou seja, elas irão variar de acordo com as diferenciadas vivências do grupo; os diferentes perfis dos sujeitos participantes; suas trajetórias e inserção social; como a própria dinâmica interativa que se estabelece entre os(as) participantes, tendo pesquisadores(as) e roteiro como mediadores.

Partindo desses pressupostos, os grupos focais foram mapeados com base na primeira etapa da pesquisa, entre jovens com diversos graus de agrupamento e organização, quando levantou-

se as principais demandas por eles(as) apresentadas, que podem ser brevemente resumidas como educação pública, gratuita e de qualidade; trabalho digno/decente; acesso à fruição e produção cultural; segurança e direitos humanos; ecologia; e circulação e mobilidade.

A partir desse primeiro levantamento, foi pensando um leque de tipos de agrupamentos juvenis que pudessem ser pesquisados nos diferentes países, com o objetivo de aprofundar e qualificar as demandas já mapeadas, mas também de ampliar e diversificar tais demandas e os segmentos juvenis inicialmente investigados. Foram eles:

- ❖ Grupos mobilizados (prioritariamente⁵) por demandas relacionadas ao acesso e à qualidade da educação no campo e nas cidades.
- ❖ Grupos mobilizados (prioritariamente) por demandas relativas ao acesso a postos de trabalho e condições de trabalho digno no campo e nas cidades.
- ❖ Grupos mobilizados (prioritariamente) por demandas relacionadas com reconhecimento de identidades culturais, produção artística e acesso a bens culturais.
- ❖ Grupos mobilizados por demandas relativas ao acesso ao transporte público (existência de linhas e/ou subsídios total ou parcial) como pressuposto aos direitos de educação, trabalho e cultura nas cidades e no campo.
- ❖ Grupos mobilizados (prioritariamente) em torno de demandas pela valorização da diversidade (gênero, étnico-racial, orientação sexual, etc.).
- ❖ Grupos, redes e movimentos com demandas que remetem prioritariamente à saúde de jovens.
- ❖ Grupos cujas demandas remetem (prioritariamente) ao combate à violência e afirmação dos direitos humanos (vida segura, segurança pública).
- ❖ Grupos/coletivos juvenis cujas demandas remetem ao cuidado com o meio-ambiente.
- ❖ Movimentos/grupos de jovens que postulam uma «outra globalização» e «um outro mundo possível», questionando o modelo de desenvolvimento vigente.

5 Dizemos «prioritariamente» porque nossas pesquisas já indicaram que as demandas se inter cruzam, o que nos permite falar em demandas comuns com ênfases distintas.

- ❖ Demandas de juventudes partidárias.
- ❖ Demandas de grupos religiosos de jovens.⁶
- ❖ Fóruns e articulações juvenis voltados para a formulação, implantação com participação e controle social de políticas públicas de juventude.
- ❖ Fóruns e articulações juvenis voltadas para a demanda de integração da América do Sul.

A partir da multiplicidade de grupos e segmentos anteriormente apresentados, e considerando as realidades, singularidades e conjunturas dos países envolvidos, cada equipe nacional selecionou segmentos e grupos que julgaram poder ajudar a aprofundar e ampliar as reflexões e análises iniciadas na pesquisa anterior. Sendo assim, os artigos aqui apresentados foram conformados tendo como ponto de partida o primeiro bloco do roteiro elaborado para os grupos focais, em que se buscava investigar a importância e os significados que têm assumido a identidade juvenil em cada um dos países, recolhendo elementos para compreender como os atores juvenis se posicionam nesse campo e que elaborações fazem a respeito.

Partiu-se da pergunta: *O que é ser jovem hoje na Argentina, na Bolívia, no Brasil, no Chile, no Paraguai e no Uruguai?* Quais as percepções desses(as) jovens sobre vantagens e desvantagens que associam à juventude? E quais as mais significativas diferenças e desigualdades entre eles(as)? Os seis países apresentam seus artigos buscando responder, ou melhor, dialogar com essas perguntas a partir de diferentes olhares e ênfases, procurando ficar longe das prescrições ou *diagnósticos classificatórios* (Bourdieu, 1997). Nesse sentido, convidamos os(as) leitores(as) a

6 Nos casos das juventudes partidárias e dos grupos religiosos de jovens, partiria-se dos grupos para indagar sobre suas demandas. Isso porque —como pudemos ver na pesquisa anterior («situações-tipo»), juventudes partidárias, e em outras pesquisas sobre grupos religiosamente motivados—, esses grupos expressam consensos e conflitos intergeracionais internos. Ou seja, disputam espaços de participação para influir nos rumos de partidos e Igrejas aderindo, tensionando ou questionando as demandas que essas instituições reconhecem como importantes para suas juventudes.

integrar esses diálogos, arriscando aproximar realidades e pontos de vista diferenciados, confrontando, identificando, cotejando, mas, sobretudo, procurando *compreender* a dinâmica objetiva e subjetiva que envolve a vida dos(as) jovens sul-americanos(as).

RIO DE JANEIRO (BRASIL), OCTUBRO DE 2008

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, MIRIAM e MARIAS DAS GRAÇAS RUA (2000): «Grupo focal». *Documento de Trabalho*. Brasília.
- BOURDIEU, PIERRE (1986): «A ilusão bibliográfica». In M. A. FERREIRA e J. AMADO: *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV.
- et al. (1997): *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes.
- ELIAS, NORBERT (1995): *Mozart: sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- NOVAES, REGINA e ELIANE ANDRADE (2008): «Grupos focais, considerações sobre usos, alcances e limites de uma técnica de pesquisa». *Documento de Trabalho*. Pesquisa Juventude e Integração Sul-Americana. Rio de Janeiro.
- PALMEIRA, MOACIR (1997): «Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais na *plantation* tradicional». *Revista Contraponto*, Ano 2, N^o2.

Ser Joven en Sudamérica.
Diálogos para la construcción
de la democracia regional



**VISIONES SOBRE
LA JUVENTUD EN ARGENTINA:
DE LOS PROBLEMAS A LOS DERECHOS**

Dana Borzese
Cecilia López
Roberta Ruiz

VISIONES SOBRE LA JUVENTUD EN ARGENTINA: DE LOS PROBLEMAS A LOS DERECHOS

1. INTRODUCCIÓN

QUÉ ES SER JOVEN, QUÉ políticas necesita el sector y qué rol debieran cumplir los y las jóvenes en nuestras sociedades son preguntas que a lo largo de las últimas décadas han sido objeto de distintas interpretaciones tanto desde las conceptualizaciones analíticas como desde las políticas públicas. Así, los debates acerca de la juventud adquirieron relevancia en las agendas públicas. Sin embargo, la manera en que se ha interpretado esta pregunta ha marcado diferentes épocas y formas de intervención, y estas percepciones han permeado a su vez en la forma en que los propios jóvenes se identifican, cristalizando en distintas formas de ser y actuar como tales.

En este artículo nos proponemos desentrañar la relación existente entre las visiones subyacentes sobre la juventud que sostienen los y las jóvenes y los términos en que son formuladas las demandas que son objeto de sus luchas. Partimos del supuesto que existe un campo de la juventud conformado por distintos actores que interactúan en su interior. En este sentido, los y las jóvenes organizados son un agente que despliega distintos tipos de estrategias en función de su propio capital en el campo (Bourdieu, 1990) contribuyendo así a definir qué se entiende por juventud: ¿cuáles son las visiones en juego en nuestro país sobre lo que es ser joven? ¿Los discursos sobre la juventud de los y las jóvenes organizados buscan revertir las

visiones hegemónicas o las reproducen? ¿Qué implicancias tienen estas visiones de la juventud en la construcción de prácticas colectivas y de demandas desde los jóvenes?

En primer lugar, intentamos abordar la construcción sociohistórica de la moratoria social como paradigma hegemónico y vislumbrar cómo se fue encarnando y legitimando a lo largo de la historia en las distintas políticas de Estado. Además de esta visión, analizaremos otras visiones coexistentes y las relaciones entre las distintas visiones y los tipos de demandas juveniles que se habilitan u obturan a partir de las mismas.

En segundo término, a partir de los resultados de los grupos focales rastreamos los modos de representar la juventud que tienen los y las jóvenes con prácticas de participación en torno de ciertas demandas en nuestra sociedad, poniendo especial atención en la diversidad de discursos al interior de este grupo. A partir de las representaciones de los propios jóvenes sobre lo que es ser joven, sus ventajas y desventajas, intentaremos establecer posibles relaciones y articulaciones entre estas visiones y las formas que eligen para encauzar su participación y sus demandas.

Por último, nos interesa poner el acento en las potencialidades de abordar desde las políticas de juventud las visiones y discursos que circulan acerca de la juventud con un sentido constructivo que nos permita fortalecer la construcción de demandas de los y las jóvenes desde una perspectiva de derechos y no ya desde su sola formulación en tanto necesidades o problemas que merecen ser atendidos.

2. LA CONSTRUCCIÓN SOCIOHISTÓRICA DE LAS VISIONES SOBRE LA JUVENTUD

En la actualidad, la visión que hegemoniza el campo de estudio y de desarrollo de políticas acerca de la juventud asocia su significado y su rol social con la idea de «moratoria social», entendida como un período de transición y preparación para la vida

adulta brindado por la posibilidad de postergar exigencias de dicha etapa de la vida —sobre todo las que provienen de la propia familia y el trabajo— y contar con tiempo socialmente legitimado para dedicarse al estudio y la capacitación (Margulis y Urresti, 1996; 1998).

La idea de moratoria social es en algún sentido superadora de las visiones que vinculan a la juventud con criterios biológicos o etarios, ya que incorpora además pautas sociales. Sin embargo, remite a una forma particular de tránsito hacia la vida adulta, posible de ser desarrollada sólo si se cuenta con capitales económicos, culturales y simbólicos que permitan posponer dichas responsabilidades, por lo que en sí misma esta perspectiva excluye a aquellos sectores de la población que no acceden a este tipo de posibilidades, particularmente a los sectores populares.

La construcción de esta visión en tanto hegemónica es resultado de un proceso histórico político con profundas implicancias en el tipo de demandas juveniles,¹ que se articulan a partir de la misma. Dicho proceso se relaciona con el modo en que se ha venido concibiendo en nuestro país el rol social de los y las jóvenes y consecuentemente se han delineado las políticas públicas «de juventud», así como con la simbología que paulatinamente ha ganado terreno en la cultura estética como propia de lo juvenil, su valorización social y su lugar como mercado de consumo.

Respecto de la primera de estas temáticas, en el plano de la conceptualización y la construcción de las políticas públicas, los paradigmas que dominaron la escena sociopolítica desde mediados del siglo XX contribuyeron a legitimar la idea de moratoria social, a partir de la construcción de distintos tipos de políticas de sesgo *integracionista*, es decir, «orientadas a facilitar la incorporación de los y las jóvenes a la sociedad mediante el mejo-

1 Entendemos la construcción de demandas como un proceso político encauzado por un actor político que busca posicionar ciertas necesidades o problemas en el espacio público y propiciar una respuesta político-institucional de ciertos interlocutores válidos: el Estado y el mundo adulto, particularmente entre los jóvenes.

ramiento de los mecanismos que aseguran la transición a la etapa adulta» (Abad, 2002:7).

En este sentido, desde la década del 50, en el marco de los primeros gobiernos peronistas y hasta mediados de los 70, las políticas dirigidas a los jóvenes formaban parte de un paradigma más amplio de universalización de las políticas sociales en un contexto de ascenso social. En este marco, la expansión de la educación y la posibilidad de concebir al joven *en tanto estudiante* inauguraron el proceso de legitimación de la moratoria social como visión de la juventud, incluso al interior de gran parte de los sectores populares en ascenso.

Desde mediados de los setenta, primero en el marco de las transformaciones estructurales impulsadas por la dictadura militar de la mano del terrorismo de Estado y luego en contextos de creciente pauperización y exclusión social, el rumbo de las políticas públicas dirigidas a los jóvenes se fue modificando a la par que se ensanchaban las brechas sociales. No obstante, la idea de moratoria social siguió consolidándose como hegemónica, ya que los distintos paradigmas de política que se sucedieron tendieron a consolidar esta visión corrigiendo alternativamente distintas «desviaciones».

En este marco, las políticas propias del paradigma articulado en torno al control social de sectores juveniles «movilizados» tendieron a reprimir la acción de aquellos grupos que planteaban demandas que cuestionaban el orden establecido, mientras que las políticas destinadas al enfrentamiento con la pobreza y prevención del delito o a la inserción laboral de los jóvenes «excluidos» —propias de los años ochenta y noventa— combatieron las desviaciones asociadas con la exclusión social tanto a partir de políticas represivas como asistenciales.²

2 Distintos autores (Balardini, 2000; Abad, 2002) recuperan la caracterización propuesta por Bango y Rodríguez, que refiere a cuatro modelos de política pública de juventud asociados con distintas etapas históricas y de desarrollo del Estado Nacional: i) Educación y tiempo libre con jóvenes «integrados» (1950-1980); ii) Control social de sectores juveni-

En cuanto a la simbología que fue acompañando la construcción del sujeto juvenil hegemónico propio de esta visión, el avance de los medios masivos de comunicación desde los años 60 propició un proceso de «juvenilización» de la imagen y el consumo, articulado a partir de la centralidad y la valoración social que paulatinamente fueron adquiriendo pautas estéticas y culturales asociadas con un modelo de juventud «construido según la retórica de la mercancía, fácilmente identificable con un patrón estético de clase dominante y ligado con los significantes del consumo» (Margulis y Urresti, 1998).

En paralelo, y como contracara, los medios masivos de comunicación contribuyeron a consolidar la imagen del joven-problema, vinculado con la violencia y la delincuencia, asociando esta imagen principalmente con la estética y las pautas culturales de la juventud perteneciente a los sectores sociales excluidos del trabajo, la escuela y el consumo.

Finalmente, en lo que refiere a la articulación de demandas juveniles, podríamos decir que la apropiación de esta visión por parte de los colectivos de jóvenes propicia el ejercicio de una ciudadanía más comprometida con la responsabilidad individual de dar respuesta a necesidades y problemas que obturan la posibilidad de un futuro promisorio, que a reclamar el cumplimiento de los derechos de los y las jóvenes en el presente.

No obstante, por entre las grietas de esta hegemonía se han articulado y expresado visiones alternativas acerca de la juventud, algunas de ellas ligadas con lo generacional y otras vinculadas con el rol político de los jóvenes; fuertemente comprometidas con el impulso a procesos de transformación social o marcadamente endogámicas y autorreferenciales. Cada una de ellas, como luego observaremos, se vincula a su vez con modos particulares de canalizar los problemas y las demandas que los jóvenes organizados asumen como propios.

les «movilizados» (1970-1985); iii) Enfrentamiento de la pobreza y prevención del delito (1985-2000), y iv) Inserción laboral de los jóvenes «excluidos» (1990-2000).

De un lado, la visión que relaciona la idea juventud con su cronología y su materialidad la asocia con la particular energía con que se cuenta en dicho período de la vida, expresada en la idea de «moratoria vital».³ Los jóvenes, desde esta visión, no son «el futuro», sino objetivamente un grupo etario que comparte el potencial físico-biológico que le brinda la edad. Sobre esta base, la idea de generación, pensada como sustrato sociohistórico compartido, le otorga un sentido social a esta materialidad, ya que «cada generación es portadora de una sensibilidad distinta, de una nueva *episteme*, de diferentes recuerdos; es expresión de otra experiencia histórica (Margulis y Urresti, 1998:3).

A partir de esta visión, sin embargo, se construyen experiencias en cierto modo antagónicas si se las piensa a partir de sus implicancias para la construcción de demandas juveniles. Por una parte, están aquellos que identifican la juventud con un momento de construcción cultural en sí mismo. La idea que esta etapa de la vida *no es una transición* se traduce así en la revalorización de valores e intereses colectivos basados en experiencias culturales, pero percibidos como estrategias de transformación social, que si bien no necesariamente se articulan políticamente en demandas, sí propician un cambio que trasciende al grupo mismo.

Por otro lado, están los que se piensan y relacionan en torno de colectivos e identidades endogámicas, asociados con la idea de *tribalización*. Este tipo de sociabilidad construida principalmente alrededor de símbolos y estéticas compartidas contribuye a una desactivación de demandas, ya que se agota en la mera expresión de intereses y gustos culturales que no trascienden la frontera de la tribu.

Por último, puede pensarse a la juventud como un actor político, como promotora de una transformación social basada en la construcción política de demandas juveniles pensadas como de-

3 Vale aclarar que la idea de «moratoria vital» es la base de todas las visiones acerca de la juventud, su materialidad librada de otro tipo de valoraciones o desigualdades.

rechos y posicionadas en el espacio público por los propios jóvenes para exigir respuestas del Estado y de «los adultos». Si bien muchas de estas demandas coinciden con las promovidas por otros actores sociales y políticos «tradicionales» —incluso, muchos de los colectivos de jóvenes que las expresan conforman sus ramas juveniles—, la posibilidad de juvenilar las mismas se nutre de potenciales y experiencias históricas compartidas propias, asociadas con la moratoria vital y la experiencia generacional, imprimiéndole a las demandas un sesgo particular.

En la experiencia concreta, estas visiones y formas de vivir la juventud se entremezclan y enriquecen, al igual que el tipo de demandas que se articulan a partir de las mismas. De esa riqueza dio cuenta el trabajo con los siete grupos focales de jóvenes desarrollados en el marco de la investigación «Juventudes sudamericanas. Diálogos para la construcción de una democracia regional».

3. ALGUNAS REFLEXIONES DE JUVENTUD A PARTIR DEL ANÁLISIS DE LAS PERCEPCIONES DE LOS Y LAS JÓVENES

Resulta fundamental destacar que el análisis de las percepciones de los y las jóvenes que aquí se desarrolla no puede ser tomado como representativo de la población juvenil argentina en general, sino de un sector específico de jóvenes, ya que la selección de participantes convocó a miembros de organizaciones sociales, políticas y de base, jóvenes comprometidos con lo público que sostienen demandas y asumen la responsabilidad de aportar a la construcción de una conciencia transformadora en el resto de la juventud, a partir de un «compromiso» que también demandan entre sus pares.

Reflexionando acerca de los sentidos, percepciones y reflexiones que se ponen en juego al momento de intentar construir una visión de la juventud, una multiplicidad de cuestiones aparecieron en escena. En principio es dable destacar aquellas que no resultaron significativas para pensar una definición representativa de la juventud. En este sentido, ni la edad ni el género

se presentaron como variables determinantes, a pesar que las mismas constituyen importantes bases de clasificatoria social.

Entre los jóvenes que participaron de los grupos focales, la juventud no parece determinarse por ser portador o no de determinada edad, aunque tal vez sí por el hecho de pertenecer a una generación, pensada en tanto época en que cada individuo vive y se socializa. Tampoco parece relevante el hecho de ser varón o mujer al momento de ser joven. Ni siquiera para las feministas y militantes por la equidad de esta condición se hizo presente al momento de definir la juventud. Esto es llamativo sobre todo si pensamos en las mujeres como portadoras del atributo de la maternidad, lo cual implica una mora llamada «reloj biológico» que de por sí determina la condición juvenil e incluso la limita en condiciones de pobreza y/o falta de visualización de proyectos de vida alternativo.

La clase u origen social como variable fundamental de análisis sociológico sí se hace presente como componente central de la categoría joven: «me cuesta definirlo por fuera del contexto sociocultural. Ser joven para un pibe de la villa es distinto que para mí» (Grupo sobre demandas de género).

Al análisis precedente se suma otra variable importante que tiene que ver con la participación política. Al respecto, resulta interesante destacar que al momento de identificarse dentro de la categoría joven el hecho de participar en determinadas organizaciones y/o referencias políticas juega un rol definitorio. De un lado, quienes desarrollan una clara participación política no se identifican primordialmente como jóvenes, sino que piensan la juventud secundariamente respecto de su identidad de trabajadores/as o de mujeres en función de su militancia sindical o feminista. De otra parte, en cambio, están quienes no poseen una adscripción política militante y se identifican social, política y/o culturalmente dentro de la categoría juvenil.

Hasta aquí podemos decir que el concepto de juventud no se asoció directamente con la edad, el género o la participación política, aunque sí con el origen social. Frente a esto nos surgieron los

siguientes interrogantes: ¿cómo incide la pertenencia de clase en las formas de visualizar y vivenciar la juventud?, ¿por qué un joven comprometido políticamente con la realidad no se siente «joven» en tanto categoría social e inversamente un joven sin mayores intereses políticos sí lo hace?, ¿qué relación existe entre la juventud y la política? A estas cuestiones intentaremos aproximarnos a partir del análisis de las distintas visiones y formas de entender a la juventud que se pusieron de manifiesto entre los jóvenes organizados que participaron de los grupos focales.

a) *La juventud como transición y sus limitaciones*

La determinación del origen social respecto de la adscripción a la categoría juventud nos acerca a una de las visiones presentes en los grupos focales que vincula —reproduciendo la visión hegemónica— el ser joven con una *moratoria social*, es decir, con una etapa transitoria de preparación para la vida adulta: «el comienzo de una etapa llena de responsabilidades donde debemos elegir nuestras herramientas para construir nuestro futuro» (Gabriela, Grupo sobre demandas culturales). La idea de juventud se entrelaza entre ellos con la idea de futuro, entendido como próspero y progresivo, por lo que ser joven implica transitar un período de formación para abordar ese futuro.

El supuesto implícito en esta visión es entonces que la juventud conforma el período que se transita entre la niñez y la adultez y que por tal actúa a modo de conducto entre ambas, por lo que ser joven significa —por decirlo de algún modo— construir y/o soldar fuertemente ese conducto, ya que de él depende la solidez del futuro y de la vida adulta.

Como antes señalamos, esta visión de juventud es hegemónica dentro de nuestra sociedad, pero no es accesible a todos los sectores sociales, ya que la posibilidad de contar con esta moratoria forma parte del imaginario de un reducido espacio mayormente conformado por sectores medios y altos que son aquellos que cumplimentan determinados íconos constitutivos

de la moratoria social, particularmente una escolarización completa a edad temprana y libertad respecto de las responsabilidades de familia: «ser joven es una etapa por la cual atravesamos con libertad en algunos casos, sin ninguna responsabilidad más que la del estudio» (Grupo sobre demandas educativas).

Por el contrario, para el sector social conformado por los y las jóvenes que no pueden prescindir durante la etapa posterior a la infancia de responsabilidades como el trabajo o la familia (mayormente los/as jóvenes pertenecientes a los sectores medios bajos de la sociedad argentina), la juventud como moratoria social es una etapa plausible de ser sorteada y/o experimentada en menor nivel, o incluso obviada.

El tránsito por la moratoria social incluye no obstante una responsabilidad marcada por la necesidad de aprovechar ese presente, ya que el mismo repercutirá en el buen o mal futuro «por delante». Sin embargo, los y las jóvenes que se perciben como tales desde esta visión son conscientes que dicha responsabilidad es menor a las propias del mundo adulto, por lo que corren con la ventaja de contar con mayores márgenes de libertad para cometer errores, para adaptarse a los cambios o «para dedicarse a actividades satisfactorias, más posibilidades de ocio por no asumir responsabilidades adultas» (Grupo sobre demandas de salud sexual y reproductiva), aunque paralelamente perciban como desventaja la falta de experiencia para transitar por esta etapa.

Desde esta visión, las problemáticas del presente están dadas por los obstáculos para el buen desarrollo de la formación necesaria para abordar un futuro próspero. Dicho futuro constituye la clave que permite leer el presente en tanto oportunidad de construir el éxito en la vida adulta, de contar con una profesión y una promisoriosa inserción social.

Por este motivo se presenta como un riesgo el hecho de no aprovechar las oportunidades en el presente, cayendo —en palabras de los propios jóvenes— en el «libertinaje», en la «mala utilización» o en el «uso abusivo» de la libertad con la que los jóvenes cuentan en dicha etapa: «seguimos tendencias que

marcan otros, la libertad que pensamos que tenemos muchas veces es libertinaje» (Matías, Grupo sobre medio ambiente). La libertad y el buen uso de las oportunidades a partir de la «buena utilización» de dicha libertad, se ponen así en tensión entre quienes comparten esta visión sobre la juventud.

En cuanto al modo en que se expresan y procesan problemas y necesidades, la tendencia desde esta mirada no pasa por un reconocimiento y una reelaboración política de las demandas entendidas como derechos, sino por el planteamiento de problemas particulares motorizadas por sujetos en tanto individuos y/o agentes a través de acciones de presión o reclamo tendientes a barrer con los escollos que interfieran en el camino (el «buen pasar») hacia las posibilidades de bienestar futuro.

A su vez, esta concepción de la realidad impregna el modo en que se canalizan los reclamos, alejándolos de la interpelación política o la conquista de espacios de decisión y acercándolos a planteamientos débilmente colectivos enarbolados a través de acciones que reclaman la apertura de espacios de participación, pero que tienen como origen y motor un componente individual, ya que prima aquí la idea de la responsabilidad desde una mirada centrada en el joven-ciudadano que porta responsabilidades respecto de lo público.

«No se considera a los jóvenes como un actor para hoy... el mensaje es 'cuando tengan 60 van a poder ser protagonistas'» (Grupo sobre demandas de participación en políticas públicas). Dicha reflexión forma parte de una suerte de paradoja que trae aparejada la idea de moratoria social. Los jóvenes identifican como una desventaja que socialmente se los visualice como el futuro y no como el presente; se los desafecta por ello de las posibilidades de intervenir sobre el presente.

Por otra parte, prevalece desde esta visión la idea que a través de la voluntad personal y la utilización de las oportunidades el éxito es un camino seguro: «si tenés una cultura del esfuerzo es distinto, podés llegar a superar esos obstáculos» (Grupo sobre demandas de medio ambiente). Como trasfondo de la idea

de moratoria social se expresa una concepción liberal del éxito y el progreso, según la cual éstos son principalmente producto del esfuerzo individual, no de condicionamientos económicos, sociales y culturales.

Por último, de los jóvenes que se referencian en esta visión, podemos decir que los mismos son mayoritariamente aquellos con menor interés en la vida política de la sociedad, con una menor reelaboración de los sentidos que circulan socialmente y, consecuentemente, más permeables a adscribir a esta concepción hegemónica, más allá que debido a su pertenencia social la misma coincida con su historia personal y/o familiar.

b) Juventudes alternativas

Al menos otras dos concepciones se presentan como alternativas —y en ocasiones superpuestas— de la que se referencia en la idea de moratoria social: una que asemeja la juventud a *la idea de generación* y otra que piensa a los jóvenes en términos de *actores políticos*. Estas dos visiones no portan un rasgo de clase, sino que están atravesadas por los determinantes socioeconómicos o incluso se expresan como una respuesta a ellos. Por este motivo, una posibilidad que se abre a partir de la aparición de estas visiones es que más allá que la moratoria social en tanto visión hegemónica atravesase todas las percepciones sobre la juventud, la generación y la actoría política juegan como una suerte de punto de fuga ante las dificultades y límites que trae consigo dicha idea de juventud.

c) Generación

«Uno de los rasgos de la juventud es la creatividad: en las distintas expresiones los jóvenes agregan su vivencia, su innovación, tienen un espíritu de hacer algo loco en lo que hacen» (Grupo sobre demandas culturales). Pensar la juventud como

creatividad e innovación nos acerca a la idea de juventud como *generación*. El concepto de generación entiende la juventud ya no como una etapa transitoria y de formación para el acceso a los bienes y servicios que impregnarán un exitoso futuro (de acceso a los mismos), sino más bien asociada a un hecho generacional en tanto circunstancia cultural que emana de ser socializado con códigos culturales compartidos.

Así la juventud se asemeja a una mora, pero vital: «vitalidad, entusiasmo, posibilidades de crecer y responsabilidad» (Grupo sobre demandas de salud sexual y reproductiva) son componentes fundamentales. Porque desde aquí la juventud se piensa como un grupo social que comparte códigos y modos de ser, pensar, actuar, sentir que dan forma a una «cultura juvenil» y que se relaciona con las cuestiones más potentes de la vida como: ser creativo, pasional, rebelde y libre. Libertad y rebeldía constituyen vectores fundamentales de esta acepción de juventud, así como la diversión, la alegría y el baile.

En la vinculación de juventud con la idea de generación pareciera que se ponen en suspenso los componentes negativos de la vida y priman valores como el optimismo, la creatividad, la innovación. «Tenemos una tendencia a ver las cosas de forma positiva [...] queremos seguir intentando, seguir creyendo» (Grupo sobre demandas de participación en políticas públicas). La juventud como hecho cultural construye un horizonte de búsqueda de una identidad colectiva, búsqueda en tanto posibilidad de tener sueños y proyectarse, cuestión que pareciera mermar en la vida adulta.

La valorización del aspecto creativo y carente de estructuración trae consigo la visualización del mundo del trabajo como obstáculo para la manifestación genuina de la juventud, en tanto el trabajo aparece como aquello establecido, estructurado, pautado: «una vez que entrás al mundo laboral, se acaba la juventud socialmente construida. En los más chicos el trabajo te desvincula del rol de ser joven. Se pierden ánimos y ritmos», opinó Paula (Grupo sobre demandas de trabajo).

Desde la mirada de generación como manifestación cultural se piensa a la juventud como presente, con existencia propia más allá del futuro. Ser joven no es atravesar una transición, una etapa de formación para una etapa posterior, sino que ser joven ante todo tiene una existencia propia. Ser joven en primer lugar es existir y expresarse, es formar parte de un grupo social con manifestaciones, intereses y deseos propios. La proyección se sitúa en el presente y para el presente, así como los reclamos que emprendan estarán apuntados a paliar deficiencias de su vida actual. Los reclamos que estos grupos sostengan estarán vinculados con las necesidades de expresión artística, cultural. Los/as jóvenes desde esta visión proclamarán la apertura de espacios de participación donde puedan expresarse, manifestarse, conocerse, reconocerse e intercambiar desde una postura donde el componente de creación artística es fundamental. La expresión artística, en tanto modalidad de manifestación de la propia existencia actúa y/o promueve mecanismos de transformación social.

Otra arista de la idea de generación lo constituye la afiliación a tribus urbanas. La tribalización juvenil resulta una opción de fuga posible dentro del concepto de juventud como generación. Actúa a modo de refugio ante las imposibilidades estructurales de acceso a las premisas de la moratoria social. Los y las jóvenes construyen refugios propios debido a que no pueden acceder a cumplir con los requisitos exigidos para convertirse en «herederos». Las distintas tribus existentes en la actualidad representan una reacción, un paso al costado, una salida de la moratoria social, una suerte de deserción del modelo de juventud hegemónico. Dicha posibilidad latente es percibida como riesgo por los/as jóvenes de los grupos focales, quienes lo visualizan como un aspecto negativo de la etapa actual: «estamos como muy divididos en distintas tribus» (Grupo sobre demandas culturales).

El efecto resistente que generan las distintas tribus juveniles contribuye a la construcción de imaginarios sociales de la

juventud que la asocian con el delito y la violencia por un lado, o con el mercado, por el otro. En la construcción de una imagen adversa de la juventud los medios masivos de comunicación juegan un rol fundamental, construyendo a la misma como una *otredad*, fundamentalmente si se trata de jóvenes de sectores populares que se encuentran condenados y estigmatizados socialmente.

La visión de juventud como generación se ancla mayormente en los grupos focales conformados por grupos culturales y/u organizaciones sociales, sindicales y estudiantiles.

d) *Actor político*

La tercera visión encontrada entiende a la juventud ya no como una transición ni como una manifestación cultural, sino como un *actor político*. «La característica de la juventud siempre fue la rebeldía. Actualmente a pesar de los medios de comunicación y el bombardeo de los medios, la juventud se sigue manifestando, luchando por sus derechos» (Grupo sobre demandas educativas). Desde esta concepción, ser joven implica ser un actor político de la sociedad, un actor rebelde y contestatario. Aquí lo juvenil se asocia con la participación, el compromiso y el protagonismo político innovador: «es un desafío para generar oportunidades de cambio que pueden ser aprovechados por los que vienen, educación para todos, por ejemplo» (Grupo sobre demandas de género). Ser joven implica entonces la responsabilidad de asumir como misión la transformación política de la sociedad y rebelarse ante el orden establecido.

Esta mirada, contrariamente a la que se articula en torno de la idea de moratoria social, entiende las demandas en términos de derechos vulnerados y considera que para el cumplimiento de los mismos es necesaria la organización política de la juventud.

La juventud entendida como actor político se aproxima, por una parte, a la idea de generación debido a que ambas se sitúan en el presente: ser joven es asumir responsabilidades

asociadas con el actuar y ser parte de la sociedad hoy. Por otro lado, esta visión guarda en común con la articulada en torno de la moratoria social el hecho que ambas postulan un modelo de sociedad. La diferencia fundamental se encuentra en cómo piensa cada perspectiva ese modelo y al modelo de individuo que una y otra intentan construir, ya que mientras desde la idea de moratoria social se postula un futuro posible ligado a la inserción exitosa en el mercado, desde la actoría política el futuro a construir se vincula con las transformaciones que se realicen en el presente en pos de conformar una sociedad más justa, democrática y solidaria: «los jóvenes tenemos el desafío de llegar a viejos y construir algo mejor para los que vienen» (Maite, Grupo sobre demandas de género).

Ser joven también implica aquí una herencia, pero ya no con los mandatos de la moratoria social, sino con las luchas sostenidas por juventudes pasadas. «Para los compañeros que militan la idea del joven es el joven setentista» (Grupo sobre demandas de trabajo). «Entre el 83 y el 90 no hubo una juventud políticamente organizada. A partir de la irrupción de HIJOS a la escena política hay más espacio para construir en la juventud. Nosotros empezamos a militar en los 90, pudimos romper con el individualismo» (Grupo sobre demandas de trabajo). Esta cuestión nos remite a la historia de nuestro país y el rol que ocuparon los jóvenes en la década de los 60 y 70, como «juventud heroica» que encabezó la renovación política y sindical dentro del peronismo y de la izquierda. Hitos históricos de esta etapa son el «Cordobazo», como símbolo de la unión obrero-estudiantil, y el surgimiento de los movimientos civiles armados con amplia participación de jóvenes, como ser «Montoneros» y el «Ejército Revolucionario del Pueblo». Esta ligazón de la juventud con el compromiso y la militancia política es derruida por la dictadura militar a mediados de la década de los setenta, y retoma su aparición en los ochenta con la vuelta de la democracia, aunque —terrorismo de Estado mediante— será canalizada con mayor grado de institucionalidad en los marcos

brindados por los partidos políticos. Recién en la década de los noventa —y no casualmente— a través de la organización HIJOS,⁴ volverá a la escena política un sector de la juventud contestatario y renovador, que utilizando la metodología de los *escraches*, buscará la condena pública a los genocidas responsables de las desapariciones y muertes ocurridas en la dictadura militar.

Desde esta percepción de juventud como actor político las ventajas o desventajas asociadas con esta etapa de la vida se piensan en términos sociales y políticos. Por ello, quienes se identifican con esta visión tienden a visualizar ventajas históricas tales como la actual apertura de espacios de participación vedados en otros momentos de la historia y/o las ventajas relativas de nuestro país respecto de otros en temáticas tales como el extendido acceso a la educación pública. En este sentido, el hecho de ser joven constituye, en la coyuntura actual, una ventaja en sí misma.

Por otra parte, se analiza el carácter fragmentado de la coyuntura social actual, marcada por el consumismo y la falta de compromiso entre los y las jóvenes. En ese sentido desde la actoría política se articula una visión crítica de la juventud contemporánea y de su falta de compromiso militante y se analizan negativamente fenómenos tales como la tribalización.

Quienes sostienen esta valoración de lo juvenil como actor o sujeto político son aquellos jóvenes que presentan mayor grado de compromiso político, pertenecientes a organizaciones políticas, sindicales, estudiantiles o de base.

Por último, una cuestión que no se hizo presente en los discursos de estos jóvenes organizados, pero que sí lo está en los medios masivos de comunicación y en el conjunto de la sociedad, es la valorización de lo juvenil en sí mismo, en tanto fetichización de estéticas y formas de vida y consumo asociadas con esta etapa de la vida. Esta ausencia responde —creemos— a

4 Decimos no casualmente, ya que dichos jóvenes constituyen un colectivo conformado por hijos e hijas de los desaparecidos, asesinados y exiliados por la dictadura militar.

las características de los y las jóvenes seleccionados para los grupos focales, que no son representativos del conjunto de la juventud argentina, sino de un sector que adscribe a identidades y formas de acción colectivas.

4. HACIA LA DEMANDA DE DERECHOS

Para el cierre de este artículo y antes de esbozar algunas líneas de reflexión y análisis, nos parece importante enmarcar esta caracterización de las visiones sobre la juventud en el contexto histórico de la Argentina del año 2008 a partir de dos cuestiones. Por una parte, es necesario situarnos a partir de comprender que, a pesar de la mejora que registraron en los últimos años los indicadores de pobreza,⁵ la estructura de la distribución del ingreso en Argentina⁶ no deja de expresar la conformación de una sociedad caracterizada por la desigualdad. De otra parte, en lo que respecta al colectivo de los y las jóvenes queremos destacar su heterogeneidad, ya que a su interior se reproducen y profundizan muchas de las desigualdades sociales, económicas y culturales que inciden en las condiciones de vida del conjunto de la población, dando lugar a oportunidades diferenciales en el acceso a distintos tipos de bienes materiales y simbólicos.

A partir de estos ejes queremos enfatizar en primer lugar el desfase que se expresa entre la persistente hegemonía de la moratoria social como visión y discurso acerca de la juventud respecto de la sociedad actual, signada por distintas desigualdades en el acceso al trabajo o a la posibilidad de desarrollar una trayectoria educativa de formación que redunde en oportunidades para el futuro. Hoy en día, la visión de una juventud en transición, propia de un contexto histórico caracterizado por la inclusión y el ascenso social, no tiene anclaje en la realidad.

5 La pobreza que alcanzaba en 2003 al 47,8% de la población, descendió al 25,5% durante el segundo semestre de 2006 (EPH, INDEC).

6 Disminución del coeficiente de Gini de 0,54 en 2003 a 0,49 en 2007. (MECON: «Evolución de la distribución del ingreso», 2007).

A contramano de esta visión desvinculada de la realidad, creemos que las que nos proponen los y las jóvenes organizados que se piensan como generación con posibilidades de transformación o como actor político que defiende sus derechos, visualizan con mayor pertinencia el mosaico que plantea la actualidad. Sin embargo, no podemos dejar de mencionar que estas visiones alternativas, por un lado, no son reflejo de la mirada que tiene el conjunto de la juventud y, por el otro, ambas suponen una referencia obligada a la visión dominante para constituirse como proyecto alternativo, ya que se despliegan como oposición a la idea de juventud como espera o transición.

Sobre el primero de los puntos señalados, una interrogante que se nos plantea es si existe la posibilidad que estas visiones construyan una nueva hegemonía que impregne el discurso de los y las jóvenes argentinas. Una escasa extensión de la participación juvenil y el peso político y simbólico de los factores que coadyuvan en el sostenimiento de la idea de juventud como transición nos distancian actualmente de dicha posibilidad. Sin embargo, sí podemos afirmar que a las acciones y estrategias desplegadas, a partir de estas visiones alternativas, potencian la posibilidad que las demandas y los derechos del conjunto de las juventudes (organizadas o no) encuentren una respuesta.

En igual sentido, ¿es probable que los y las jóvenes que no participan de espacios organizados se identifiquen con estas visiones alternativas? Creemos que allí reside la tarea de las políticas de juventud que se jactan de la promoción de derechos: abordar estas visiones y trabajarlas al interior de nuestra sociedad joven y también adulta en tanto los jóvenes han señalado el papel de los adultos como destinatarios de sus demandas, para lograr la incorporación de la variable participación política como definitiva, no meramente de la identidad juvenil, sino también de un modelo de sociedad. Hemos señalado que para los y las jóvenes organizados la participación política es constitutiva de sus identidades juveniles y del tipo de sociedad que buscan construir. En este sentido, creemos que su promoción desde las políticas pú-

blicas puede aportar a la construcción de una sociedad más inclusiva con parámetros de justicia y de derechos. De hecho, en la apertura de espacios de participación reside una de las demandas más fuertes y recurrentes de los jóvenes.

Sobre el segundo punto se evidencia la referencia a la visión dominante en la construcción del discurso sobre lo que es ser joven. Por ejemplo, cuando ellos mismos manifiestan preocupación específica por la construcción que se hace de los jóvenes como problema o de lo juvenil en tanto mercado.

De todas formas, nos interesa destacar la potencialidad de cada una de estas visiones alternativas como movilizadoras de los y las jóvenes. Como punto de partida, ambas suponen la participación y organización para la transformación del orden social. Si bien puede no ser factible pretender la organización de toda la juventud como actor político en un contexto de fragmentación social y de vulneración de derechos, la mirada de generación es potente en este sentido porque permite pensar la reconfiguración del campo a partir de la creatividad. La juventud en tanto generación no piensa en etapas cronológicas de la vida para la inserción en *un futuro* y por ello es englobante para todos los y las jóvenes: ante una realidad que excluye propone *el presente: soy joven siendo*.

Por su parte, desde la visión de la juventud como actor político se propone más claramente un modelo de sociedad distinto y global. La potencia de esta propuesta reside en la idea de los derechos: la actoría política basa su visión en la necesidad de defender y hacer cumplir los derechos de los y las jóvenes en un contexto caracterizado por la vulneración de los mismos. Una sociedad justa sería el modelo de aspiración en el que todos y todas debieran involucrarse y actuar.

A lo largo de las últimas décadas han proliferado las organizaciones, los movimientos juveniles y las redes y espacios que trabajan con jóvenes. También somos partícipes de un contexto favorable a la participación como lo han observado los propios jóvenes y de un escenario en el que la juventud ocupa un espa-

cio visible en la agenda pública. Si bien en las últimas décadas en Argentina se han generado avances en materia de programas y políticas de juventud, nos preguntamos por qué éstas no logran aún revertir esta imagen de la juventud asociada a los problemas o a lo juvenil en tanto mercado.

Creemos que el camino de la desnaturalización de las visiones subyacentes sobre lo que es ser joven y su relación con el tipo de demandas de los y las jóvenes es una de las vías para empezar a trabajar desde las políticas públicas de la juventud con la juventud en la transformación y el cambio que esperamos en base a una mirada de derechos. En este sentido, observamos que a la visión de la moratoria social subyace un modelo de sociedad para unos pocos distante de la realidad de amplios sectores de la juventud. Frente a ello, creemos que una de las tareas que compete a los distintos actores y sectores involucrados con la juventud es aportar a la construcción de demandas desde una perspectiva de derechos, lo cual implica a su vez trabajar sobre las visiones de juventud: qué es ser joven y qué implicancias tienen estas visiones sobre el modelo de sociedad y país que queremos y que los y las jóvenes quieren.

BUENOS AIRES (ARGENTINA), OCTUBRE DE 2008

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABAD, JOSÉ MIGUEL (2002): «Las políticas de juventud desde la perspectiva de la relación entre convivencia, ciudadanía y nueva condición juvenil». *Última Década* N°16. Viña del Mar: Ediciones CIDPA.
- BALARDINI, SERGIO (2000): «Políticas de juventud en América Latina: breve reseña y perspectivas». *Anuario Social y Político de América Latina* N°4. Caracas: FLACSO, UNESCO y Nueva Sociedad.

BOURDIEU, PIERRE (1990): «Algunas propiedades de los campos», en *Sociología y cultura*. México: Grijalbo.

MARGULIS, MARIO y MARCELO URRESTI (1998): «La construcción social de la condición de juventud». En CUBIDES, LAVERDE y VALDERRAMA (editores): *Viviendo a toda: jóvenes, territorios culturales y nuevas sensibilidades*. Santafé de Bogotá: Siglo del Hombre Editores y Departamento de Investigaciones Universidad Central.

— y — (1996): «La juventud es más que una palabra». En MARIO MARGULIS (editor): *La juventud es más que una palabra. Ensayos sobre cultura y juventud*. Buenos Aires: Biblos.

Ser Joven en Sudamérica.
Diálogos para la construcción
de la democracia regional



**SER JOVEN Y PERCEPCIÓN
SOBRE DIFERENCIAS Y DESIGUALDADES
EN BOLIVIA**

Mario Yapu

SER JOVEN Y PERCEPCIÓN SOBRE DIFERENCIAS Y DESIGUALDADES EN BOLIVIA

1. INTRODUCCIÓN

ESTE ARTÍCULO RESUME ALGUNOS ASPECTOS de la problemática juvenil en Bolivia, referidos a la valoración de ser joven hoy, mediante las percepciones sobre las ventajas y desventajas de la juventud, así como sobre sus diferencias y desigualdades. Esto es un tema eminentemente cualitativo cuya descripción y análisis permitirá caracterizar mejor a la juventud boliviana o, al menos, una parte de ella, de las ciudades de La Paz y Santa Cruz.

A propósito dejamos de lado el tema de las demandas y las políticas públicas porque nos falta información, especialmente, los datos cuantitativos. En cambio, las percepciones sobre los jóvenes hoy en día, sus potencialidades y sus limitaciones se tienen registradas en la documentación de los grupos focales que, en Bolivia, fueron seis, de los cuales dos son de La Paz y cuatro de Santa Cruz, cuyas otras características se exponen en el acápite metodológico.

Esperamos que lo que exponemos refleje la imagen de los jóvenes hoy, sus potencialidades y desventajas, sus diferencias y desigualdades. No pretendemos hablar a nombre de la juventud boliviana, sino de una parte de ella. Lo cual no significa, sin embargo, que no se puedan encontrar similitudes de valores, actitudes y posicionamientos en otros sectores y regiones de Bolivia e, incluso, en otros países de América del Sur.

2. PRECISIONES METODOLÓGICAS Y LOS GRUPOS BAJO ESTUDIO

El texto se basa en el análisis de seis grupos focales con un promedio de 10 participantes cada uno. Los grupos focales se realizaron dos en La Paz y cuatro en Santa Cruz. En total participaron 64 personas entre 16 y 25 años de edad. El 55% de jóvenes fueron varones y 45% mujeres. Sólo el grupo focal 6 estuvo compuesto en un 100% por mujeres, porque representan al sector de las trabajadoras asalariadas de hogar de Santa Cruz. Salvo esta particularidad, la participación de jóvenes a los grupos focales era, en su mayoría, de varones. A nivel educativo, el 53% está o concluyó el nivel secundario y el 33% aproximadamente está en educación superior. En cuanto al aspecto laboral, en La Paz el 50% de jóvenes trabaja y en Santa Cruz el 40%.

Cabe señalar que en los grupos focales se trató de elaborar un discurso del grupo acerca de los temas propuestos; por eso no se destacan las particularidades discursivas individuales. Pero por las preguntas generales propuestas al grupo no se logró visibilizar la identidad y el posicionamiento del grupo ante sus propias acciones. Pues, en cierta forma, se ha hecho hablar a los grupos de otros temas y no sobre lo que ellos hacen y los propósitos que persiguen.

TABLA 1: CARACTERÍSTICAS DE LOS PARTICIPANTES A LOS GRUPOS FOCALES

Indicadores	Quijotadas	Kopajira Ari	ACD-SI	Ja-guar	Eco-clubes	Fena-trahob	Total Bolivia
Número de Grupo Focal	1	2	3	4	5	6	
Perteneciente al Departamento de	La Paz	La Paz	Santa Cruz	Santa Cruz	Santa Cruz	Santa Cruz	
Total de participantes	10	16	10	9	10	9	64
Rango edad (años):	17-24	17-25	17-24	16-19	16-23	18-25	16-25
Promedio edad (años)	21	19	21	17	19	22	19
Género (%)	100	100	100	100	100	100	100
Varones	50	56	60	78	80	0	55
Mujeres	50	44	40	22	20	100	45
Nivel formación (%)	100	100	100	100	100	100	100
Secundaria	20	88	10	89	40	56	53
Bachiller	0	0	20	0	20	44	13
Universitario	70	6	70	0	10	0	25
Técnico superior	10	6	0	11	20	0	8
NS/NR	0	0	0	0	10	0	2
Condición laboral (%)	100	100	100	100	100	100	100
Actualmente trabaja	90	81	40	33	20	67	42
No trabaja	10	19	60	67	80	33	58
NS/NR	0	0	0	0	0	0	0
Promedio edad de su primer empleo (años)	16	17	18	14	15	15	16
Promedio experiencia laboral (años)	5	2	4	3	3	7	3
Autoidentificación étnica							
Grupo étnico mayoritario	Aymara	Aymara	Ninguno	Ninguno	Ninguno	Ninguno	Aymara
Segundo grupo étnico	Quechua	Ninguno	-	-	Mestizo	Aymara	Ninguno
Condición social (%)	100	100	100	100	100	100	100
Pobre	20	6	0	0	0	67	14
Clase media baja	30	13	60	44	20	33	31
Clase media media	40	81	20	56	60	0	47
Clase media alta	0	0	0	0	20	0	3
NS/NR	10	0	20	0	0	0	5

3. ALGUNAS VALORACIONES SOBRE SER JOVEN EN BOLIVIA

En el marco de las limitaciones metodológicas señaladas, el análisis de las manifestaciones de los 64 jóvenes sólo tiene el fin de apuntar algunos aspectos que contribuyan a la construcción

de la identidad juvenil en Bolivia en estos últimos diez años, sobre todo desde el año 2000, cuando el país ingresa en una crisis política que provoca una inseguridad a nivel del empleo, de tal modo que los efectos de la educación como factor de movilidad o de ascenso social fueron afectados negativamente.¹

Como señala la tabla anterior, la población de jóvenes objeto de estudio proviene de la ciudad de Santa Cruz con los grupos: Asociación de Arte, Cultura y Deporte San Isidro (ACDSI),² (organización juvenil situada en un barrio popular de Santa Cruz, en torno a la cultura y el deporte); Jóvenes Auténticamente Guardieños para la Renovación (JAGUAR) (grupo de jóvenes de un municipio cercano al municipio de Santa Cruz, orientado a la temática de salud sexual y reproductiva); Ecoclubes (grupo de jóvenes que se ocupan del medio ambiente), y el Sindicato de Mujeres Trabajadoras Asalariadas del Hogar (Fenatrahob) (jóvenes dedicadas al trabajo doméstico). Y de La Paz: Corporación Quijotadas (jóvenes organizados en torno al arte, principalmente el teatro) y Kopajira Ari (grupo dedicado a la generación de trabajo o empleo alternativo).

Según la condición social, el 47% se declara pertenecer a la clase media-media y el 45% sectores sociales de centro, como clase media-baja y pobre. Por la identificación étnica, la mayoritaria se autoidentifica como aymara. Ordenando por sus características y perspectivas sociales, podemos notar que, por un lado, están los grupos ACDSI, Kopajira Ari y Fenatrahob que comparten contextos sociales similares populares por sus trabajos, sus orígenes y sus propósitos y, por el otro, se pueden ubicar los grupos como el Jaguar, Quijotadas y Ecoclubes, consagrados a las artes, medio ambiente y salud, con afinidades más evidentes con la clase media.

1 Para mayores detalles del contexto y la evolución laboral se puede consultar Yapu (2008), Rossel y Rojas (2006) y Eróstegui (2007).

2 El grupo focal 1 corresponde a Quijotadas, el grupo focal 2 a Kopajira Ari, el grupo focal 3 a ACDSI, el grupo focal 4 a Jaguar, el grupo focal 5 a Ecoclubes y el grupo focal 6 a Fenatrahob.

TABLA 2: CARACTERIZACIÓN DE SER JOVEN POR GRUPOS

Grupo	Ser joven	Grupo	Ser joven
Ecoclubes	Proceso Etapa de decisión Limitación Vigor Independencia, autonomía Planificación Aspiración Lindo Libertad Permanencia Responsabilidad	Kopajira Ari	Cambio Definición Decisión Permanencia
Fenatrahob	Estudio Tiempo preparación Responsabilidad Libertad - Aprovechar	Quijotadas	Bonito Cambio Decisión Difícil Energía - Fuerza Permanencia
Jaguar	Bonito Experimentar Investigar Decisión Libertad Independencia Responsable Obligación	ACDSI	Alegría Peligro Difícil Lucha Dificultad Habilidad Conocimiento Fuerza Aprendizaje Futuro Experimentar

La tabla evidencia las valoraciones comunes y diferentes. Las diferencias más visibles se encuentran entre en los grupos ACDSI, Fenatrahob y Kopajira Ari que asocian la juventud con lucha, peligro, dificultad, conocimiento en su aspecto instrumental y aprendizaje como tiempo de preparación, etc.; frente a los otros grupos que mencionan los valores de lindo, libertad, etapa de decisión, permanencia, vigor, autonomía, planifica-

ción, etc. Esta distinción de valores sociales se puede explicar relacionando con las características de los grupos de jóvenes y sus propósitos, sus «compromisos» y condiciones socioeconómicas y culturales, que en este texto no podemos profundizar.

La jerarquía de los valores comunes se presenta en la tabla 3 que destaca la juventud como la etapa de toma de decisiones, de preparación, cambio y transición a la vida adulta.

TABLA 3: CARACTERÍSTICAS MÁS COMUNES SOBRE JUVENTUD

Términos utilizados	Coincidencias entre los 6 grupos	Grado de coincidencia (%)
Etapa de Decisión	4	67
Etapa preparación a la vida	4	67
Cambio - Transición	3	50
Conocimiento	3	50
Difícil	3	50
Energía - Fuerza	3	50
Libertad, independencia	3	50
Permanencia	3	50
Responsabilidad	3	50
Bonito - Maravilloso	2	33

La primera reflexión racionaliza la juventud vinculada a la temporalidad biológica y social, y habla de etapa de decisión, etapa de preparación, transición y cambios físicos y mentales hacia la madurez biológica y social. Existe un sentido de futuro para el cual los jóvenes se preparan y donde entra el rol del conocimiento y del aprendizaje. A continuación se reflejan algunas opiniones de los grupos:

El joven hoy en día tiene que tomar más decisiones, porque la niñez y la adolescencia son etapas de sueños y en la juventud ya uno las realiza, donde uno tiene que enfocar qué va hacer, cómo va aterrizar realmente, en qué forma vas a cumplir tus sueños (Quijotadas).

Ser joven es una etapa muy importante de nuestras vidas, porque es donde muchos nos definimos, vemos hasta dónde queremos llegar, qué objetivos queremos trazarnos, qué metas queremos cumplir (Kopajira Ari).

Ser joven es una etapa trascendental para tomar decisiones, tenés esa autonomía personal y comenzás a tomar decisiones (Ecoclubes).

Naturalmente, los jóvenes no sólo sienten que pueden decidir, sino también se orientan dentro de una tendencia o perspectiva como una etapa de preparación para la vida, esto es, la vida adulta. Al respecto se puede mencionar:

Al considerarnos jóvenes tenemos muchas aspiraciones, estamos en una etapa trascendental [...] en la cual nos trazamos proyectos de vida (Ecoclubes).

Hay que aprovechar, uno está preparado para vivir y ser una persona responsable para cuando tenga una vida de adulto (Fenatrahob).

Cuando somos niños estamos sujetos a nuestros padres, cuando somos adultos estamos súper apegados a la vida, al trabajo y a la vida, en cambio cuando somos jóvenes no estamos apegados a muchas cosas todavía, entonces podemos cambiar de ideas fácilmente (Quijotadas).

Ser joven es pasar de ser niño a adulto, una etapa de la vida intermedia en la que se tiene responsabilidades, una etapa de la vida entre la niñez y ser adulto (Kopajira Ari).

En suma, la juventud es un ámbito demográfico, social y cultural cuyas características son la adaptación y transición. Un proceso complejo como es el dejar la niñez y la adolescencia, una etapa aún de dependencia y transitar hacia un momento con capacidad de decisión y autonomía. Donde la educación y formación juegan un rol importante en sus diversos tipos y niveles para el desarrollo del entendimiento y por esta vía al logro de autonomía y uso público de la libertad, como decía Kant.

Por otro lado, el aprendizaje viene también por la experiencia de vida de los jóvenes. Así, ellos ven:

Es la etapa en que uno aprende a investigar (Jaguar).

Cuando uno toma la sabiduría y cuida su salud, su mente avanza. Es mejor leer libros, cuando está joven uno tiene tiempo (Fenatrahob).

Es mejor aprender de los errores. Yo pienso que las dificultades te hacen grande, nada puede ser blanco o negro, uno tiene que conocer las dos partes, lo bueno y lo malo. De las dificultades se aprende y más que todo te preparan (Quijotadas).

Este ingreso a la vida vía la experiencia, sobre todo laboral, llega temprano entre sectores populares, quienes además comienzan con frecuencia a formar un hogar y tener hijos apenas termina la adolescencia. Luego se destaca la energía y la fuerza que representan los jóvenes, al igual que la libertad. Empero, de inmediato ven los riesgos, dificultades y limitaciones. Con esta libertad se puede incluso permitir soñar en permanecer jóvenes, como muchos lo hacen hoy en día. Se idealiza el permanecer o mantenerse jóvenes. Al parecer que:

Tu sangre hierve y tu cuerpo bulle de energía y quieres hacer cosas, ayudar a los niños, cuidar el medio ambiente. En tu interior también bullen las ideas, los sentimientos, todo (Quijotadas).

El momento de la vida en el cual hay el vigor para pasar de una dependencia a una independencia (Ecoclubes).

Esta energía juvenil puede ser base para una fundación de la libertad y la independencia, la autonomía, mas puede conducir igualmente a tomar riesgos, por tanto, provocar inseguridades. Por tanto, diversas dificultades deben ser sorteadas.

El joven siente libertad e independencia de los padres (Jaguar).

No se tienen las mismas obligaciones que un mayor. Uno se preocupa por uno mismo, no tenemos muchas preocupaciones, nos movemos, salimos.

Proceso constante de adquirir autonomía (Ecoclubes).

Es un tiempo maravilloso de libertad (Fenatrahob).

Cuando uno es joven piensa que todo es posible, hay que moverse tanto con libertad como con responsabilidad (Ecoclubes).

En cuanto a las dificultades se puede mencionar que:

Ser joven resulta difícil, porque estamos viviendo en delincuencia, en una sociedad que se está acostumbrando a la forma negativa, porque un joven se va a las drogas, alcohol, tabaquismo (Quijotadas).

El ambiente en el que se vive está lleno de lucha (ACDSI).

Cuando uno es niño sueña con ser igual que sus superhéroes, pero se van rompiendo esos sueños porque tiene que trabajar, mantener una familia, o porque en su casa hay maltrato físico, psicológico y tiene que luchar con todo eso y, cuando se forma en su juventud, no tiene claro lo que quiere, porque ha sufrido maltrato y por eso no tiene un ideal. Entonces se convierte en lo que sus padres o esas personas le han hecho.

Es sumamente difícil ahora, por lo que vivimos hoy en día, tecnología, globalización, economía. Porque estamos viviendo en un ámbito de competencia constante, desarrollo en el cual o me pisas o te piso, en todos los ámbitos, sea cultural, de estudios, social, estamos en una época del canibalismo humano (Quijotadas).

Los testimonios indican diversos sentidos de riesgos y dificultades para los jóvenes. Los factores que inciden en esto son el entorno social de violencia, el consumo de drogas y alcoholismo, las situaciones de lucha social y económica que los grupos de jóvenes emprenden, así como enfrentan problemas de violencia intrafamiliar, o bien, el acceso al logro de competencias tecnológicas. Estos problemas y dificultades son variables de acuerdo al contexto social del grupo. Así, se puede decir que mientras para los jóvenes de clase media la «dificultad» gira alrededor de competitividad, para los jóvenes de clases populares el tema está en la sobrevivencia del día a día; asimismo, para los jóvenes de clase media y alta la dificultad es garantizar el acceso y mejor calidad de niveles educativos superiores, en cambio para las mujeres jóvenes trabajadoras del hogar la preocupación gira en torno a la capacitación o la alfabetización, quienes destacan la importancia de la lectura para formarse mejor (pero se trata de una lectura elemental).

Para concluir esta parte, es bueno señalar que además de saber decidir, considerarse libres para hacerlo, con uso racional de la libertad y autonomía, está la responsabilidad del cumplimiento de ciertas obligaciones o deberes sociales, la cual varía según las clases sociales y el tipo o modelo de familia tradicional biparental, basado en el modelo «hombre proveedor» o bien «modelo familiar de doble ingreso» en el que la participación del hombre y de la mujer es valorada a la par. En general, para los jóvenes de clases populares las responsabilidades se aceleran o se impone tempranamente, mientras que para los otros se postergan. De igual modo, existe un grupo de jóvenes que destaca lo bonito y maravilloso que es ser joven.

Es una etapa un tanto difícil, pero a la vez maravillosa, es lo más hermoso que jamás hemos tenido, porque te alimenta y te hace ver cómo podrías llegar a ser de aquí a un tiempo (Quijotadas).

Es la etapa bonita para experimentar cosas nuevas, es la etapa más bonita que uno puede tener, porque es en ese momento donde vas formando tu carácter (Jaguar).

Lo maravilloso de la juventud está relacionado con la oportunidad de hacer lo que uno desea, por experimentar cosas con libertad, en pos de ir forjando el carácter para el futuro. Carácter de juventud que está ligado a la acción y construcción mental. En ese sentido, la edad biológica puede ser incluso «suplantada» por la «actitud de ser joven».

La juventud es algo que se queda, porque a veces hay personas de 50 años que son más jóvenes que nosotros, porque las actitudes son las que las delatan [...] la juventud se sigue llevando más allá de ser adultas. No es una etapa que se va, sino que se la sigue llevando y eso es algo que debemos recordar y tenerlo presente, aunque tengamos cien años (Quijotadas).

Esta es una etapa mental, porque el ser joven es una cuestión de actitud (Ecoclubes).

4. VENTAJAS Y DESVENTAJAS DE SER JOVEN

Las ventajas y desventajas de los jóvenes complementan a la definición de la identidad juvenil, pues, como hemos sostenido en otro estudio (Yapu, 2008), la identidad se construye en interacción con el entorno y los otros. No es suficiente la toma de conciencia ni la autoafirmación de los jóvenes. Las ventajas y desventajas pueden ser internas y externas, y las desigualdades individuales y sociales. Las ventajas internas se refieren a las características físicas percibidas por los jóvenes en relación a otros grupos de edad; las valoraciones mentales o psicológicas de sus potencialidades y conductas individuales, y las percepciones del joven en relación a la sociedad. Mientras que las ventajas externas indican las condiciones del entorno que favorecen la situación y condición del joven, en este caso, principalmente el desarrollo tecnológico y el acceso a las tecnologías de la información y comunicación (TIC). Las desventajas individuales son percepciones particulares de los jóvenes, por ejemplo, la atribución de soy rebelde, «soy vulnerable». En cambio, las limitaciones sociales designan las percepciones de las desventajas provenientes del exterior como la sociedad, la familia, los amigos, y son transformadas en imaginarios individuales o colectivos, por ejemplo, «soy discriminado», «no somos comprendidos».

La agrupación juvenil Ecoclubes percibe como una de sus ventajas externas el tener mayor acceso a la tecnología y a la información. Ellos, como miembros de jóvenes universitarios, tienen en efecto las posibilidades de uso de las nuevas tecnologías, sobre todo internet, porque la telefonía celular se ha hecho más popular, aunque la función no es la misma para todos. Asimismo, ellos resumen como sus ventajas los valores positivos de tener energía y vigor, apertura mental y capacidad ágil de aprender, convivencia social..., lo cual les permite también ingresar hacia una autonomía.

TABLA 4: RESUMEN DE VENTAJAS Y DESVENTAJAS

Grupo Juvenil	Ventajas	Desventajas
Ecoclubes	Mayor acceso a la tecnología y a la información. Ser propositivos, innovadores y creativos. Mentalidad abierta. Vigor, mayor energía. Facilidad de adquirir conocimientos. Convivencia social. No somos problemáticos.	No respetan nuestra manera de vestir y gustos. Somos actores sociales limitados. No existen instancias públicas que resuelvan los problemas de los jóvenes. No tenemos opción a un empleo justo. Es una etapa de confusión (no saber decidir).
Fenatrahob	Agilidad y fuerza física. Posibilidad de estudiar y trabajar. Mente abierta. Disfrutar, aprovechar en el estudio. Libertad, no hay muchas responsabilidades.	Cuando está sola la joven no tienen protección (vulnerables). Peligros por la falta de experiencia (tentación de caer en vicios). Facilidad de ser explotada. Dependencia de los padres.
Jaguar	Energía, voluntad y fuerza física y mental. Independencia. Capacidad de decidir. Libertad de expresión. Mayor posibilidad de participación.	Desconfianza de la sociedad. Discriminación. Nos cargan de muchas responsabilidades. Enamoramiento. Libertinaje.
Kopajira Ari	Facilidad de aprendizaje. Diversión. Curiosidad (nuevas experiencias). Oportunidad de decidir. Define sus sentimientos.	Creerse invencibles. Rebeldía. Incomprensión de los padres. Discriminación. Vulnerable.
Quijotadas	Cuerpo vital (cuerpo activo). Energía. Mente amplia. Libertad. Puertas abiertas (alternativas). Oportunidad de decidir.	No saber decidir.
ACDSI	Energía física y mental del joven. Puede divertirse con más libertad. Libertad de expresión. Capacidad de decidir.	Inexperiencia (no saber decidir). Vulnerable (influenciable).

Frente a esta postura con gran potencialidad juvenil, las desventajas se traducen en las limitaciones que la sociedad les impone al no respetar sus maneras de vestir y gustos, se representan como actores sociales limitados, sin instancias públicas que resuelvan sus problemas o que les ayude a obtener empleo jus-

to. La única limitación individual (desventaja interna) es la de no saber decidir con claridad.

Para las jóvenes trabajadoras del hogar asalariadas todas las ventajas están en ellas, como la agilidad, la fuerza física y mental. En las condiciones laborales en que se encuentran, esta capacidad les permite estudiar y ampliar sus conocimientos: «estudiar, salir adelante en el trabajo y el estudio» (Fenatrahob). Por otra parte, ellas ven como ventaja la libertad con que cuentan para disfrutar, ya que aún no tienen responsabilidades familiares, sociales. Las desventajas son la vulnerabilidad y los riesgos de uso de dicha libertad:

Cuando está sola la joven no tiene protección. [Y ella corre] peligros por la falta de experiencia (Fenatrahob).

En efecto, las jóvenes trabajadoras están en general alejadas de sus familias, los fines de semana pasan con sus amigas o participan en asociaciones. Por tanto, hay problemas de protección familiar y de la comunidad, además de sufrir excesos laborales de sobreexplotación y discriminación.

El grupo juvenil Jaguar reitera las ventajas de tener energía, la fuerza física y mental junto a la libertad, capacidad de decidir y poder participar en la sociedad. Entre las limitaciones están la desconfianza e incluso la discriminación de parte de la sociedad, que además les impone responsabilidades. De parte de los propios jóvenes un problema latente es confundir la libertad con libertinaje: «algunos jóvenes confunden libertad con libertinaje y quieren dedicarse a los vicios» (Jaguar).

La ACDSI de Santa Cruz consagrada a la acción cultural y el deporte, destaca la energía física y vitalidad para tomar decisiones. Para ellos las principales desventajas de la juventud actual son la falta de experiencia y la vulnerabilidad. En cambio, para la agrupación Kopajira Ari de la ciudad de La Paz, las ventajas de ser joven provienen de la interrelación de aspectos físicos y mentales que ofrecen facilidad de aprendizaje al joven. De esta manera:

Los jóvenes pueden adaptarse mejor a cualquier cosa, más rápido, por ejemplo, a estudiar; a diferencia de los mayores, los jóvenes son más rápidos (Kopajira Ari).

Asimismo, la juventud tiene curiosidad:

Al curiosoear vas conociendo muchas cosas, por más que sean buenas o malas, tienen ventajas y desventajas, puedes aprender o tener desgracias (Kopajira Ari).

En cuanto a las desventajas, este grupo diferencia las limitaciones individuales de aquellas desventajas sociales. Respecto de las limitaciones individuales, una de las desventajas es que la juventud se crea «invencible», como opinan:

Los jóvenes piensan que por ser ya mayores creen que pueden hacer todo, antes no teníamos la libertad de salir a la calle, por ser joven piensan que pueden hacer cualquier cosa; nos creemos invencibles, que todo lo podemos hacer, que no hay barreras para nosotros, nos creemos superiores, parecemos «supermanes» [superhombres], tenemos esa idea de la vida que todo lo podemos hacer solos; cuando tú crees que eres invencible, tienes la ventaja de que lo puedes lograr, pero tienes la desventaja que cuando no lo logras, no te ha servido de nada sentir que eres superior o lo que has hecho (Kopajira Ari).

Es decir, el sentimiento de superioridad y autonomía en la juventud puede desembocar en consecuencias perjudiciales y de riesgos no controlados, terminando en la drogadicción, violencia. Otro tema que surge en este grupo es la «rebeldía» ante los padres de familia y las autoridades, pudiendo causar malas relaciones y/o malos entendidos en su entorno familiar y local.

El joven se vuelve rebelde por su entorno, su familia tiene problemas y todo eso te lleva a desquitarse con otras personas [...] te «putean» de todo y de nada, guardas rencor, te desquitas con las personas menos esperadas, con tus amigos, ellos no saben lo que te pasa en el entorno de su casa, en su colegio, de la calle mismo. Por eso se vuelve rebelde (Kopajira Ari).

Finalmente, en la agrupación Quijotadas, las ventajas de la juventud actual se relacionan con la libertad, que en este grupo puede ser entendida desde tres puntos de vista: i) libertad como diversión: «libertad porque tenemos mayor libertad, podemos divertirnos, podemos ir a fiestas, podemos divertirnos más seguido, cosa que los mayores no lo pueden hacer»; ii) libertad como creación: «libertad porque puedes crear, revolucionar, la libertad de ser uno mismo», y iii) libertad como responsabilidad: «la libertad van con cuán responsable eres con tus actos. Respondes por los actos que haces» (Quijotadas).

Hasta aquí se han notado bastantes coincidencias y la tabla 5 lo confirma.

TABLA 5: VENTAJAS COMUNES A LOS GRUPOS

Términos utilizados	Coincidencias entre los 6 grupos	Grado de coincidencia (%)
Cuerpo vital (cuerpo activo), energía	6	100
Libertad	5	83
Oportunidad de decidir	4	67
Diversión	2	33
Facilidad de aprendizaje	2	33

Los jóvenes de los seis grupos coinciden en señalar que la mayor ventaja de ser joven es contar con un cuerpo pleno de vitalidad y energía frente a generaciones adultas. Cinco grupos priorizan la idea de libertad, cuatro ven como ventaja la oportunidad de decidir y dos valoran la diversión y la facilidad de aprendizaje. Este concepto de joven como cuerpo vital, activo y lleno de energía viene relacionado a los términos tales como capacidad, rapidez, competitividad y adaptabilidad, aplicables en varios sentidos como ser: la educación, el trabajo, los deportes. Dando a entender que la juventud se constituye en el momento social y biológico óptimo para la preparación a una vida adulta. Éstos son algunos de los comentarios en relación a este tema:

Hay más energía para ejercitar trabajos y hacer varias actividades (Jaguar); los mayores no pueden hacer lo mismo, como saltar, alzar cosas pesadas, hacer acrobacias (Quijotadas); la competitividad te hace fuerte, que es más o menos parecido con lo de los demás, con energía (Quijotadas); que los jóvenes pueden adaptarse mejor a cualquier cosa, más rápido, por ejemplo, a estudiar; a diferencia de los mayores, los jóvenes son más rápidos (Kopajira Ari); hay más capacidad para el estudio y deporte (ACDSI).

Esta ventaja biológica propia de la juventud parece guardar relación con el concepto de construcción del tiempo social. En la medida que tener el cuerpo vital, activo y lleno de energía pone en ventaja competitiva a los jóvenes respecto a las otras generaciones mayores; abre espacios de oportunidad que pueden ser aprovechados por el joven y por la sociedad en su conjunto.

A los atributos de independencia y responsabilidad se suma la ventaja de la libertad. Libertad que puede ser limitada por varios flancos: por el trabajo de los jóvenes de medios populares; la diversión que puede conducir a perder responsabilidad, o bien, puede llevar al consumo de drogas y alcohol. Otra ventaja de ser joven es la oportunidad que tiene de decidir. Al respecto quedó claro que «ser joven» es salir de ese mundo de los sueños característico de la niñez y adolescencia para encontrarse con la realidad. Es un período de oportunidad que la vida brinda para definirse como persona, trazarse objetivos y metas que cumplir, definiendo así el inicio de un camino hacia la autonomía personal, donde la necesidad de aprender a decidir se vuelve una prioridad. Por tanto, el saber decidir y la oportunidad son dos elementos muy importantes para la juventud que permitirá convertir ideales en realidades. Algunos jóvenes al respecto comentan:

La juventud comienza el día en que te preguntas ¿qué es la vida? ¿Qué voy a hacer ahora? ¿Por qué vivo? Te pones a pensar y decides qué vas a hacer, cómo pensar, sentir, actuar.

Porque emocional y psicológicamente, para mí, la juventud comienza cuando tú te preguntas ¿qué voy a hacer con mi vida? [...] En ese momento tienes la oportunidad de decidir de que si vas a vivir en esta vida, o ser idealista o materialista, o ser místico, pero tienes la oportunidad de decidir (Quijotadas).

La combinación de la vitalidad del cuerpo, junto a la libertad y la posibilidad de decidir puede constituirse en las bases para la experimentación de nuevas sensaciones, dando paso así a la diversión como ventaja; como relata un testimonio:

La diversión es una ventaja, porque en otras etapas de la vida, cuando eres adulto ya no puedes divertirte igual que cuando eres joven, tienes más responsabilidades [...] cuando eres niño tienes mucha diversión, juegos, cuando eres joven tienes más cosas, te diviertes, en cambio cuando eres mayor tienes poco tiempo para divertirte (Kopajira Ari).

A modo de resumir lo común entre las desventajas juveniles, tal como la tabla lo ilustra, señalemos la vulnerabilidad frente a su entorno inmediato, la incomprensión y la desconfianza por parte de la sociedad, por ende, la percepción de sentirse actores sociales limitados y con dificultades para poder decidir.

Cuatro grupos coinciden en señalar la vulnerabilidad como un problema, una desventaja de los jóvenes. Este concepto tiene diversas vertientes de interpretación: i) puede referirse al proceso de adaptación y transición que vive el joven, lo que pone en escenarios de vulnerabilidad, debido a que empiezan a abandonar el espacio de la protección y la seguridad que constituía para ellos la infancia; ii) los jóvenes también pueden ser influenciados por debilidad de argumentos y contactos políticos, por falta de conocimiento y experiencia; iii) la libertad que logran los jóvenes les pone también ante el contexto de las drogas, el alcoholismo.³

3 El problema del alcoholismo de los jóvenes no es bien conocido en Bolivia, pero ellos viven un contexto social muy propenso al consumo del alcohol. Como describe Carlos Laruta: «La sociedad boliviana, en su idiosincrasia profunda, tiene adhesiones masivas, como la fiesta popular, la política masiva y la religiosidad popular. Esto ocurre con mucha fuerza en todo el país. Así, cada barrio o vecindario urbano, cada comunidad campesina o rural, cada ciudad o poblado intermedio, cada fraternidad, cada equipo de fútbol..., tiene su festividad religiosa y vinculado a ello un conjunto de ritos y tradiciones donde el consumo de alcohol se vuelve masivo durante un corto tiempo, que es el tiempo de la chope fiesta, del preste, del carnaval o de la fiesta patronal. Sin embargo, Bolivia es una

Al respecto, la encuesta de juventudes reveló que para los jóvenes los problemas a los que más se enfrentan son el alcoholismo (74%), la drogadicción (65%), ser víctima de violencia o participar de ella (28%) (VJNTE, 2003:160). En el caso de los jóvenes de clase popular, la vulnerabilidad tiene otros matices. Refiriéndose a las mujeres jóvenes trabajadoras del hogar, el problema es el trabajo. Ellas dicen:

Te hacen trabajar porque estás lejos de tu familia. Si estás sola, no hay nadie que te defienda; las que se vienen a trabajar aquí son solas, son discriminadas⁴ o explotadas, ya sea en su casa o por los patrones, son maltratadas y discriminadas (Fenatrahob).

Es más, entre las jóvenes trabajadoras se encuentran adolescentes de 10 a 12 años de edad y sin control y regulación de horas de trabajo. Otro punto común es la incomprensión y desconfianza en los jóvenes. Esto nace en el seno de la propia familia y en el entorno inmediato:

sociedad en crisis: tiene una crisis económica (falta de empleos dignos y salarios dignos), una crisis social (cambio de estatus, migración, empobrecimiento) y de valores (valores considerados centrales se debilitan como la importancia de la familia, el respeto entre las personas, el cariño de los padres, la vida religiosa, la cohesión comunitaria), produciéndose la individualización extrema, la corrupción, la intolerancia. Esta crisis afecta a ciertos grupos que viven, entonces, en crisis permanente y por ello recurren al alcohol también de modo permanente como forma de escapar, de paliar su crisis o de ignorarla. En el vértice de estos grupos, ciertas personas caen en el alcoholismo» (Carlos Laruta, «Largas crisis sociales atraen al alcoholismo», *El Deber*, Santa Cruz, 4 de mayo de 2008).

- 4 Aunque la investigación realizada por Elizabeth Pardo muestra que las «percepciones sobre la discriminación son diferentes. Las mujeres mayores perciben discriminación como algo evidente y presente en sus vidas. En cambio las mujeres THA'S (trabajadoras del hogar asalariadas) jóvenes, casi no la perciben. Esta diferencia probablemente se deba a que la ley 2450 está mostrando, de alguna manera, sus frutos y, por otra parte, a que la sociedad boliviana está condicionada en los últimos años por los cambios profundos de comportamiento y empoderamiento de los sectores sociales marginados, lo cual se refleja en las visiones y condiciones de vida para las jóvenes» (Pardo, 2007:31).

La incomprensión de los padres, ellos ya han tenido su moda, han tenido sus *hippies* tal vez, nosotros también tenemos influencias, no somos comprendidos [...] no respetan eso de salir hasta más tarde.

La incomprensión no sólo es en la familia, a veces tampoco eres comprendido por los amigos [...] a veces uno mismo no se comprende (Kopajira Ari).

Esta desconfianza nace de la asociación común entre la juventud y las pandillas, la violencia:

La sociedad desconfía de los jóvenes, creen que todos somos de pandillas o hacemos cosas malas (Jaguar); además, no se nos respeta en la manera de vestir y los gustos, por ejemplo con pantalones anchos o rotos. No nos aceptan tal como somos. El gusto que tenemos como jóvenes viene por las canciones. Lo que los adultos hacen es centrarse en la apariencia (Ecoclubes).

Quizá esta idea coincide con lo que Dina Krauskopf (2000) planteó como «juventud: etapa problema» cuando escribe:

La fragmentación pragmática de la juventud como problema se revela al definirla en relación al embarazo, la delincuencia, las drogas, la deserción escolar, las pandillas... Se constituye una percepción generalizadora a partir de estos polos sintomáticos y problemáticos. [...] A esto puede agregarse que el énfasis en el control favorece la estigmatización criminalizante de la juventud (2000:122).

TABLA 6: DESVENTAJAS DE SER JOVEN

Términos utilizados	Coincidencias entre los 6 grupos	Grado de coincidencia (%)
Vulnerable e influenciable	4	67
Incomprensión y desconfianza	3	50
Somos actores sociales limitados	3	50
No saber decidir	3	50

En Bolivia, la encuesta de juventudes del 2003 revela que el 14,5% de los jóvenes cree que los adultos sienten «poco aprecio»

por la juventud, «piensan que son flojos», «echados a perder o irresponsables». Por otra parte, el 8% cree que los adultos ven en ellos «rebeldía» y 10,4 % «poca esperanza» (VJNTE, 2003:113).

Finalmente, los jóvenes se perciben como actores sociales limitados por la propia sociedad y destinados únicamente a ocupar espacios secundarios de participación en ésta, debido a su condición y supuesta inexperiencia en relación a la vida. Esto está relacionado estrechamente con la idea de discriminación que aleja la juventud de sus derechos fundamentales de ciudadanía.

El hecho que porque eres joven te hacen a un lado, dicen: «te tomamos en cuenta», «te escuchamos», pero es mentira. Dicen: «que los jóvenes somos el futuro», «que nosotros tenemos que ser mejores que ellos», pero no nos dan un incentivo suficientemente bueno [...] Pero dicen: «eres joven... ¡Cállate!», «vos... ¡quédate ahí!», te escuchan, pero no te hacen caso [...] es conversación de mayores o estamos hablando entre personas maduras (Kopajira Ari).

El concepto de ciudadanía ha evolucionando significativamente desde el siglo XIX. En ese sentido, para hoy en día, Eliana Roca, citando a John Durston, escribe:

La ciudadanía viene a ser el marco que crea las condiciones para una participación posible. Pasar de la participación posible a la participación real; implica que el individuo que ejerce esa ciudadanía se ocupe de los temas que preocupan a la colectividad; que hace escuchar su voz en la discusión pública de esos temas que pasa de ser un mero consumidor de mensajes y valores, a ser productor de sus propios mensajes, es decir, que imagina y comunica sus propuestas de solución a la colectividad. En ese sentido, «los jóvenes urbanos populares [...] son ciudadanos excluidos por ser pobres y de segunda clase por su condición de pobre» (Roca, 2004:65-66).

Es decir, la ciudadanía ya no se reduce a principios teóricos ni a la edad simple de mayoría con derecho a voto, sino al ejercicio. Por eso, los jóvenes se quejan: «cuando cumplís 18 años, podés ir a la cárcel por un delito, pero no podés ser elegido concejal» (Ecoclubes).

5. DIFERENCIAS Y DESIGUALDADES ENTRE LA JUVENTUD

¿Cuáles son las diferencias y desigualdades más destacables entre los grupos y cuáles son las más comunes? Esta es la interrogante que se desarrolla en esta parte. De entrada hay que asumir que ambos conceptos son ambivalentes y son construidos por los actores sociales. Aun cuando se puede admitir que las diferencias designan las clasificaciones como raza, género, edad, o bien, aspectos intangibles como la cultura, el conocimiento. En cambio, la desigualdad designa criterios sociales y económicos.

TABLA 7: PERCEPCIÓN DE DIFERENCIAS Y DESIGUALDADES

Grupo Juvenil	Diferencias	Desigualdades
Ecoclubes	Gustos y códigos Género Identidad cultural	Económicas Educación - Empleo
Fenatrahob	Género Étnico - Culturales	Económicas
Jaguar	Gustos y códigos Género Religión Deporte Étnico - Culturales	Clase social
Kopajira Ari	Gustos y códigos Pensamiento Personalidad Sentimientos Territoriales	Económicas
Quijotadas	Gustos y códigos Género Pensamiento Personalidad Sentimientos Raza Étnico - Culturales Urbano - Rural	Educación - Empleo Económicas
ACDSI	Género Étnico - Culturales	Económicas

Dijimos que las diferencias son construidas y dependen no sólo de los individuos, sino también de la evolución de la propia sociedad. Así, la realidad de la ciudad de Santa Cruz es compleja y afecta en la construcción de identidad de los grupos de jóvenes. Como dicen:

Cada uno maneja una identidad, pero la sociedad te obliga a cambiarla para encajar en un grupo, ser como ellos, para poder encajar en el grupo. El entorno social lo obliga a cambiar, eso se ve en el colegio, por ejemplo (Ecoclubes).

La construcción diferencial muy visible está relacionada a los gustos, la música, la moda, así como los códigos que éstos utilizan: «hay mucho culto a la belleza, las chicas son víctimas de esta presión. La apariencia física es muy importante en la sociedad cruceña» (Ecoclubes). En el caso de las jóvenes mujeres trabajadoras del hogar, al ser un grupo conformado exclusivamente por mujeres y que reproduce el rol tradicional de la mujer a través de un trabajo desvalorizado por la sociedad, el tema adquiere importancia para las participantes quienes reconocen la existencia de una diferencia convertida en desigualdad entre hombres y mujeres, resultado de una sociedad aún tolerante con el machismo. En ese sentido, ellas opinan:

Las mujeres tenemos que trabajar y estudiar, todo nos cuesta más; los hombres ganan más que las mujeres, cuando trabajan de seguridad [guardias privados], ellos por ser hombres pueden ganar más.
El hombre cree que porque es hombre [...] tiene más derechos (Fenatrahob).

Además, estas jóvenes sufren los efectos de las diferencias étnico-culturales, cuando se sienten discriminadas por su condición y origen de indígena; visibilizadas más por las migraciones interregionales en el país. Varios grupos destacan los efectos de las diferencias étnico-culturales como discriminaciones. En el contexto cruceño donde una gran parte de la población es inmigrante de los valles y el altiplano boliviano, las familias mes-

tizas de origen cruceño de piel clara viven espacios o barrios residenciales bastante delimitados y forman grupos reconocidos socialmente. En cambio, los inmigrantes collas (del occidente) o de la misma región del oriente, representan grupos sociales subalternos, residen barrios marginales y tienen tez morena. Por eso hablan de discriminación étnico-cultural.

Otro tema diferenciador que aparece entre los jóvenes es la ocupación del espacio, que se expresa especialmente en el grupo Kopajira Ari. Ellos dicen que los jóvenes territorializan la villa en que viven diferenciándose de esta manera entre los propios jóvenes, llegando incluso a casos extremos de violencia por apropiarse de los espacios públicos: «entre los jóvenes se odian hasta casi se matan por habitar una plaza» (Kopajira Ari). Probablemente esta opinión sobresale aquí porque el grupo acoge jóvenes provenientes o forman parte aún de pandillas juveniles. Esta ocupación del espacio se refuerza con portar vestimentas particulares y afirmar ciertas ideas, una personalidad y un sentimiento de unión al grupo:

Claro, nadie es igual a otro, no hablando en el sentido físico, sino en el sentido de sentimientos, pensamientos, cada quien tiene su forma de pensar, aquí hemos visto eso en el debate, nadie es igual, alguna vez se coincidirá, pero es simple coincidencia; cada uno tiene una personalidad, yo soy diferente a toditos (Kopajira Ari).

Referido a la distinción étnico-cultural, el grupo Quijotadas introduce el tema racial. Para unos, el tema racial estaría desapareciendo en Bolivia y serían sólo signos de pequeños grupos marginales que aún discriminan por el color de la piel oscura, propia del indígena boliviano:

Algo bien importante es que esto del racismo se está perdiendo; sí todavía se mantiene en algunos grupos pequeños de jóvenes que clasifican por el color de piel que tienes. Son grupos pequeñísimos, tanto en clases medias, altas y bajas, eso lo he notado (Quijotadas).

Otros perciben que la discriminación racial se está operando más de indígenas hacia los mestizos, sobre todo desde que el gobierno nacional es presidido por el Presidente Morales, de origen indígena:

Esto del racismo, al contrario, yo creo que está creciendo más por esto de nuestro Presidente [haciendo alusión al origen étnico del Presidente Evo Morales]. Ya ni los mestizos ni los blancos discriminan, ya el indígena te discrimina [...] yo veo ahora más racismo del indígena al mestizo que del mestizo al indígena (Quijotadas).

La tabla 8 resume las diferencias más compartidas en los grupos juveniles: género, de gustos y códigos de comportamiento social y diferencias étnico-culturales.

TABLA 8: DIFERENCIAS MÁS COMUNES ENTRE JÓVENES

Términos utilizados	Coincidencias entre los 6 grupos	Grado de coincidencia (%)
Diferencias de género	5	83
Diferencia de gustos y códigos	4	67
Diferencias étnico-culturales	4	67

No es novedad expresar las diferencias de género. Lo que sí es importante notar es el arraigo de estas diferencias en desigualdades de dominación entre hombres y mujeres, ya tradicionalizadas en la cultura boliviana. Por eso la denuncia de los jóvenes tiene su lugar.

Yo he notado que en la sociedad se está viviendo en una sociedad hipócrita, por delante es sólo palabra, hay que respetar a las mujeres, homosexuales [...] por detrás, hablan pestes [habla mal de una persona]: 'que es un maraco' [término utilizado despectivamente para referirse a una persona homosexual].

Recuerdo un concurso de literatura organizado por Alfaguara, de los 25 participantes más del 80% eran hombres y el restante eran mujeres, al final escogieron 10 participantes 7 hombres y 3 mujeres, al final 5 y

todos eran hombres, las mujeres que tenían muy bellos trabajos y creo que ha sido por la cuestión de género (Quijotadas).

Vivimos en una sociedad machista en todos los sentidos. Todavía hoy por ejemplo, me dicen: «anda calentá la comida a tu hermano», porque soy mujer. También a los hombres los mandamos a hacer los trabajos más pesados (Ecoclubes).

El hombre cree que porque es hombre puede salir y llegar a la hora que quiere. Cree que porque es hombre tiene más derechos. Pero no es así (participante casada con dos hijos).

Cuando el hombre es mayor que la mujer, abusa de ella (Fenatrahob).

Sin embargo, existen opiniones optimistas que ven cambio en esta relación discriminante de género.

El machismo es fuerte, desde el colegio, la mujer es callada y débil, no puede hacer esto, en el ámbito intelectual apoyo en que las mujeres tienen más capacidad que los hombres, no todas no, pero igual. Se mantiene el machismo porque el hombre es fuerte, la cabeza, el hombre nomás toma la decisión, la mujer a la esquina, no habla [risas], antes las mujeres no podían votar, que la mujer a la cocina, que la mujer lava, que la mujer esto y el hombre va a trabajar y trae la plata, ahora todo está cambiando (Quijotadas).

Creo que ahora estamos viviendo en una sociedad donde esa diferencia de género ya no está tan marcada como era antes. Nos aceptamos si es hombre o mujer (Jaguar).

Hay también mujeres que están dando vuelta las cosas, como Cristina Kirschner, la Presidente de Argentina y Michelle Bachelet de Chile. La diferencia actual es que las mujeres ya tienen acceso a la educación. Pero hay un progreso, porque las mujeres no solamente votan, sino también hablan de política (Ecoclubes).

¿Qué influye en la persistencia de estas tradiciones? Algunos determinantes y/o condicionantes son los ámbitos sociales donde se desenvuelven los jóvenes, como la familia o la escuela. Como dicen:

La discriminación la hace la misma familia. Privan de hartas cosas a las chicas. No hay equidad entre mujeres y hombres (Jaguar); depende de la enseñanza de los padres, a mi hermano le han enseñado que a las chicas hay que acompañarlas hasta su casa (Quijotadas).

Los jóvenes del grupo reconocen que hombres y mujeres tienen las mismas capacidades. Pero vivimos con los valores transmitidos por sus familias (Ecoclubes).

Para otros, el colegio o la escuela se constituye en el medio social de interacción donde se observan también las diferencias de género. Así opina una mujer:

Los criterios vienen desde el colegio, por ejemplo, hay que mover los bancos, vayan los hombres. Hay que barrer el curso, las mujeres (Ecoclubes).

El segundo criterio distintivo común entre los jóvenes tiene que ver con los gustos y los códigos que hacen a los estilos juveniles. En este sentido, la música y la moda traen consigo formas de unión entre los grupos.

Si te gusta el rock te vas a juntar con una persona que comparte tu misma forma de pensar; tú ves una persona con una polera de por si te gusta, le vas a hablar. Por ejemplo: los metaleros⁵ odian a los cumbieros,⁶ a los reguetoneros⁷ (Quijotadas).

Empero estos estilos y preferencias juveniles están atravesados por diferenciaciones sociales como Pierre Bourdieu nos había sugerido en su libro *La distinción*.

Yo veía el grupito de los *jailones*,⁸ por ejemplo, y ahí había códigos, una forma de hablar, entonces como que vos no sabías hablar eso o vestirte

5 Término utilizado para referirse a personas que gustan o escuchan música del género del rock metal.

6 En el caso de la cumbia.

7 En el caso del reguetón.

8 Término que se usa en el lenguaje de la ciudad de La Paz para referirse a las personas pertenecientes a una clase social acomodada o alta.

como ellos, más o menos entonces te designaban a otros grupos. Y tú estabas con el grupo de los más desechados. A mí me pasaba eso.

En la juventud está más relacionado a si tú tienes los mismos códigos que yo manejo, entonces entras dentro de mi grupo, sino te dejo a un lado (Quijotadas).

Como último punto cabe reiterar las diferencias étnico-culturales que los jóvenes perciben. Un tema que actualmente se cruza con las diferencias regionales en Bolivia y traen consecuencias discriminatorias de jóvenes cruceños hacia los jóvenes de otras regiones como La Paz y la pérdida de identidad a la que están sometidos los jóvenes migrantes que llegan al Departamento de Santa Cruz, como estrategia de integración y reconocimiento de la sociedad cruceña. Como testimonian las citas siguientes:

Hay mucha discriminación [...], he viajado a Santa Cruz el año pasado, en el seminario de la universidad nos hablaban bien, pero cuando hemos salido, ni siquiera nos saludaban (Quijotadas).

Hay veces que nos discriminan por cómo somos, de dónde somos, si somos de pollera o de vestido, de qué departamento somos. «Si ella es de La Paz, nos van a atender bien», así dicen (Migrante paceña que conserva su vestimenta tradicional, de Fenatrahob).

A uno lo discriminan porque es negrito o porque no tenga plata (ACDSI).

Como ratificando esta idea, otros jóvenes cruceños comentaron sobre la forma en la que los jóvenes migrantes de otras regiones pierden su identidad producto de la discriminación.

Hay mucha discriminación contra los collas.

El que no apoya a la autonomía es un «colla masista».⁹ Así les dicen.

Los jóvenes son discriminados, entonces se asimilan a la cultura del lugar donde viven.

El que viene aquí, deja su cultura atrás, cambia su vestimenta (Jaguar).

Cada uno maneja una identidad, pero la sociedad te obliga a cambiarla para encajar en un grupo, ser como ellos, para poder encajar en el grupo. El entorno social lo obliga a cambiar, eso se ve en el colegio, por ejemplo.

9 Pertenece al partido político Movimiento al Socialismo (MAS).

A veces hay que adaptarse obligadamente, por ejemplo una persona que viene del campo, se ve presionada a cambiar, porque si no, no sería aceptado.

Respecto a las desigualdades sólo queremos destacar las que coinciden entre los participantes y que se refieren a lo económico, la educación, el empleo, tal como se observa en la tabla 9.

TABLA 9: DESIGUALDADES MÁS SIGNIFICATIVAS ENTRE LOS JÓVENES

Términos utilizados	Coincidencias entre los 6 grupos	Grado de coincidencia (%)
Desigualdades económicas	5	83
Desigualdades en educación y empleo	2	33

Si las diferencias entre jóvenes se referían a estar o no estar con el otro, las desigualdades apuntan a las posibilidades de mostrar las bases de imposición de las diferencias. No queremos enfatizar en las diferencias regionales con sus desigualdades económicas que inducen al sentido económico de los jóvenes paceños y cruceños. Sólo reportemos algunos testimonios que hablan de patrones sociales y las construcciones culturales respecto al nivel socioeconómico:

Hay una construcción de patrones sociales, que son esquemas mentales. Por ejemplo, se trabaja y se estudia para tener dinero.

La sociedad cruceña es extravagante, hay personas que trabajan y se endeudan para tener el último auto.

En la clase baja, los jóvenes a veces fingen la identidad que no tienen. Por ejemplo, la hija de una madre pobre que quiere lucir *fashion*, la madre se tiene que sacrificar mucho.

Incluso se puede ver que hay familias que son mantenidas por jóvenes, a veces mantienen su propia familia y eso les obliga a que no estudien (Ecoclubes).

Existen diversas situaciones económicas y sus efectos. Así, uno de éstos se refiere a garantizar el acceso a la educación, que para muchas familias está restringido:

En la pública [universidad], para sacar papeles u otras cosas hay que pagar, mi facultad no paga aporte voluntario, sólo matrícula, otras carreras tienen que pagar 200 Bs. Sin eso no puedes estudiar, aparte de eso tienes que comprar el libro al docente, si no, no apruebas la materia, dentro la educación pesa el factor económico, el título sale cerca de 4.000 Bs.

Si tienes una buena educación tienes un buen empleo, y para la educación necesitan buenos ingresos. Si no tienes buena educación no tienes un buen empleo (Quijotadas).

Aunque no estamos seguros del tipo de relación existente entre niveles educativos y acceso al mercado laboral, se sigue postulando que la formación permitirá tener mayores oportunidades de trabajo más digno y mejores remuneraciones. Como afirman los jóvenes:

Para tener un buen empleo tienes que tener una buena educación, haber hecho cursos diferentes, una especialización [...] te ponen trabas, otros que tienen han estudiado inglés, computación. Pero ¿los que sólo hemos estudiado nuestra carrera?

No ha sido por el hecho de que tenía experiencia [hace referencia a la pérdida de una oportunidad de trabajo], sino porque no tenía título, no concluí la universidad y necesitaba eso, currículum sí tenía, pero no título.

Es la educación porque ahora no se requiere la licenciatura, ni técnico superior, lo que vale es una maestría, un doctorado. Cómo se va a sacar eso si vale miles de dólares, necesitas trabajar para poder pagar (Quijotadas).

Estas dos restricciones, la laboral y la educativa, sumada a la restricciones económicas producto de la burocracia de las instancias educativas del Estado (universidades principalmente) para la obtención de los títulos académicos, termina de cerrar el círculo vicioso que encapsula toda posibilidad de éxito en el proyecto de vida de la juventud menos favorecida.

6. CONCLUSIONES

La percepción de los jóvenes sobre sí mismos, en sus fortalezas y debilidades, al igual que en sus diferencias y desigualdades, reflejan las tensiones y las relaciones sociales, políticas y cultu-

rales que vive Bolivia. Pero también conllevan probablemente sus ideales y limitaciones más allá de las fronteras del país y de las coyunturas regionales entre La Paz y Santa Cruz. Quisiera destacar estos últimos, es decir, las implicaciones teóricas y prácticas, esto es, políticas, de por ejemplo, los temas de ver la juventud como *etapa* biológica y social, porque casi el 70% de los grupos asocian la juventud con un tipo de etapa, sea de decisión o sea de preparación hacia una vida futura de adulto. En publicaciones anteriores manifestamos nuestras críticas a la construcción de etapas sociodemográficas, o bien, ver la juventud desde el ángulo de la evolución lineal del problema. Sin embargo, los datos que reporta esta investigación permiten volver a tener en cuenta como tema de reflexión.

Por otro lado, la visión de la juventud como energía, fuerza y potencia tiene riesgos. Conduce al desarrollo de lo especulativo pudiendo alejarse de las relaciones y necesidades de los propios jóvenes. Por eso requiere recentrar el tema en las estructuras sociales de poder y de clases, aunque este concepto ya no sea de uso tan habitual hoy en día; o simplemente, integrar entre las tensiones identificadas por CEPAL/OIJ (Hopenhayn, 2004:17-21).

Otro tema de discusión se refiere a la libertad, independencia y autonomía frente a la responsabilidad y otros factores que restringen precisamente la libertad de los jóvenes. Creemos que este tema es muy importante e interesante para el proceso político que vive Bolivia hoy. Pues, en el marco de las transformaciones que propone el gobierno de Evo Morales Ayma, es necesario replantear varios conceptos añejos como libertad, autonomía y formación de nuevos sujetos en y para la nueva sociedad. No sabemos cuál es el alcance de la transformación proyectada, empero sería bueno estudiar más a fondo la emergencia de dichos conceptos desde la sociedad civil, especialmente, desde los jóvenes.

Entre las desventajas de los jóvenes podemos mencionar la falta de confianza que ellos tienen de parte de la sociedad. Ellos se encuentran en una «fase» en la que no inspiran seriedad, seguri-

dad y son vulnerables, por lo menos, parece que eso refleja la sociedad ante los jóvenes. Por tanto, muchas de las potencialidades juveniles corren el riesgo de caer en duda y ser motivo de frustraciones para los jóvenes y resultar ser «actores sociales limitados».

Por último, cuando se habla de diferencias y desigualdades, dejamos en claro que entre ellas existen vínculos de transición, sobre todo, en sentido de ir de las diferencias hacia las desigualdades. Al parecer el estudio sobre las diferencias juveniles es útil metodológicamente, porque permite identificar los atributos diferenciales de manera taxonómica, pero es limitado teóricamente por cuanto ellas no se explican entre sí, sino hacen recurso o involucran casi forzosamente elementos conducentes a la desigualdad, esto es, los factores económicos o de clases sociales. Esto nos permite recordar el debate de la interculturalidad en Bolivia, que en uno de sus momentos y enfoques enfatizó el respeto y aceptación de las diferencias y del «otro», mas, de inmediato encontró sus limitaciones. De esa manera hoy vemos el cuestionamiento de aquella interculturalidad para replantear abiertamente la justicia social como el núcleo de la lucha contra la producción y reproducción de las desigualdades.

LA PAZ (BOLIVIA), OCTUBRE DE 2008

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CEDLA (2005): *Para comprender el mundo del trabajo. Programa de investigación 2004-2006*. La Paz: CEDLA.
- EL DEBER (2007): «La delincuencia aflige más». (www.eldeber.com.bo).
- ERÓSTEGUI, RODOLFO (2007): *Introducción a la construcción social del mercado de trabajo*. La Paz: Labor y AOS.
- FAUR, ELEONOR; MARIANA CHAVES y MARÍA GRACIELA RODRÍGUEZ (2006): *Investigaciones sobre juventudes en Argentina: estado del arte en ciencias sociales*. La Plata: Instituto de Altos Estudios Sociales (IDAES), Dirección Nacional de Juventud y UNICEF.
- HOPENHAYN, MARTÍN (2004): *La juventud en Iberoamérica. Tendencias y urgencias*. Santiago: CEPAL y OIJ.
- KRAUSKOPF, DINA (2000): «Dimensiones críticas en la participación social de las juventudes». En SERGIO BALARDINI (compilador): *La participación social y política de los jóvenes en el horizonte del nuevo siglo*. Buenos Aires: CLACSO.
- PEÑA, CLAUDIA y NELSON JORDÁN (S/F): *Ser cruceño en octubre*. La Paz: Editorial Gente Común y PIEB.
- ROCA, ELIANA (2004): *Ciudadanía inconclusa. La participación social y política de los jóvenes de plan tres mil*. Santa Cruz: Editorial El País.
- ROSSELL, PABLO y BRUNO ROJAS (2006): *Destino incierto. Esperanzas y realidades laborales de la juventud alteña*. La Paz: CEDLA.
- VICEMINISTERIO DE LA JUVENTUD, NIÑEZ Y TERCERA EDAD (VJNTE) (2003). *Encuesta de juventudes en Bolivia 2003: cifras de las nuevas generaciones para el nuevo siglo*. La Paz: VJNTE.
- YAPU, MARIO (2008): *Jóvenes aymaras, sus movimientos, demandas y políticas públicas*. La Paz: IBASE y UPIEB.

Ser Joven en Sudamérica.
Diálogos para la construcción
de la democracia regional



**QUE É SER JOVEM NO BRASIL HOJE?
OU A CONSTRUÇÃO MILITANTE
DA JUVENTUDE**

Helena Wendel Abramo

O QUE É SER JOVEM NO BRASIL DE HOJE?

HÁ UM «BOOM» DA JUVENTUDE, nas palavras de uma militante feminista, ou uma «onda da juventude», como diz um integrante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): os jovens entraram na pauta social e política do país, como já foi escrito muitas vezes nos últimos anos, embora um balanço dos significados inscritos nesse movimento, dos ganhos e recuos operados nesse campo, ainda esteja por ser feito. Buscar compreender de que modos, e com quais consequências, está sendo realizada a inscrição da juventude na agenda pública dos países da América do Sul é um dos objetivos da pesquisa em curso «Juventude e integração sul-americana: diálogos para construir a democracia regional», desenvolvida pelo IBASE e PÓLIS e mais uma série de parceiros em seis países desta parte do continente, dando continuidade a outra pesquisa realizada em 2007.¹ Na primeira etapa desta nova edição da pesquisa, buscamos investigar que peso e que significados têm assumido a identidade juvenil em cada um dos países, principalmente recolhendo elementos para compreender como os atores juvenis se posicionam nesse campo e que elaborações têm feito a respeito.

Para isso, realizamos vários grupos focais, no primeiro semestre de 2008, com integrantes de movimentos e grupos ju-

1 «Juventude e Integração Sul-Americana», coordenada pelo IBASE e PÓLIS, que ouviu, ao longo de 2007, 960 jovens e especialistas em juventude em seis países da América do Sul: Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile e Bolívia.

venis para levantar suas percepções, opiniões e questões a respeito do que é ser jovem hoje, das demandas dos jovens do país e do continente, e sobre os atores e as políticas envolvidas na busca de respostas a essas demandas.

A escolha dos segmentos a serem estudados foi feita na perspectiva de contar com a maior diversidade possível, dentro dos limites de amplitude e tempo da pesquisa, de coletivos juvenis com atuação significativa no cenário brasileiro, cada um a seu modo. Foram selecionados não somente em função de trazerem uma bandeira explícita (como a do passe livre ou o *software* livre) ou de um mote de atuação (como a cultura ou o combate à violência), mas também aqueles que se reúnem a partir de uma categoria, como os estudantes, ou os jovens trabalhadores (rurais e urbanos) ou ainda em torno de uma identidade diferencial, como as jovens mulheres ou os jovens negros.

O trabalho resultou em um conjunto bastante variado de coletivos juvenis; as organizações contempladas são de diferentes tamanhos, graus de organicidade e institucionalidade, e âmbito de atuação. Alguns têm atuação local, outros chegam a compor redes de articulação nacional e internacional; alguns são grupos totalmente informais, outros são seções juvenis de instituições ou movimentos sociais de grande porte. Têm origens sociais diversas, assim como perspectivas de atuação e posições políticas diferentes, mesmo com relação ao «campo de constituição das políticas de juventude».

Mas não se trata de dizer que estamos fazendo uma análise do conjunto das organizações e grupos de atuação juvenis do Brasil, ou dos «principais tipos» de atuação juvenil. Sabemos que os coletivos estudados não esgotam as possibilidades de ação e posicionamento das inúmeras e muito variadas formas de atuação dos jovens brasileiros. Mas a densa riqueza das respostas e, principalmente, das questões levantadas por esses jovens militantes nos indicam pistas bastante interessantes a respeito de certas noções que entram em disputa e sobre diferentes posições que se pode assumir nesse campo. Os entrevista-

dos, todos, têm muito a dizer sobre essas questões e estão, em sua maioria, dispostos a incidir no debate.

Assim, a proposta deste artigo é desenvolver algumas reflexões a respeito dos temas levantados. Não vamos apresentar uma análise detalhada de todas as respostas colhidas, com todas as diferenciações e particularidades referentes a cada um desses sujeitos (procuramos registrar isto no relatório da pesquisa), mas apenas sublinhar algumas tendências que pudemos perceber no conjunto, localizando algumas pistas que nos parecem interessantes para pensar o papel e o sentido que a atuação em torno da categoria juventude pode assumir no nosso país.

1. ORGANIZAÇÕES COMPOSTAS POR JOVENS OU ATORES JUVENIS?

Fizemos um grupo focal com jovens que participaram da ocupação da reitoria da Universidade de Brasília (UNB) exigindo a renúncia do reitor, acusado de uso indevido de verba destinada à pesquisa. As bandeiras desse movimento, assim como de outros semelhantes que ocorreram no país nos dois últimos anos, estão ligadas à qualidade e gratuidade da educação e à democratização da estrutura universitária, envolvendo a discussão do Reuni (proposta de reforma do ensino universitário do governo federal).

Cursinhos pré-vestibulares² populares têm sido constituídos como alternativas de ampliação das oportunidades de inserção universitária e melhores condições de escolaridade para jovens negros e de baixa renda. Conversamos com professores (na sua maioria, jovens universitários, voluntários ou militantes) de dois tipos de iniciativas (núcleos do Pré-Vestibular para Negros e Carentes/PVNC e de cursinhos ligados à Universidade Federal Fluminense/UFF), na cidade do Rio de Janeiro.

As seções juvenis de organizações de trabalhadores rurais têm se organizado e construído plataformas próprias há cerca

2 Vestibular é o sistema de seleção para o ensino superior.

de dez anos no Brasil. Suas lutas estão vinculadas ao acesso à terra e às condições de produção, às lutas trabalhistas e às formas alternativas de produção (cooperativas, economia solidária), assim como às questões da sustentabilidade ambiental e das alternativas de produção do modelo do desenvolvimento agrícola do país. Incluímos na pesquisa o Coletivo Regional da Juventude, formado por jovens ligados a sindicatos e federações de trabalhadores rurais, cooperativas, e organizações não-governamentais (ONGS) da região de produção do sisal no estado da Bahia, Região Nordeste do Brasil.

A formação de coletivos juvenis no interior de sindicatos e nas centrais sindicais tem crescido nos últimos anos, principalmente entre os ligados à Central Única dos Trabalhadores (CUT), a maior das cinco centrais sindicais atualmente existentes no Brasil. Suas lutas estão ligadas ao combate ao desemprego e à resistência à precarização do trabalho. Mas sua principal bandeira atualmente é a redução da jornada sem redução do salário. Fizemos um grupo focal com dirigentes de oito desses coletivos na cidade de São Paulo.

Há cerca de três décadas vêm se fazendo visíveis grupos culturais formados por jovens moradores das periferias das grandes cidades brasileiras, articulados em torno da produção, da circulação e da expressão de diversas formas de cultura: principalmente música, mas também dança, grafite, teatro, fanzines e outras formas de publicações literárias, e, mais recentemente, cineclubes e produção de vídeo. Contamos com a colaboração de integrantes de dez desses grupos com atuação em diversas regiões da periferia de São Paulo.

As mobilizações contra aumentos da tarifa de transporte público, pela sua gratuidade para estudantes ou pela extensão dos usos do passe escolar têm se repetido em praticamente todas as capitais brasileiras. Por um lado, tais mobilizações têm sido incrementadas pelo Movimento do Passe Livre (MPL), surgido em 2005 no ambiente do Fórum Social Mundial, que vincula essa bandeira à proposta de uma reforma profunda do

modelo de transportes público urbano. Por outro, pela atuação das entidades estudantis, vinculando-a ao direito à educação. Decidimos estudar essa demanda em Curitiba, capital do Paraná, Região Sudeste do país, onde o processo de mobilização está em curso, incluindo os dois tipos de atores.

No Brasil, existem algumas organizações juvenis que desenvolvem uma atuação de combate à violência, mas a maior parte de grupos se estrutura em torno de «projetos de intervenção», governamentais e não-governamentais, para a prevenção da violência entre jovens considerados vulneráveis ou «em risco». Fizemos um grupo focal, em Recife, com jovens dos dois tipos de grupos.

As principais bandeiras das jovens feministas são semelhantes as dos movimentos de mulheres, como a legalização do aborto e a defesa dos direitos sexuais e reprodutivos. Mas elas têm também buscado desenvolver uma perspectiva geracional, enfatizando algumas questões singulares dessa dupla condição, jovem e mulher. No grupo focal participaram jovens que faziam parte simultaneamente de grupos de âmbito local e de redes regionais, nacionais ou internacionais (como a Rede de Jovens Feministas, a Marcha Mundial de Mulheres e a Red LAC).

No ano de 2007, uma série de grupos de militância negra juvenil realizou o I Encontro Nacional de Juventudes Negras (ENJUNE). Deste resultou um documento com uma plataforma comum (cujo eixo central é a luta contra a discriminação racial e o combate ao genocídio da juventude negra) e um Fórum Nacional de Juventude Negra, para articular e promover a participação política e social dos jovens negros de todo o país. Fizemos um grupo focal, em Salvador, Bahia, com integrantes de diferentes organizações ligadas ao Fórum Baiano de Juventude Negra, que participou da organização do Enjune.

Incluímos na pesquisa a conversa com jovens da Associação *Software Livre*, integrante do movimento que tem como bandeiras centrais a liberdade e democratização do conhecimento e da informação. Embora não se caracterize como um movimento

juvenil, conta com muitos jovens entre seus militantes e ocupa, atualmente, uma cadeira no Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE).

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ocupa uma posição singular e de importância amplamente reconhecida no campo das lutas sociais e políticas no Brasil. Centra sua proposta em um projeto popular e socialista para o país, em torno da luta pela reforma agrária. De alguns anos para cá, foi criado o Coletivo de Juventude do MST, que tem ganhado espaço no interior da organização e do projeto político do movimento. Fizemos um grupo focal com dirigentes nacionais desse coletivo.

A identidade juvenil não se revela imediatamente para todos esses grupos como um elemento significativo para a constituição de sua posição e atuação social e política.

Alguns grupos, embora sejam compostos principalmente por jovens, não abraçam essa identidade como ponto de partida para se configurar ou atuar nem a acionam na sua apresentação pública: para os estudantes que ocuparam a reitoria da UNB, para os professores dos cursinhos pré-vestibulares comunitários, para os integrantes da Associação *Software* Livre e para os grupos culturais da periferia, a identidade juvenil não tem maior relevância.

No entanto, se não há um acúmulo nesse sentido, também não há desconforto ou recusa em relação ao tema. Uma vez proposto, no âmbito da pesquisa, ele ganha corpo e até mesmo entusiasmo entre os jovens participantes, que se animaram com a perspectiva de pensar em pautas comuns e em participar de processos de intercâmbio e troca de experiências entre grupos e movimentos juvenis.

Há outros grupos que, mesmo trazendo o qualificativo juvenil no nome de sua organização, deixam parecer que esse se refere mais a um recurso organizativo do que propriamente a um elemento estruturante de sua identidade política, como no caso dos coletivos de juventude ligados à CUT. Embora pareça que esse

ângulo ganhe um sentido significativo na explicitação de suas demandas, ainda não marca efetivamente, sua atuação pública.

Alguns movimentos questionam a segmentação segundo as características dos sujeitos, representando-se a partir de bandeiras de luta que incluem diferentes segmentos populacionais, ou se estruturam a partir de uma perspectiva de classe, prevalecente sobre todas as outras, como no caso do MPL, do MST e da Marcha Mundial de Mulheres. Para os movimentos que se orientam mais por questões e lutas «horizontais», caracterizando-se por uma luta antiglobalização (incluindo o movimento do *software* livre e os estudantes que ocuparam as universidades), a identidade juvenil não parece fazer muito sentido. Os jovens podem aparecer como sujeitos importantes para a luta, mas não como uma categoria política. Contudo, o MST, principalmente, apresenta essa questão de forma singular.

Para alguns grupos, contudo, a identidade juvenil assume um significado central na sua própria configuração e se expressa com muita ênfase na sua atuação política: é o caso da rede de Jovens Feministas, dos promotores do Enjune e dos militantes juvenis das organizações dos trabalhadores rurais. Nesses três casos, a afirmação da identidade diferencial é mote de luta: é na inflexão de múltiplas singularidades que constroem sua identidade (em alguns casos, mais de duas, como certos grupos feministas que agregam a diversidade de orientação sexual ou a condição racial).

Há um esforço por parte desses coletivos juvenis tanto no sentido de marcar sua singularidade etária/geracional no interior de seus movimentos/organizações identitários mais amplos (movimento de mulheres, de negros e de trabalhadores rurais), como um esforço por marcar sua singularidade (de gênero, de raça, de condição de moradia) no interior do campo juvenil.

Seus integrantes têm um lugar de fala bem ancorado no debate da juventude, sempre em cruzamento com seus outros pertencimentos fundamentais (classe, gênero, raça). Falam de si e de seus segmentos quando falam de ser jovem, assim como

conseguem ao mesmo tempo balançar o que é geral e o que é determinado pelas diferenças e desigualdades.

É interessante notar que esses três coletivos têm participado dos espaços de debate sobre juventude e políticas de juventude e usam os termos que neles circulam. Conhecem e reconhecem políticas especificamente dirigidas a jovens, com críticas elaboradas a seu respeito.

Os jovens integrantes das entidades estudantis de Curitiba nos fornecem uma visão que pode ser indicativa de uma mudança significativa em curso entre esses atores. Mesmo reiterando que a identidade estudantil é, para eles, mais forte que a juvenil, integram-se também a essa identidade mais ampla, e escolheram falar desse ângulo ao definir as demandas, pontuando, várias vezes, a percepção da existência de várias juventudes e, mesmo apontando os riscos que isso traz para a segmentação política, afirmaram a sua positividade como um traço da realidade contemporânea.

2. O SENTIDO DE SER JOVEM

Embora, como vimos, os diferentes grupos se posicionem de maneira diversificada com relação ao tema (tanto em termos da propriedade que a identidade juvenil assume para sua *persona* e atuação política, quanto em relação à ótica que tomam para fazer sua definição), é generalizado o reconhecimento da existência de uma especificidade juvenil. Nem um deles deixou de considerar as singularidades que marcam essa condição, embora, muitas vezes, pontuando as semelhanças e continuidades com outros setores etários ou geracionais dentro do segmento «mais importante» (a classe, a raça) ou pontuando que as definições não se aplicam à juventude em geral, mas a seus segmentos específicos.

Muitos dos jovens militantes que entrevistamos nos explicam que a juventude é uma construção social e que, por isso mesmo, há não somente visões e explicações diferentes sobre o

que é a juventude, mas disputas em torno dos conteúdos que a ela são atribuídos; e que, por isso mesmo, é preciso explicitar «de qual lugar se fala» ao apresentar definições sobre «o que é ser jovem». E alguns deles se inserem decididamente nessa disputa, buscando incidir em tal construção.

E o que emerge das definições arroladas não é tão díspar assim entre eles, sendo possível destacar certos conteúdos correntes entre os diferentes atores. As diferenças de ótica se manifestam, talvez, menos no conteúdo das definições que nos pesos que dão às diferenças e desigualdades a marcar a juventude, e na oportunidade política de acionar determinados conteúdos. Assim, é possível dizer que existe uma noção razoavelmente partilhada entre jovens militantes do que é ser jovem hoje no Brasil, em parte próxima dos sentidos comuns correntes, mas com alguns elementos que permitem delinear atualizações significativas neste contexto.

Em primeiro lugar, a percepção de que não se trata da idade, mas de um momento do ciclo de vida, que contém traços particulares: do ponto de vista biológico, um período de muita vitalidade, vigor, disposição e tesão; vale notar que há também uma dimensão de «saúde», pontuada principalmente por aqueles grupos onde seus integrantes já estão majoritariamente no mundo do trabalho, e alguns falaram no sentido de uma «moratória vital», pelo fato de se «ter muitos anos pela frente». Mas é digno de nota que, na caracterização feita por esses militantes, estão quase ausentes os traços da «turbulência» no sentido da irrupção tempestuosa dos hormônios, que tantas vezes caracterizou a percepção patologizadora da juventude.

Do ponto de vista social, o que mais a caracteriza é o fato de ser um período de responsabilidades relativas: os jovens têm responsabilidades e encargos, mas, normalmente, não tanto quanto aqueles que têm de sustentar suas famílias. E por isso, têm uma margem de liberdade e independência maiores que as crianças e que os adultos, no sentido de não terem mais, por um lado, tanto controle por parte dos pais e, por outro, não te-

rem tantos constrangimentos limitadores de suas expectativas e ações, como os adultos.

Essa é uma dimensão muito valorizada, e alguns debateram as vantagens e desvantagens de ser jovem justamente pela medida em que podem ou não gozar dessas responsabilidades e liberdades. Todos assinalam, neste sentido, que tal margem varia muito segundo as posições ocupadas na estrutura social e também segundo as trajetórias de vida de cada um: é claro que a carga de responsabilidades é maior para os jovens de famílias que têm de lutar pela sobrevivência, assim como para as jovens que têm filhos mais cedo.

Contudo, mesmo dentro dos limites dos constrangimentos econômicos e sociais, a juventude aparece como um momento de escolhas, que envolvem a busca e definição de identidades pessoais e sociais (do que se é e do que se quer ser), e de tomada de decisões que estruturam a trajetória de vida futura. E o que é mais valorizado pelos jovens é que este aparece como um período intenso de experimentações. Este termo foi muitas vezes citado, e se combina com certos «atributos» conferidos aos jovens: curiosidade, vontade de provar, disposição para inovação, para assumir identidades que escapem aos padrões normativos, para valorizar mudanças, para aceitar a diferença. Em certo sentido, tal possibilidade de experimentação está associada, também, à percepção de que é um período em que há tempo e, em certos casos, «permissão», para errar, para reavaliar e corrigir os rumos tomados.

A caracterização dessa fase implica também uma série de atividades nas quais os jovens estão envolvidos: estudar, trabalhar, estudar e trabalhar ao mesmo tempo, namorar, se divertir, se dedicar a atividades culturais e, também, ter uma sociabilidade especial e intensa. Um jovem de um grupo cultural resume dizendo que «ser jovem é fazer muitas coisas ao mesmo tempo».

Certos aspectos parecem remeter à noção clássica da *mora-tória* que caracterizou a juventude na perspectiva acadêmica e política mais corrente no século 20: a noção de que a juventude

corresponde a um tempo de espera e suspensão, quando o conteúdo de aprendizado e «preparação para o futuro» domina os demais (um tempo legitimado para se dedicar aos estudos), implicando a possibilidade de postergar as exigências e a imersão mais funda na vida social e produtiva (principalmente o trabalho e os cuidados com família) e na qual se concede especial tolerância em relação aos jovens. Uma condição, assim, que somente pode ser vivida por certos setores sociais, como a burguesia ou as classes médias, que podem conceder esse privilégio aos seus filhos.

Contudo, as explicitações e as demais características arroladas pelos jovens nos levam a perceber que sua percepção a respeito da condição juvenil se distancia bastante dessa noção da moratória, principalmente na idéia de suspensão, postergação, e dedicação a apenas uma atividade. Mesmo a «permissão para errar» indica para esses jovens menos a existência de uma tolerância social como suspensão da cobrança e do julgamento sobre o erro do que a chance de experimentar, trocar, reavaliar, recomeçar, que a «moratória vital» lhes dá.

Esses jovens também não se sentem suspensos nem apartados de nada. Estão, ao contrário, mergulhados na sociedade, em suas diferentes dimensões, apenas em uma profundidade e em um ritmo particular, de maior intensidade, na sua percepção. Não se vêem, assim, «especializados» em uma atividade ou função. Sua vida não se define em torno de uma só dimensão central, como «estudar».

A experimentação também não significa propriamente ensaio no sentido da «projeção para o futuro», tampouco é uma postergação da inserção enquanto se prepara para uma realização futura. Ao invés disso, trata-se de uma intensificação da atividade, para alargar as possibilidades de trajetórias a desenvolver, para enriquecer os caminhos possíveis, em uma percepção de que tal amplitude tem de ser construída no período da juventude, antes que «os caminhos estejam amarrados» e, assim, empobrecidos, os destinos aprisionados.

É importante reparar, também, que não se sentem fora das contradições e dos interesses constituídos na sociedade, porque ainda fora da estrutura de produção e do poder. Ao contrário, como veremos, estão mergulhados nas contradições da sociedade, sua condição juvenil é em grande parte constituída pelas grandes desigualdades e contradições que a atravessam.

Na verdade, um dos pontos de partida comum a quase todos os coletivos é justamente a consideração da dificuldade de falar da juventude de um modo universal. Toda essa condição anterior, meio abstrata e genérica, que emergiu das diversas pontuações levantadas pelos grupos, é vivida, concretamente, de modo bastante diverso segundo as diferenças e as desigualdades existentes na estrutura e na cultura de nossas sociedades. Para alguns, torna-se mesmo impossível falar de juventude, a não ser a partir das desigualdades, como para os jovens do Fórum Baiano de Juventude: para eles, «ser jovem negro, pobre e da periferia» marca uma condição tão especialmente dramática que torna imperativo localizar, o tempo todo, o seu lugar na denúncia desta iniquidade.

Todos, sem exceção, insistem no peso que é imposto à vivência juvenil pela desigualdade social, que alguns relatam como estruturada por uma condição de classe, na maior parte das vezes referida como uma questão socioeconômica, ou de renda, embora alguns grupos apresentem uma definição mais precisa em termos da estrutura da propriedade dos meios de produção, como os jovens do MST, do MPL e da CUT. Esses, juntamente com a feminista da Marcha Mundial das Mulheres, assinalam que o recorte de juventude só faz sentido no interior e subsumido a essa identidade mais fundante, a da classe trabalhadora, que constitui o horizonte de sua atuação.

Alguns grupos se referem à desigualdade social nos termos da condição de pobreza (como os jovens professores dos cursinhos pré-vestibulares populares) ou a uma localização socioespacial: os jovens das comunidades, das favelas, das periferias. É importante anotar que o termo «periferia» aparece com

bastante freqüência na fala dos jovens, para caracterizar uma condição social de dificuldade de acesso a bens e serviços, de garantia dos direitos, de dificuldades de inserção no mundo formal do trabalho, de exposição à violência e dificuldades de garantia do direito à vida e à justiça.

De todo modo, é a condição social, nos diferentes termos e contornos com que é expressa que é, para a maior parte dos coletivos estudados, a principal fonte de desigualdade e também a referência a partir da qual lhes interessa falar de juventude. A exceção está entre os jovens que ocuparam a reitoria da UNB, entre os jovens da Associação de Software Livre, que falam da juventude a partir principalmente da própria experiência de jovens de classe média. Embora os integrantes desses grupos abordem as desigualdades existentes, essas não ocupam lugar de destaque na formulação das demandas ou da sua atuação.

As desigualdades de gênero e raça foram citadas por muitos coletivos, porém só assumem peso e importância fundante nos movimentos que se constituem em torno dessas questões. As jovens feministas consideram a desigualdade social fundamental, mas também, na mesma dimensão, a condição de gênero. Na verdade é entre elas que a postulação da necessidade de considerar as múltiplas diferenças e desigualdades que atravessam a juventude é maior: para elas, as diferenças se constituem em desigualdades visto que se defrontam com um «modelo normativo de juventude» —branco, heterossexual, de classe média, e mesmo questões gerais terão incidências e pesos desiguais segundo as diferenças—.

Para os jovens militantes negros, como já apontamos, a desigualdade racial, que se cruza umbilicalmente com a condição social, é o único enquadramento a partir do qual é possível falar sobre juventude. A partir disso, todas as situações são relatadas como fruto da desigualdade e todas as características como desvantagens. «A minha realidade não é a realidade do cara que tá lá no Mendel, na Pituba, ou na faculdade, no seu carrinho, seu

Porsche. A minha realidade é filha da mãe. Eu particularmente venho de uma realidade que pra mim tudo foi posto ao contrário». A realidade de sua condição, contra a qual lutam, é a de um «genocídio da juventude negra». Por isso, essa condição lhes parece absolutamente urgente e prioritária em relação a todas as outras.

A diferença da condição rural frente à condição urbana foi tema apenas entre aqueles que vivem ou atuam no campo, como o MST e o Coletivo Regional da Juventude da região sizaleira. Para o MST, as experiências e condições dos jovens sem acesso à terra ou dos assentamentos é «o chão a partir do qual podem falar de juventude», mas não aparece como uma clivagem central, que permanece sendo a da classe trabalhadora, no interior da qual é importante encontrar as continuidades entre a juventude do campo e da cidade.

Entre os jovens do Coletivo Regional, embora a condição rural apareça como um qualificador das dificuldades enfrentadas pelos jovens trabalhadores, o que é comum e igual entre os jovens foi muito mais importante do que o que é diferente e desigual, talvez porque, para eles, marcar o rompimento de sua invisibilidade como jovens no meio rural seja mais importante que a demarcação de sua singularidade rural no contexto juvenil.

Outras diferenças, como as de orientação sexual, apareceram pontualmente em alguns grupos, mas apenas gerou algum debate no grupo das feministas, que contava com militantes GBLTT entre as suas participantes.

Assi, pode-se arriscar a dizer que, para além das desigualdades socioeconômicas, as outras diferenças parecem, se não menores, minoritárias, vindo efetivamente à luz apenas quando empunhadas pelos «militantes do tema»; e aí talvez se possa encontrar a razão mesma dessa «militância identitária»: se não são eles a pontuar tais questões, elas permanecem pouco visíveis, pouco incorporadas...

São as desigualdades e os constrangimentos do contexto social que impõem dificuldades para que aqueles elementos

que apareceram de forma positiva na definição de juventude possam ser vividos integralmente. Para certos coletivos, quase que se esvaem as potencialidades e positivities existentes na condição juvenil, emergindo a sensação de uma imensa contradição entre as promessas contidas na condição juvenil e as possibilidades de realizá-las. Viver a juventude neste contexto é difícil, e significa ter de enfrentar muitas questões, concretas e simbólicas, assim como impõem aos jovens a necessidade de ser um «batalhador», para superar essas dificuldades. Como diz uma jovem de um grupo cultural de São Paulo:

A gente vê nossos sonhos boicotados. Ser jovem e pobre é viver uma grande contradição. Vivemos o tempo todo no conflito entre o sonho e nossa sobrevivência. Ao mesmo tempo em que quer realizar algo que gosta, tem que tomar um rumo na vida. Tem que trabalhar, ter dinheiro...

Mas, as limitações não eliminam a experimentação da juventude como uma condição singular. Não está presente, entre esses jovens, se não marginalmente, a idéia de que as condições adversas negam a possibilidade de viver a condição juvenil, ou a idéia de que ela se restringe apenas a uma determinada situação social. Configuram situações juvenis diferentes e desiguais, conferem maiores constrangimentos, dificuldades e contradições às diferentes juventudes, mas não significam a negação dessa condição.

3. QUESTÕES A ENFRENTAR

A compreensão generalizada, e não somente entre aqueles que mais se caracterizam como de «esquerda», é a de que a estrutura social, o capitalismo, produz as desigualdades, gerando exclusão, apropriação de dimensões que deveriam ser públicas, restringindo liberdades, negando direitos (como o acesso à terra, o direito ao trabalho, o direito à cidade, as oportunidades para a juventude). Viver no capitalismo traz um «estado de barbárie para os jovens», nas palavras de um integrante do MST; traz a

«precarização da vida», ou a «precarização dos jovens», como dizem os sindicalistas, os professores dos cursinhos pré-vestibulares comunitários, os estudantes da ocupação da UNB.

As dificuldades de inclusão, de estruturação de uma trajetória digna e satisfatória de inserção são as questões concretas mais apresentadas pelos jovens. O que, em muitos coletivos, foi pontuado como falta de perspectivas de vida; em outros apareceu como falta de oportunidades, ou de acesso, assim, de modo genérico, como resumindo uma imensa dificuldade de se inserir em uma situação onde os direitos básicos estejam garantidos.

As dificuldades referentes ao trabalho são as mais citadas, embora tomadas por diferentes aspectos: desde a questão de não conseguir trabalho, enfrentar o desemprego, que se apresenta com maior peso em quase todos os grupos, até a questão de «ter de trabalhar» para sobreviver, como uma desvantagem, porque constrange a trabalhar no que não se quer (grupos culturais de periferia) ou porque dificulta a continuidade nos estudos (coletivos sindicais, cursinhos pré-vestibulares comunitários, transporte). Também aparece a referência ao trabalho precário (ênfaticamente, particularmente, pelos coletivos de juventude da CUT) e à dificuldade de conjugar trabalho e estudo (principalmente entre os professores dos cursinhos pré-vestibulares comunitários e entre os estudantes de Curitiba).

Uma observação específica surgiu entre os estudantes da UNB: ser explorado nos estágios nas universidades (ganhando bem menos que um profissional). Os trabalhadores rurais falam da dificuldade de acesso à terra e ao crédito, que afeta a todos os trabalhadores do meio rural, mas se agrava no caso dos jovens.

A situação de desigualdade também se reflete nas possibilidades relativas à escolaridade, principalmente para os jovens pobres, com grandes dificuldades de acesso ao ensino superior, e uma dificuldade generalizada de garantir o direito a uma educação pública de qualidade. Aparece como um produto da desigualdade, também, ter o estudo atrapalhado pela necessidade de trabalhar (transporte, coletivos sindicais) ou pela necessidade

de cuidar dos filhos, principalmente as jovens (coletivos sindicais, feministas). Os jovens trabalhadores rurais apontam, ainda, as maiores dificuldades de continuidade escolar para quem vive no meio rural.

O «mercado», elemento essencial do capitalismo, vinculado à indústria cultural e à mídia, impõe comportamentos e valores, gerando a disseminação do consumismo, a apropriação e mercantilização dos corpos (como apontam as jovens feministas) e dos estilos e modos de vida (como apontam, entre outros, integrantes do MPL), o empobrecimento cultural (como apontam muitos, além dos grupos culturais da periferia). O próprio fato de «ser visto como mercado» também é uma desvantagem, para muitos dos jovens entrevistados: a indústria cultural se apropria da idéia de juventude para obter lucro, fragmentando a juventude e reforçando o corte e o conflito geracionais.

Há também referências ao modo como o sistema político os afeta, com avaliações positivas, pelo fato de vivermos em uma democracia, ou negativas, pelo fato de «vivermos em um país conservador». As jovens feministas denunciam um Estado que não é laico, que se apóia em princípios religiosos para negar direitos sexuais e reprodutivos. Já os jovens negros denunciam o Estado racista, que sustenta e promove a discriminação e extermínio da população negra.

A presença da criminalidade, principalmente o narcotráfico, é um problema para os jovens, especialmente moradores de comunidades pobres: tanto pelo aumento do «risco de vida» como pela «sedução» da via do crime perante as dificuldades de inserção econômica e social, acrescentando um dilema moral às suas decisões (questão assinalada não só pelos jovens dos grupos de combate à violência, mas pelos jovens negros e pelas feministas, assim como pelos estudantes de Curitiba). No entanto, a queixa principal ainda é com relação à violência policial, que afeta grave e principalmente os rapazes negros das comunidades e periferias.

Entre os problemas e as desvantagens enfrentados pelos jovens, também são citados, com certa frequência, o modo como a sociedade os trata, principalmente a visão estigmatizante que vincula os jovens à violência e à criminalidade, que incide especialmente sobre os negros, pobres e moradores das periferias. Em uma segunda linha, mais genérica, a «desqualificação» ou desprestígio que sofrem por parte dos adultos, principalmente por não terem sua voz levada em devida conta: «não ser levado a sério» (levantado principalmente pelos estudantes da UNB), «desrespeito às suas opiniões» (jovens negros), sofrendo de falta de credibilidade na sociedade (grupos de combate à violência), o que, muitas vezes, leva a ser preterido em função da idade, pela falta de experiência ou maturidade (de novo, os estudantes da UNB, e os trabalhadores rurais). Os jovens do MST anotam que o estereótipo da irresponsabilidade também atinge o plano político, tornando mais difícil para eles assumir posições de comando.

Pode-se verificar que, a não ser pela última questão, os jovens não consideram que a diferença etária ou geracional constitui uma desigualdade central: não se trata de pensar a sociedade como atravessada por uma oposição entre jovens e adultos. Pode-se inferir, assim, que na percepção desses jovens militantes, a juventude não está no centro das contradições, sendo, ao contrário, atravessada pelas contradições fundamentais.

A sua singularidade está no fato de que, em muitos aspectos, tais contradições se tornam mais agudas, ou mais visíveis, justamente na vivência juvenil: na dimensão social, ou de classe, as contradições relativas à inclusão aparecem na especial dificuldade de acesso à terra ou à obtenção de emprego; na questão da discriminação racial, pela questão do genocídio da juventude negra; na questão das mulheres, pelo mito do corpo jovem etc. Pode-se tornar, assim, uma categoria boa para expor as contradições, ou para levantar a luta pela sua superação, e é dessa maneira que alguns dos atores têm apostado na sua importância.

Em síntese, poderíamos dizer, generalizando muito, que a idéia dominante é a de que, «em tese», é bom ser jovem, mas as

desigualdades e constrangimentos da estrutura e do contexto social impõem dificuldades para a vida juvenil e convertem vantagens em desvantagens para a maior parte dos jovens. O que pode recuperar a positividade é a consciência crítica da própria condição, a manutenção da capacidade de sonhar e a disposição para a atuação e a luta. Como diz um jovem negro da Bahia:

É o movimento que mantém a gente vivo, entendeu? Com a força necessária pra dizer que dias melhores virão pra gente [...] Eu vejo nesta perspectiva ser jovem, entendeu? Estar participando de uma geração que está lutando por dias melhores, e esses dias ainda não chegaram pra gente.

A disposição para a atuação é muito citada entre esses jovens militantes. Sua percepção se diferencia do «senso comum»: contra a noção ainda muito corrente de que «os jovens de hoje» são conformados e passivos, presas especiais do pragmatismo e individualismo reinantes. A maioria dos coletivos apontou que uma das características, e das vantagens, de ser jovem hoje é ser atuante, participativo. Isto vem assinalado a partir de certos atributos e valores, como ter ideal, capacidade de sonhar e expectativa de mudança, ter espírito crítico e vontade de transformação, ser solidário; e a partir de certas posturas, como ter ousadia e coragem, não se conformar, e ter disposição para se organizar e agir coletivamente. Alguns jovens comungam da visão negativa sobre sua geração, mas foram manifestações minoritárias, e, muitas vezes, foi assunto polêmico nos grupos, principalmente quando se acionava a medida da comparação com as gerações passadas.

A fala de uma jovem trabalhadora rural resume bem este sentimento:

Outra coisa absurda é dizer que a juventude na década de 60 lutava mais do que a gente! Não vejo isso como uma verdade. Eu vejo que eles tiveram outros obstáculos que nós não temos agora, eles abriram portas que nós tivemos que continuar abrindo, portas e portas que a gente tem que abrir, cada porta é uma surpresa. Então, assim, eu acho

uma inverdade dizer que eles tiveram mais força de vontade de lutar do que a gente. O tempo passa e a forma da gente lutar pelas nossas conquistas também tem que mudar.

Aquí, pode ficar mais claro que esses jovens militantes, se em alguns momentos falaram do que «é ser jovem» de um modo mais genérico, às vezes abstrato, em quase todos os casos, em algum momento da conversa, falaram também de si. Nesse ponto, foi principalmente a partir de sua experiência e postura que definiram a juventude, e a sua geração como capaz de «sonhar um sonho coletivo», e com ousadia e disposição para agir, para transformar o mundo. Eles têm consciência que esses traços os diferenciam «da juventude em geral» (que pode, sim, ser tão individualista e pragmática como «a sociedade em geral»): ser militante também constitui sua identidade e, em certa medida, identifica-os em um segmento a parte.

Não se trata, portanto, fundamentalmente, da idéia da rebeldia como traço essencial e universal da juventude. Mas da experiência que certos grupos constroem como significativas para si, e que definem o seu lugar e sua posição no mundo. Ou, como explica um jovem sindicalista: alguns valores e disposições (inquietação, necessidade de liberdade, rebeldia e ousadia) estão presentes em todos os jovens, mas nem sempre se realizam como uma atitude, como um engajamento, uma postura política, por força dos constrangimentos da vida, da pressão pela sobrevivência, pela força da ideologia dominante e do «massacre da mídia».

A capacidade de sonhar e de atuar não está referida a uma essência, não é uma identidade «natural». Na verdade, esses jovens se constroem também como seres atuantes, participativos, militantes: é essa a identidade juvenil que lhes interessa afirmar, e é nessa chave que a identidade juvenil ganha especial sentido para eles.

Do mesmo modo, a identidade juvenil não é, ela mesma, «natural», referida a uma essência. Tem de ser descoberta, acionada, à proporção que fizer sentido existencial e político para

eles. É dessa maneira que, em certos grupos, aparece o relato de uma «descoberta» da juventude. Em alguns grupos, isso aparece muito explicitamente, a partir do relato do «descobrir-se jovem», como na fala emocionada desta jovem trabalhadora rural:

Então ser jovem é uma busca de solução dos nossos problemas e, assim, é maravilhoso ser jovem. É uma força incomensurável que nós enquanto jovens temos, por exemplo, eu me descobri jovem tem mais ou menos quatro anos, mas assim, a gente às vezes faz cada coisa que a gente não sabe de onde a gente tirou aquele força para fazer aquilo. São coisas que a gente vê que pessoas mais velhas ou mais novas que a gente não conseguiriam fazer. Então eu sou maravilhada por ser jovem. É um sonho, é uma fase que vai passar, mas a gente tem que aproveitar enquanto é jovem.

Assim como a identidade juvenil pode ser acionada por meio da militância, e vice-versa, a construção da categoria juventude pode interessar à perspectiva de luta, constituindo-se também, ela mesma, em um campo de luta. Essa é a posição muito claramente assumida pelas jovens feministas e pelos jovens negros, que buscam incidir, em todos os espaços, nos conteúdos por meio dos quais a juventude é inserida, na mídia, no campo das lutas sociais, na estruturação de políticas públicas, na formulação de pesquisas... As jovens feministas dizem explicitamente que «vêm construindo a categoria juventude há cerca de 15 anos».

Mas também pelos integrantes do MST, que afirmam a necessidade de se contrapor aos estereótipos sobre a juventude, buscando construir uma perspectiva da juventude da classe trabalhadora interessada que pode, ao mesmo tempo, empunhar as bandeiras de transformação social junto com as outras gerações, e acrescentar conteúdos a elas, mudando certas configurações e o «tom» da atuação política (por exemplo, a «bruteza» do patriarcalismo).

De outro modo, os dirigentes das entidades estudantis também parecem se apropriar da categoria para reconfigurar a própria identidade e atuação política: estar «ao lado» e em certas situações junto com outros segmentos juvenis lhes permite

acionar outras alianças e clivagens que possibilitam novas movimentações no campo político.

Assim, parece que, de modos distintos, mas relacionais, diferentes atores têm valorizado o «uso» dessa categoria, buscando, como já dissemos, imprimir seus conteúdos a ela. São, de certa forma, os mesmos atores que, também de modos distintos, buscam incidir no «campo da juventude», ocupando e disputando posições nos espaços públicos abertos nestes últimos anos (alguns ocupando tanto espaços de articulação de movimentos —como redes, fóruns, acampamentos— como os espaços «institucionais» —como os conselhos e as conferências—, outros apenas os primeiros).

Como os próprios jovens nos lembram, a juventude é uma construção social, cujo conteúdo se transforma e se disputa. O «ser jovem» no Brasil de hoje, assim, parece estar se impregnando de novos significados, em parte pela própria experiência dos segmentos juvenis e pela interferência dos atores que assumiram essa identidade. Esses reconhecem a «onda» da juventude como um campo significativo para sua atuação, e buscam dar uma direção a ela. Com que força e com quais resultados é tema para novas investigações e reflexões: o processo histórico está em curso e o debate, apenas iniciando.

SÃO PAULO (BRASIL), OUTUBRO DE 2008

Ser Joven en Sudamérica.
Diálogos para la construcción
de la democracia regional



**CONSTRUCCIÓN DE JUVENTUDES,
DISCURSOS Y PRÁCTICAS SOCIALES**

Felipe Ghiardo
Oscar Dávila
Paulina Mora
Héctor Solórzano

CONSTRUCCIÓN DE JUVENTUDES, DISCURSOS Y PRÁCTICAS SOCIALES

1. INTRODUCCIÓN

EL PRESENTE TEXTO SE BASA en los resultados del proceso de investigación que realizó CIDPA en Chile en el marco del estudio «Juventudes e integración sudamericana: diálogos para construir la democracia regional». El estudio intentaba explorar la relación entre las construcciones discursivas sobre el sujeto juvenil, la elaboración de demandas hacia las políticas públicas y el tipo de instituciones en que se deposita el *deber* que implica una demanda política. El sujeto demandante fueron jóvenes que pertenecen a diferentes organizaciones juveniles. Con ellos se trabajó en una serie de Grupos Focales.¹ La propuesta fue que en cada Grupo Focal participaran jóvenes que pertenecieran a organizaciones juveniles vinculadas a un mismo campo temático. La lógica implícita era que en la medida que se registrarán las demandas desde diferentes campos temáticos se podrían buscar los elementos comunes que unieran las demandas singulares. La pregunta era resolver a qué campos temáticos pertenecerían las agrupaciones que se iba a convocar. Tenía que tratarse de *temas* que pudieran dar pie a una conversación social-

1 Los grupos focales son dispositivos técnicos de investigación cualitativa que mezcla elementos de los Grupos de Discusión y del Trabajo de Taller en que el equipo de investigación propone una serie de temas que los participantes del grupo trabajan en forma individual y luego discuten colectivamente.

mente significativa en términos de demandas sociales y culturales, y de organizaciones que por sus características —tipo de actividades— pudieran «hablar» a nombre de otras agrupaciones análogas. Finalmente se definieron cuatro campos temáticos. Uno fue la condición de género y se convocó a colectivos y centros culturales cuya acción se inscribiera en la promoción de la igualdad de derechos de género —feministas principalmente—. El segundo tema fue el trabajo artístico-cultural, para el que se convocó a representantes de centros culturales, radios comunitarias y colectivos artísticos que trabajaran a nivel comunitario. Con el tercer tipo de agrupaciones se pretendía recoger el discurso de jóvenes que pertenecieran a colectivos u otro tipo de organizaciones que estuvieran ligadas al desarrollo de propuestas alternativas de desarrollo (*altermundistas*). Por último, se propuso el tema de la inmigración, para el que se convocó a jóvenes inmigrantes. Este fue el único grupo en que la convocatoria fue personalizada; es decir, no importó la pertenencia a organizaciones previamente existentes, sino el hecho de que cada convocado fuera inmigrante en Chile.

Definidos los criterios temáticos, se agregó un criterio territorial. El propósito era tratar de abarcar las diferentes zonas del país —Norte, Centro y Sur—, sin perder de vista aspectos logísticos que hicieran viable la realización de los grupos. Con estos criterios se seleccionaron cuatro ciudades: Iquique en la zona norte, Valparaíso y Santiago en la zona centro, y Concepción en la zona sur. En los casos de Santiago y Valparaíso, la asignación de los Grupos Focales se hizo considerando la pertinencia temática en el marco de las respectivas realidades locales. Para el caso de Santiago se dejó el grupo con jóvenes inmigrantes, teniendo en cuenta los niveles que alcanza el fenómeno de la inmigración en la capital. Para el grupo en que participarían organizaciones que trabajan en el ámbito artístico-cultural se optó por la ciudad de Valparaíso, principalmente por el significado que ha adquirido este ámbito de acción tras la designación de la ciudad como Capital Cultural de Chile y re-

cibir el título honorífico de Patrimonio Cultural de la Humanidad, por parte de UNESCO. Los grupos en que participarían organizaciones asociadas a temáticas de equidad de género y al movimiento altermundista se asignaron a las ciudades de Iquique y Concepción, respectivamente.

La dinámica para los Grupos Focales tenía una pauta de trabajo preestablecida. La idea era que en todos los grupos se trabajaran los mismos temas y con los mismos ejercicios. Así se facilitaría la comparabilidad de los resultados entre grupos y entre países.

El trabajo se dividió en bloques temáticos. El primero exploraba la conversación sobre qué es *ser joven* hoy, sus *ventajas* y *desventajas*; el segundo proponía pensar y definir las principales demandas; y el tercero intentaba vincular la conversación sobre esas demandas con una conversación sobre las instituciones. Lo que sigue a continuación es un análisis condensado sobre los tópicos de las conversaciones grupales en cada bloque temático.

2. LAS CONSTRUCCIONES COLECTIVAS DE LAS JUVENTUDES

La dinámica de trabajo en este bloque consistió en una conversación grupal sobre las *ventajas* y *desventajas* de ser joven hoy. Con esa conversación se pretendía abrir una vía para aproximar las definiciones sobre el sujeto que elaboran los jóvenes de estos tipos de agrupaciones sobre sí mismos.

En la conversación sobre las *ventajas*, las primeras referencias remiten a un conjunto de cualidades físico-anímicas que serían inherentes al ser joven. Aquí se nombran la energía, la fuerza, la vitalidad, las ganas, y se dicen en dos sentidos: como características biológicas que vendrían por el estado de desarrollo del cuerpo, y como disposición anímica. Ambos sentidos se complementan. La energía y la vitalidad, por ejemplo, no se nombran solamente como una característica del «cuerpo joven»; también representan una disposición (positiva) hacia la acción.

El segundo conjunto de ventajas tiene que ver con facultades asociadas a la *condición social* de joven y que se expresan fundamentalmente en la forma de *tiempo y grados de libertad*. Estos dos componentes del discurso sobre el ser joven aparecieron en todos los grupos. A modo de resumen, el hecho de no tener mayores responsabilidades familiares, la situación de dependencia económica, el ser estudiante, entre otras, son condiciones que disminuyen la carga y amplían los grados de libertad y el tiempo disponible, todas facultades que serían parte de las ventajas de ser joven.

En tercer lugar, se nombra una serie de características subjetivas que forman una especie de «mentalidad joven» en que se mezclan el «soñar despierto», la rebeldía, el idealismo, la utopía, el pensamiento crítico, la propuesta, entre otras cualidades. Desde aquí, la descripción del sujeto adquiere un tono más ideológico que termina asociando el ser joven con la búsqueda de «otros mundos posibles», con la transformación social, en un relato que actualiza la figura de la juventud como sujeto histórico.

La confluencia de estos tres componentes define las ventajas de ser joven. Como toda ventaja, su sentido relacional: no son *en sí*, sino *respecto a*. En este caso, respecto a la condición de adultez. Este punto es importante. Si la condición juvenil comprende el proceso de conformación de sujetos adultos, la conversación sobre las ventajas de ser joven no habla de lo que significa dejar de ser niño, sino de lo que implica no ser adulto. Es la figura del adulto la que está implícita y explícitamente presente en esta conversación, no la del infante. Por lo tanto, se puede sostener que, discursivamente al menos, lo juvenil se define como lo *no adulto*. Ambas son figuras discursivas que se van construyendo con el desarrollo de la conversación. La del adulto se construye en referencia a una serie de restricciones que impondría la *condición social de adulto* —falta de tiempo, carga de responsabilidades...—, pero, por sobre todo, por una serie de características subjetivas —incapacidad de soñar, renuncia a ideales, retraimiento hogareño, absorción del pensamiento y la

acción en los problemas del trabajo y la supervivencia, alienación por el logro de un *status*, el sometimiento a las «lógicas del sistema»— que en definitiva son las que marcan la frontera entre el «mundo joven» y el «mundo adulto», o lo que termina siendo lo mismo, entre la «energía transformadora» y la «fuerza reproductora» del sistema. El joven trae las ideas frescas, maneja las nuevas tecnologías, sueña con un mundo mejor, se atreve a hacer cosas. El adulto está estancado, sin ganas, sujeto al devenir inerte. Dicho de esa forma, lo adulto termina simbolizando lo que no quieren ser o en lo que no se quieren convertir. De ahí que en algunos pasajes de la conversación se termine elaborando un discurso que define a los jóvenes como los «sujetos de transformación social» por defecto: son los jóvenes los agentes de cambio, los que tienen la energía activa o potencial para luchar y cambiar las cosas, un enunciado que se funda en la comparación con el mundo adulto y que también recurre a la prueba histórica: «históricamente ha sido así». Incluso en otros pasajes de la conversación se intenta articular un *discurso generacional* que remarca la condición de «sujeto histórico» de la juventud por la referencia a dos elementos que agudizan la diferencia con los adultos: la ausencia de miedo por los traumas de la dictadura, y la cercanía con el mundo de las nuevas tecnologías. Ambas confirmarían el papel de las nuevas generaciones de cara a un proceso de transformación social y cultural. Sin embargo, estas construcciones sobre lo joven y lo adulto fallan cuando el discurso se topa con casos de personas jóvenes que por diferentes razones «ya se sometieron» al sistema, y de personas adultas que no calzan con esta figura arquetípica. Ahí el discurso se reajusta: el adulto pasa a ser «la voz de la experiencia» y el joven se asume aprendiz, sujeto en rodaje, alguien que «se está haciendo». Por eso al final esa transformación social de la que se habla termina requiriendo un «diálogo intergeneracional», una complementación entre la *energía transformadora* y la *voz de la experiencia*.

Este discurso más «ideologizado» sobre el ser joven se produce principalmente en las conversaciones de los tres grupos con jóvenes chilenos (pro-equidad de género, gestores culturales y altermundistas). En el grupo con jóvenes inmigrantes, la conversación sobre las ventajas de ser joven pasa por los mismos atributos físicos, anímicos y sociales —energía, sueños, metas, tiempo, libertad de movimiento—, pero se diferencia básicamente por el sentido que se le da a esa mezcla de cualidades: para los jóvenes inmigrantes, la vitalidad y la energía no se entienden como instrumentos para una lucha por la transformación social, para el cambio de las bases que sostienen la estructura sociopolítica o de los principios culturales que facilitan la reproducción de un orden injusto, sino más bien como una disposición física, anímica y mental para trabajar, «salir adelante», «surgir». Es decir, el discurso sobre las posibilidades de acción que se abren al ser joven también se vincula a una transformación de la realidad, pero esa transformación pasa primero por un cambio en sus propias condiciones de vida, no por una transformación sistémica, aunque en la práctica esos cambios en las situaciones personales y colectivas de los inmigrantes también se puedan llegar a traducir en cambios estructurales (movilidades colectivas) y culturales (integración cultural), menos discursivos quizá, pero no menos profundos. Lo interesante es que la conversación sobre las ventajas de ser joven de alguna manera sugiere que la condición de joven e inmigrante forma una especie de unidad. Es difícil estar dispuesto a partir a la aventura siendo adulto, teniendo familia, hijos, o habiendo «hecho una vida» en un lugar. Para emigrar hay que ser joven, o al menos es un punto a favor. Primero, porque la condición social de joven, con su ausencia de cargas de responsabilidad y mayores grados de libertad, facilita la decisión de migrar en busca de mejores oportunidades. Y segundo, porque para hacerlo hay que tener una buena dosis de energía y vitalidad, hay que estar dispuesto a arriesgar y aceptar condiciones de trabajo y de vida que un adulto quizá no esté dispuesto a tolerar.

Eso respecto a las conversaciones sobre las ventajas de ser joven. En el caso de las *desventajas*, la conversación pasa por diferentes tópicos que parten como desventajas asociadas a la condición juvenil, pero que luego se van moviendo hacia condiciones estructurales que van complejizando la conversación.

La primera referencia a las desventajas de la condición juvenil se vincula al concepto de transición. En tanto proceso de constitución de sujetos adultos, ser joven encierra en sí mismo una doble desventaja: por un lado, implica dejar de ser niño, que aparece como una pérdida, y al mismo tiempo implica hacer frente a una especie de «fuerza centrípeta» de un sistema que por diferentes mecanismos y dispositivos —trabajo, consumo, crédito, obligaciones familiares— amenaza con disolver las ventajas relativas de una condición juvenil que otorga tiempo y aleja de las responsabilidades, y con limitar la puesta en práctica de los componentes más ideológicos del discurso sobre el ser joven —utopía, sueños—.

Un segundo tipo de desventajas de ser joven surge en las diferentes dimensiones o espacios donde se produce algún tipo de relación entre jóvenes e instituciones o entre jóvenes y adultos. En la familia, por ejemplo, la condición de hijo y la dependencia económico-residencial forman una desventaja que limita y enreda la autonomía de las decisiones personales. Los padres muchas veces se oponen a los proyectos de vida si es que no se ajustan a «lo que se espera de ellos»; al no tener ingresos hay cosas que no se pueden hacer; al vivir en casa de los padres, hay que negociar espacios de autonomía.

En el mundo productivo, las desventajas se producen tanto fuera como dentro del «mundo laboral». Por fuera, la más directa es por el *karma* de la inexperiencia y la irresponsabilidad que se atribuye a los jóvenes y que actúan como barreras para su inserción laboral. Una vez dentro, las desventajas se expresan en forma de discriminación salarial, abusos laborales encubiertos, ausencia de contratos, entre otras prácticas empresariales que convierten a los jóvenes en el sector de la población laboralmente más vulne-

rable. Por eso se asocia ser joven a la condición de «mano de obra barata», y por eso también la sensación de vulnerabilidad ante un sistema económico que sólo incorpora a los jóvenes cuando le son funcionales y le sirven.

En el plano *biopolítico*, la desventaja toma la forma de *control de los cuerpos* y es particularmente importante en el caso de las mujeres jóvenes. Aquí la desventaja viene por la existencia de pautas culturales conservadoras que reducen los márgenes para manejar libremente los períodos de fertilidad y la condición femenina, y que se materializan en un sistema escolar que excluye la educación sexual, y en un marco jurídico que prohíbe la entrega pública de anticonceptivos de emergencia y la realización de abortos médicamente controlados.

En el campo sociopolítico, en tanto, las desventajas aparecen con los obstáculos que enfrentan las agrupaciones para lograr apoyos concretos (financiamiento) y simbólicos (respaldo) para sus iniciativas. La «falta de apoyo», de hecho, se nombra como una de las desventajas más patentes para quienes participan de organizaciones juveniles. Al centro de esta relación se mezclan una serie de características psicológicas —irresponsabilidad, inexperiencia, impulsividad, entre otras— que si bien se reconocen autocriticamente como parte de los «aspectos negativos» de la población joven, la «opinión pública» se ha encargado de convertir en estigmas y prejuicios difíciles de desmontar y que terminan alimentando el descrédito, la desconfianza o la «poca fe» que deposita el mundo adulto en los jóvenes, en su capacidad de «hacer cosas» y en las cosas mismas que hacen. La irresponsabilidad, la inexperiencia, el desorden, por ejemplo, son estigmas que limitan e indisponen el apoyo por parte de instituciones en los distintos niveles, desde las organizaciones vecinales, pasando por los municipios hasta los órganos del Estado. Todos estos límites terminan negando la posibilidad o incluso el *derecho* a ensayar búsquedas, a hacer y equivocarse, a «aprender haciendo» o a aprender de los errores. De ahí el sentimiento de descalificación, de sentirse ignorados e incluso discriminados por sus ideas, por

el carácter de sus propuestas, por la orgánica de sus agrupaciones y, en suma, por el puro hecho de ser jóvenes.

A partir de ahí, la conversación se abre a una segunda lectura que desemboca en una sospecha sobre un temor adulto e institucional a las iniciativas juveniles por lo «subversivas» que pudieran llegar a ser. Por eso —dicen— el mundo adulto las desacredita y las instituciones no las respaldan y no las financian. También se ponen trabas a la participación de los jóvenes en los procesos de toma de decisiones políticas. La referencia a la «falta de espacios» como desventaja es recurrente en las conversaciones, espacios que son físicos —falta de sedes y lugares para actividades, dos límites para la estabilidad de las organizaciones—, pero que también son espacios para «la voz» de los jóvenes, para la legitimación social de sus discursos y de sus prácticas. Cuando eso ocurre, cuando faltan espacios, cuando la «sociedad adulto-céntrica» se encarga de cerrarlos, toda esa energía transformadora «se descanaliza», como dicen en un grupo, se desvía y se pierde en prácticas superfluas —entretención, consumo de drogas— o termina alimentando conductas violentas.

Todos estos tópicos de la conversación sobre las desventajas en principio se nombran como desventajas de «los jóvenes». Sin embargo, cuando se establecen asociaciones entre las desventajas de ser jóvenes y desventajas estructurales —problemas de acceso y financiamiento de estudios superiores,² dificultades para acceder a las nuevas tecnologías, los malos trabajos, los bajos salarios, la mala atención en salud, falta de oportunidades, entre otras—, las desventajas dejan de afectar igualmente a toda la juventud. Por el contrario, estas desventajas aparecen con las diferencias de clase,³

2 De acuerdo a mediciones internacionales, Chile es el país con más inversión privada (familias) en el financiamiento del sistema de educación superior (OCDE, 2004).

3 Como lo han venido planteando las investigaciones sobre juventud, y como lo plantean los jóvenes en sus conversaciones, son esas disparidades evidentes entre las condiciones en que se vive la juventud las que obligan a hablar de juventudes.

y eso, de alguna manera, también impide definir las como una desventaja propia y exclusiva de la población joven. Al ser desventajas marcadas por condiciones de clase, su efecto es transversal: afectan al adulto y al joven. Por ejemplo, las organizaciones de adultos (juntas de vecinos, principalmente) también sufren la «falta de apoyos», deja de ser patrimonio exclusivo de las agrupaciones de jóvenes y se generaliza. La diferencia está en que para los jóvenes el efecto de las desventajas estructurales se potencia, porque son ellos y ellas quienes «todavía se están haciendo». De ahí viene la sensación de estar reproduciendo una desventaja histórica, que sus desventajas «son las mismas que vivieron las anteriores generaciones de su misma clase», como se dijo. Lo que cambia es el contexto y la forma en que se materializan.

Además, de alguna manera eso también ayuda a nivelar las diferencias entre las desventajas que experimentan jóvenes chilenos e inmigrantes, aunque sólo parcialmente, porque en este último caso se acentúan todavía más si se tiene en cuenta que a su condición de jóvenes y pobres se les agrega una condición de inmigrante que deja más expuesto a abusos laborales, perjuicios salariales, malos tratos policiales y discriminaciones raciales. De hecho, cuando este grupo habla de las desventajas, el listado se amplía y diversifica. Van desde elementos vinculados al trabajo —abuso laboral, desprotección— hasta la dimensión emocional que implica el desarraigo, pasando por los problemas legales y de discriminación que por lo general se asocian al fenómeno de la migración popular —trabas al momento de cruzar la frontera, abusos policiales, discriminación, falta de oportunidades educacionales, invalidación de títulos, problemas de acceso al sistema de salud, abusos laborales, discriminación salarial—. Ahí la conversación sobre ser joven se vuelve a fundir con la condición de inmigrante, pero en su cara negativa.

3. DESDE LO ESTRUCTURAL A LO SOCIOCULTURAL

El objetivo con el segundo bloque temático era abrir una conversación sobre las demandas juveniles. Para eso se propuso un ejercicio en que cada participante elaboraba un listado de demandas que eran expuestas al grupo y sometidas a discusión y deliberación grupal. El propósito era que el grupo primero seleccionara y luego consensuara un listado priorizado de demandas. A partir de esos ejercicios se puede armar un esquema resumido que parte por demandas generales o «macro» que de alguna u otra forma aparecieron en todos los grupos y que luego van derivando hacia demandas particulares asociadas a las especificidades temáticas de cada grupo en particular.

Las demandas generales se formulan en diferentes registros. El primero se presenta como demandas por ajustes a los «sistemas funcionales»: más y mejor educación, más y mejor trabajo, más y mejor salud, más protección social, todas demandas básicas, extensibles a toda la población, pero que en el caso de los jóvenes se concentran particularmente en dos: educación y trabajo. En el primer caso, la demanda se resume en un sistema de educación público que entregue educación de calidad y gratuita en todos sus niveles, desde la primaria hasta la superior. En el caso del trabajo, la demanda se formula como el reconocimiento a las capacidades de los jóvenes, a la ausencia de abusos laborales y discriminaciones salariales, regularización de contratos, entre otras reivindicaciones laborales, que son particularmente importantes para los jóvenes inmigrantes.

El segundo registro remite a cambios «socioculturales» que aluden a los principios generales que regulan la vida en sociedad. Aquí se nombran la justicia, la igualdad, el respeto a los derechos, la libertad de decisión, la ausencia de discriminaciones de cualquier tipo, la igualdad entre géneros, la integración social, entre otras. Todas implican cambios y todas envuelven procesos de «segundo orden»: son transformaciones que apuntan a los sistemas funcionales, pero también involucran a los

sujetos. Son, como se dijo en un grupo, cambios «en la filosofía de vida», parte de una «re-evolución». Por eso la demanda se plantea como «generación de conciencia».

El tercer registro de estas demandas generales vincula los dos anteriores, pero los ancla en un referente más puntual: el cambio constitucional. La Constitución no sólo representa un símbolo de la dictadura militar;⁴ también opera como un obstáculo para las transformaciones estructurales. Los cambios que requiere el sistema escolar, por ejemplo, sólo parecen viables si se cambian las leyes orgánicas que lo fundan. Pasa lo mismo con los sistemas económico y político: el «modelo de desarrollo» es fuente y objeto de demandas de transformación, y en eso el cambio constitucional representa una herramienta fundamental: permitiría atajar y hacer retroceder el dominio de la lógica de libre mercado, y abriría la posibilidad de construir espacios y formas de participación ciudadana que vayan más allá de lo estrictamente electoral y se avance hacia un sistema político que supere una lógica clasista que se da por supuesta en el sistema de representación político-partidista. Esta demanda se asume como una necesidad para toda la población organizada, adulta y joven, aunque en el caso de las agrupaciones juveniles, la deslegitimación institucional de sus discursos y propuestas duplica la demanda por espacios para una participación efectiva y permanente en el proceso de decisión política.

A partir de estas demandas generales, en un segundo momento se va derivando en demandas particulares que remarcan los intereses de los distintos grupos focales. En el caso de las agrupaciones feministas, el componente clave es la superación de la cultura machista y la ampliación de los márgenes de libertad de decisión sobre el cuerpo. A partir de ahí se van derivando demandas más específicas que avanzan hacia ese objetivo o hacia esa demanda mayor, básicamente en forma de políticas de

4 La Constitución vigente en Chile data de 1980, fue diseñada por una comisión compuesta por personas afines a la dictadura militar y aprobada mediante un plebiscito controlado y sin registros electorales.

salud reproductiva, de educación sexual y, en términos jurídicos, de legislación en materia de anticoncepción y aborto.

En el grupo de gestores culturales y radiodifusores comunitarios, de las demandas generales por equidad y participación se pasa a demandas más específicas que tienen que ver con el apoyo financiero a sus iniciativas, la dotación de espacios físicos y de herramientas para el desarrollo de actividades artístico culturales —en el caso de los centros culturales—, y el acceso a espacios radiales —en el caso de los radiodifusores—.

En el grupo de altermundistas, la especificación de las demandas fue más difícil y terminó en una juvenilización de demandas generales que se remiten fundamentalmente a la apertura de espacios físicos para el desarrollo de las actividades propias de sus agrupaciones y la apertura de instancias de participación política.

Por último, en el caso de los jóvenes inmigrantes, las demandas se diversifican, igual que sus desventajas. Pero también son más precisas. El primero agrupa demandas de orden legal asociadas a la política migratoria chilena. El segundo agrupa las demandas asociadas al reconocimiento de los derechos del inmigrante, incluyendo la no discriminación. El tercer tipo corresponde a demandas de integración ciudadana vinculadas fundamentalmente al acceso a educación, trabajo, salud, vivienda y participación. Los primeros dos tipos son los más directamente vinculados a la condición de inmigrante propiamente tal. Las demandas van desde el momento mismo en que se cruza la frontera hasta que se abandona el país. Para el acceso se pide disponer de información sobre los requisitos que se exigen para entrar al país y sobre las condiciones que supone su permanencia. Sobre este último punto, la información incluye los aspectos legales, pero también la dimensión humana —saber, por ejemplo, las condiciones reales en que viven los inmigrantes en Chile—, única forma para que migrar sea una decisión informada y no que se toma a partir del mito sobre «el buen destino» del inmigrante, construido en base a rumores o testimonios engañosos. Para el

momento de la entrada, la demanda se dirige al exceso de documentos que se exige para entrar —«son muchos papeles»— y también a prácticas discriminatorias por parte de la policía fronteriza. Para la permanencia, las demandas se dirigen a reducir los márgenes para discriminaciones xenófobas y abusos policiales, disminuir los requisitos para regularizar la situación de residencia y destrabar su tramitación burocrática, y la convalidación de títulos escolares para «trabajar en lo que ellas y ellos estudiaron». Todo eso en el fondo implica una política de nuevo trato entre la sociedad que recibe y el inmigrante. Pues si al momento del ingreso paga un impuesto, si con su trabajo realiza un aporte, si al consumir se convierte en un actor de la economía del país, si al gestionar documentación temporal o definitiva también cancela un impuesto, entonces el Estado chileno debiera reconocer y garantizar sus derechos, que incluyen derechos sociales y laborales, pero que en el fondo son derechos humanos, para que de ese modo tanto el ingreso como la permanencia y el retorno al país de origen respondan a una decisión personal o familiar, a la propia capacidad de adaptación, y no a presiones legales, impositivas, discriminaciones xenófobas o de otro tipo.

4. INSTITUCIONES SOCIALES: TAN LEJOS Y DISTANTES

El tercer bloque de trabajo proponía una conversación sobre las instituciones. El objetivo era ver cuáles se reconocen como cercanas y cuáles se nombran como depositarias de las demandas. Esta conversación fue la más difícil de articular, la que tuvo más silencios y dudas, lo que de alguna manera refleja una distancia subjetiva que se produce a pesar de contactos esporádicos con instituciones de administración municipal o de la participación en concursos de proyectos financiados por organismos del Estado. Pese a la distancia, el discurso reconoce la necesidad de «apoyos» por parte de las instituciones, fundamentalmente del Estado. De hecho, la mayoría de las demandas son demandas dirigidas al Estado o al aparato público. La referencia se dice co-

mo un *deber ser*: el Estado *debiera ser* el principal responsable de garantizar una educación de calidad, gratuita y equitativa; el Estado *debiera ser* el responsable de asegurar atención médica decente a toda la población; el Estado *debiera fomentar* el desarrollo de expresiones artísticas y asumir su importancia como bien público; el Estado *debiera abrir* espacios para las organizaciones juveniles; los órganos de los Estados *debiesen lograr* los acuerdos necesarios para facilitar el libre tránsito por las fronteras, informar sobre trámites y garantizar los derechos del inmigrante.

Vista en conjunto, esta parte de la conversación de alguna manera suena como un llamado a la reconstrucción de un Estado Social que nunca llegó a ser completamente o que fue a medias y terminó relegado, pero que pareciera seguir anclado al centro de la relación entre organización política y modernización de las sociedades. El problema es que el Estado en su forma actual —el «Estado neoliberal»— no garantizaría el cumplimiento de las demandas. Por eso la primera solución que se plantea es una reforma al Estado. Para que *sirva*, para que funcione y brinde servicio, el Estado debe ser otro, un «Estado transformado», como se dijo en un grupo, con otros principios constitutivos, con otra doctrina económica, con otra organización política. De ahí la referencia al cambio de Constitución.

La pregunta es el cómo. Los límites que impone el funcionamiento actual del sistema político, con una «clase política» que se agota en negociaciones corporativas, que se define como simple extensión de una clase dominante que controla el poder político y económico, que cierra espacios de diálogo a las posturas disidentes y que repele la transformación que inspira el discurso sobre las demandas que se plantea en los grupos, alejan las posibilidades para esa transformación. Por eso finalmente el discurso termina validando a las organizaciones sociales de base y la estrategia de la autogestión, y devolviendo, al mismo tiempo, el proceso de transformación a las organizaciones sociales y su capacidad de actuar o de «ser Sujeto», diría Touraine.

Ese tránsito desde una reforma a la institucionalidad pública a la reivindicación de la «lógica movimientista» se dio en todos los grupos. En el caso de los gestores artístico-culturales, las ganas de «hacer cosas» en un escenario marcado por la ausencia de apoyos simbólicos y financieros terminan llevando a reconocer en la autogestión la única alternativa para *hacer* sin transar las ideas o el discurso de la obra. Lo mismo las radios comunitarias, que prefieren seguir proscritas y sonando al margen del dial que convertirse en radios comerciales. Su opción es parte del discurso —«el medio es el mensaje»—. En el caso de los grupos altermundistas, la desconfianza en el Estado es marcada, y la transformación política y el cambio de modelo económico son componentes centrales de su discurso. Por eso la conversación sobre instituciones reivindica el trabajo en organizaciones de base —juntas de vecinos, centros culturales, colectivos políticos— y el recurso a herramientas alternativas para generar conciencia social —educación popular, trabajo comunitario—. En el caso de los inmigrantes, la mezcla de incompetencia y desidia que se atribuye a los consulados, la ausencia de legislaciones que protejan al inmigrante de abusos y discriminaciones, sobre todo laborales, también terminan en un llamado a la creación de organizaciones propias que aboguen por la defensa y promoción de los derechos del inmigrante.

Lo relevante es que esta re-valoración discursiva de su condición de actores no se agota en una movilización «por fuera» de las instituciones tradicionales. Por el contrario, las incluye, pero con un cambio de sentido. La familia, por ejemplo: el discurso tradicional sobre la familia la define como una institución que tiende a la conservación de los modos de vida, la transmisión de las normas culturales y la reproducción de las estructuras jerárquicas (padre/hijo; respeto a la autoridad). En ese formato, la familia generalmente actúa como un obstáculo para los proyectos de cambio. Sin embargo, si se le cambia su sentido, la familia pasa a ser el primer espacio para cualquier cambio sociocultural: abre la posibilidad para crear y transmitir

nuevas «visiones de mundo». Por eso se dice a futuro: es *su* familia, la que ellas y ellos puedan llegar a formar. Pasa lo mismo con la institución escolar, que tradicionalmente ha operado como una institución jerarquizada, reproductora de normas culturales y de posiciones de clase, pero que ofrece un espacio institucional privilegiado para que ellos, con su acción —algunos son profesores—, puedan incidir en los procesos de construcción de una nueva subjetividad.

5. DESDE LA SUBJETIVIDAD JUVENIL A LA PRAXIS SOCIAL

Después de revisar los principales pasajes del trabajo en los Grupos Focales, lo que queda es ver los elementos que pueden aportar a la discusión sobre los fenómenos juveniles contemporáneos. Siguiendo el orden de la exposición, uno de los puntos interesantes que arroja la conversación sobre el ser joven es la necesidad de entenderlo como un *concepto relacional*. Como se vio en el análisis, la conversación sobre el ser joven pasa por una serie de cualidades «esencialistas» que construyen un sujeto en cuatro dimensiones: físico-biológicas (cuerpo joven); anímicas (energía, vitalidad); condiciones sociales (tiempo, libertad); ideológicas (crítica, sueños); pero que sólo adquieren sentido cuando se las observa en términos relativos y se comparan con los componentes de la adultez, que es otro concepto.

En el mismo nivel conceptual, un segundo punto que puede aportar a la discusión sobre lo juvenil es que la dimensión que aquí se define como subjetiva o *ideológica* es la que articula los discursos sobre el sujeto joven: le otorga un sentido a las cualidades físicas, anímicas y sociales. En el caso particular de estos Grupos Focales, la imagen dominante habla de un sujeto con energía, sueños, ideales y propuestas que orienta su acción hacia la transformación social. El punto es que este concepto sobre juventud parece identificar a una porción bastante reducida de la población joven chilena. De acuerdo a los datos de las últimas encuestas de juventud, la frase «la juventud es un

período para jugársela por grandes ideales» es la con menor frecuencia y la que más ha bajado en la última década.⁵ ¿Puede, entonces, hacerse extensivo este discurso sobre el ser joven al conjunto de la población joven chilena? Pareciera que no. De hecho, el discurso estadísticamente dominante va en la dirección contraria. Lo más habitual y que viene creciendo es asumir *la juventud como un período de preparación para el futuro, para tomar decisiones sobre qué hacer en la vida.*⁶ Esa noción es similar al concepto de ser joven que elaboran los jóvenes inmigrantes, que toman la decisión de migrar justamente porque están pensando en sus posibilidades de surgir. Sin embargo, en los grupos en que participaron jóvenes de centros culturales, organizaciones sociales y colectivos de educación popular, este elemento está prácticamente ausente de la conversación.

A partir de ahí, parece conveniente asumir que esta forma de definir el ser joven se ancla en un discurso sobre la juventud que representa principalmente a quienes participan de organizaciones y colectivos juveniles, a la «juventud organizada» o, más en general, a quienes están más «concientizados» o politizados en una tradición de izquierda. Los componentes de ese discurso actualizan las imágenes a esta altura más «clásicas» sobre la juventud como sujeto histórico, y en varios pasajes evoca a la juventud popular movilizadora de los años ochenta.⁷ Lo importante es que la presencia de estas discursividades sobre el ser

5 Representa solamente al 7% en 2006 (INJUV, 2007).

6 De acuerdo a los resultados de las distintas encuestas nacionales de juventud, cuando se pregunta por una definición de la juventud, la mayor parte de la población joven chilena (45%) dice que define a la juventud como «un período para tomar decisiones sobre qué hacer en la vida» (INJUV, 2007).

7 En el grupo de agrupaciones altermundistas (Concepción) uno de los participantes escribió de esta forma la desventaja de ser joven: «Perderme parte de la historia que motivó a las juventudes a luchar por sus ideales en los años 70 y 80, encontrarme y vivir un momento de la historia donde el sistema se encuentra totalmente impuesto y el pueblo subyugado».

joven hace pertinente incorporar el par *subjetividad-praxis social* como un elemento diferenciador de juventudes, que por lo general es poco considerado o que se toma en cuenta sólo desde un enfoque culturalista con acento en la definición de identidades y búsquedas de sentido en un contexto de fragmentación cultural. La pertenencia a organizaciones sociales y culturales que actúan en la defensa de derechos femeninos, que mantienen radios comunitarias, que montan obras de teatro en espacios comunitarios o que desarrollan iniciativas de educación popular, parece ir más allá de una forma de resolver el problema de la identidad. Su discurso y su praxis es política, el hecho de organizarse es para incidir conscientemente en la construcción del orden social, por eso es difícil tratarlos como una forma de subjetividad más en un océano de subjetividades y de formas de construir identidad o cultura juvenil y ponerla en el mismo plano que la pertenencia a un grupo de calle o una «tribu urbana».

Por el lado de la conversación sobre las demandas, hay dos puntos que parecen relevantes. El primero es la dificultad para identificar necesidades y articular demandas específicas. El único grupo en que la definición de demandas se especificó rápidamente fue en el de los jóvenes inmigrantes, lo que se puede interpretar como producto de una mayor facilidad para identificar sus necesidades como colectivo. En el resto de los grupos, si bien el paso de demandas generales a demandas particulares fue lento y se produjo ya avanzada la conversación en ese bloque temático, eso no puede llevar a pensar en una ausencia de necesidades en estas agrupaciones. Sí, quizá, a una falta de ejercicios de este tipo en las agrupaciones.

El segundo punto es el lugar que ocupan las demandas de transformación social y cultural en la conversación sobre demandas. Más allá de las demandas particulares de cada grupo, ése puede interpretarse la referencia permanente a cambios sociales que remiten a los principios constitutivos del orden social —igualdad, justicia, el cambio de sistema económico y políti-

co— a la retórica de agrupaciones que hablan desde un discurso ideologizado? Es preferible que no. A nuestro entender, parece más pertinente interpretar esta referencia a demandas socioculturales de carácter general como parte de la tendencia que ha seguido la constitución de movimientos sociales en la sociedad postindustrial, en la lógica de los Nuevos Movimientos Sociales que describe Touraine. En ese sentido, la asociación casi inmediata entre demandas y transformación social constituye un *síntoma* que muestra los límites de un orden social que no logra resolver los problemas de la integración social y que cierra los espacios para la participación democrática. La falta de espacios de participación como desventaja de ser joven, la legitimación del discurso de las organizaciones juveniles y, sobre todo, la distancia respecto a las instituciones del Estado, son una clara muestra de esa clausura. Por lo mismo, es perfectamente posible —y bastante probable, por lo demás— que en cualquier otro grupo de jóvenes la conversación sobre desventajas de ser joven y sobre las demandas juveniles pasara por los mismos tópicos generales.

La otra pregunta es si se puede esperar que este tipo de demandas se aborde desde las políticas públicas. A primera vista, se ve difícil. La propuesta del cambio constitucional podría ofrecer un mecanismo concreto para avanzar en ese sentido, que si bien no es garantía de transformación, sí puede simbolizar un rito o acto fundacional para el inicio de una nueva etapa republicana. En los últimos meses han aparecido algunos actores políticos que han tratado de introducir la idea de un cambio de Constitución en la agenda política. Sin embargo, hasta el momento las «voluntades políticas» son difusas y es poco probable que un giro de este nivel se genere desde la institucionalidad. Al menos no con la actual estructura política chilena, que tampoco parece mostrar señales sobre una ampliación de los mecanismos de representación política por la vía electoral. Los proyectos de ley que ha presentado el Ejecutivo para cambiar el sistema de elecciones binominal, de hecho, han fracasado y tienen poco futuro si se consi-

dera que es justamente este mecanismo el que mantiene empata la correlación de fuerzas en el parlamento.⁸

Lo más probable, entonces, es que demandas «macro» como las que se plantearon en los Grupos Focales terminen en algunos ajustes a los sistemas funcionales y que se asuman como cuestión de políticas sectoriales. A eso se agrega la tendencia a abordar este tipo de demandas políticas y sociales desde criterios técnicos, sobre todo financieros, políticos y comunicacionales.⁹ En ese marco, la ampliación de los espacios de participación democrática y ciudadana desde la política pública queda en suspenso y, por lo mismo, es probable que su principal motor corra por cuenta de movimientos sociales. Lo demuestra lo ocurrido en el campo de la Educación: la necesidad de un cambio estructural solamente se puso en la agenda política después que los estudiantes secundarios se movilizaron para demandar, primero ajustes a la aplicación de la reforma, después cambios a las leyes que estructuran el sistema escolar, y desde ahí, demandas «metasociales» que van más allá de lo estrictamente educacional. Lo interesante en este caso es el hecho que se vengán articulando alianzas entre organizaciones «de adultos» y «de jóvenes» —profesores, apoderados, sindicatos de trabajadores, académicos y estudiantes— en un *movimiento por la educación pública*, pues pareciera llevar a la

8 Valga señalar que en Chile *la inscripción electoral es voluntaria* (pero el voto es obligatorio para quien está inscrito) y precisamente por esa razón, los jóvenes cada vez se inscriben y votan menos en todas las elecciones (cerca del 80% de los jóvenes de 18 y 19 años no están inscritos en los registros electorales y no votan). Situación que trae como consecuencia un *envejecimiento constante del padrón electoral*.

9 Paradigmático es lo ocurrido en Chile con el caso del nuevo plan de transporte público de Santiago —Transantiago—, hecho entre técnicos, sin participación ciudadana, y que terminó en un rotundo fracaso, una crisis política para el gobierno actual y una rápida y definitiva baja en la adhesión ciudadana, al menos entre los santiaguinos. Lo mismo en el campo de la Educación, con una reforma a mediados de los años noventa elaborada primero por técnicos y luego resuelta entre grupos de interés —Ministerio de Educación, técnicos, propietarios de colegios, empresarios, iglesia—.

práctica esa demanda por un «diálogo intergeneracional» del que se habló en un momento, esa unión entre «la voz de la experiencia» y la «energía transformadora».

Ahora bien, ¿pueden las políticas de juventud jugar algún papel en esto? En principio, sí; pero eso exige subir la apuesta. La receta más obvia es ampliar los mecanismos de participación en el diseño y la gestión de las políticas de juventud. Hace un tiempo, Duarte (2004) mostró que los proyectos que logran mayor adhesión y compromiso, sustentabilidad e impacto —por usar términos habituales en el diseño de programas— son justamente los que involucran la participación de los jóvenes en las diferentes etapas del proceso. No importa tanto quién planifique o ejecute un programa —si es un municipio, una ONG, una organización vecinal o cualquier otro—, sino el enfoque con que se realiza el trabajo. Esa necesidad de participación no puede ser puramente retórica; tiene que ser efectiva. No basta con ponerlo en la planificación; tiene que formar parte del trabajo. No participación simbólica o nominal, sino con peso en las decisiones.

La gran dificultad en este punto es la distancia que marca la relación entre jóvenes e institucionalidad pública y el «círculo perverso» en que parece haber entrado. Por un lado, las instituciones encargadas de las políticas de juventud han buscado acomodar forzosamente a los jóvenes a sus lineamientos de políticas y mecanismos de participación formalizados que no siempre se ajustan a las formas de organización juvenil y que no siempre interpretan el sentido de sus intereses.¹⁰ Por otro lado, las organizaciones juveniles suelen mantener una relación meramente instrumental con las instituciones —obtener algunos recursos financieros vía proyectos concursables—, que no reduce la reivindicación que se hace a la autonomía y la auto-

10 Llama la atención que en la conversación sobre las demandas que se produjo en estos Grupos Focales no haya referencias directas al uso del tiempo libre o al entretenimiento como parte de las demandas, a pesar que ha sido uno de los focos más recurrentes en materia de políticas de juventud.

gestión. Lo que está claro es que romper este círculo es una búsqueda que tiene que asumir la institucionalidad política, no puede traspasarse esa responsabilidad a los jóvenes, aunque, como se deduce de los discursos, ganas les sobran.

6. HACIA UNA AGENDA SUDAMERICANA

La pregunta que resta es sobre los elementos que se pueden rescatar de todo este ejercicio de cara a la promoción de procesos de integración en el contexto sudamericano. No deja de ser relevante que en los tres grupos que se realizaron con jóvenes chilenos el tema de la integración sudamericana haya estado casi completamente ausente de la conversación. Si bien reconocían una sintonía con el listado de demandas que se produjo en la etapa anterior del estudio, que crea una especie de identificación en las desventajas y demandas, la integración en sí no fue trabajada como una parte sustantiva del discurso. Eso no implica que sea irrelevante. De hecho, en el único grupo con jóvenes chilenos en que se hizo una referencia al tema de la integración se valoró positivamente cualquier posibilidad que permita conocer la realidad de los jóvenes de otros países, porque permitiría conocer los problemas comunes.

De donde sí se pueden extraer más elementos para la integración es del grupo de inmigrantes. Para este grupo el problema de la integración sudamericana de hecho no se hace desde fuera, discursiva o teóricamente, sino desde dentro, de quien la vive como necesidad. Todos los límites que se ponen en los cruces de fronteras, las trabas burocráticas para la documentación, las discriminaciones de todo tipo, las convalidaciones de títulos profesionales, por ejemplo, son elementos que se pueden trabajar para una agenda de integración sudamericana, asumiendo que fenómenos como la migración lo que hacen es abrir las posibilidades de un intercambio necesario y que parece estar faltando.

VALPARAÍSO (CHILE), OCTUBRE DE 2008

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DUARTE, CLAUDIO (2004): «Evaluación de programas juveniles». Santiago: INJUV.
- GHIARDO, FELIPE y OSCAR DÁVILA (2008): *Trayectorias sociales juveniles. Ambivalencias y discursos sobre el trabajo*. Valparaíso: Ediciones CIDPA e INJUV.
- INJUV (2007): *Quinta encuesta nacional de juventud*. Santiago: INJUV.
- (2006): *Segundo informe nacional de juventud. Condiciones de vida y políticas públicas de juventud desde la transición al bicentenario*. Santiago: INJUV.
- ORGANIZACIÓN PARA LA COOPERACIÓN Y EL DESARROLLO ECONÓMICO (OCDE) (2004): *Revisión de políticas nacionales de educación. Chile*. París: OCDE.

**Ser Joven en Sudamérica.
Diálogos para la construcción
de la democracia regional**



**DIALÉCTICA DE LAS JUVENTUDES
PARAGUAYAS**

Diego Segovia

DIALÉCTICA DE LAS JUVENTUDES PARAGUAYAS

I. INTRODUCCIÓN

EN EL MARCO DEL PROYECTO de investigación «Juventud e integración sudamericana: diálogos para la construcción de una democracia regional», se han realizado, entre mayo y junio de 2008, tres grupos focales con organizaciones juveniles paraguayas para seguir profundizando los conocimientos y análisis de sus realidades y demandas. Jóvenes feministas, jóvenes objetores de conciencia, jóvenes campesinos y campesinas fueron consultados en esta ocasión, en un proceso que da continuidad al estudio regional iniciado en 2007, del cual se desprendieron las principales demandas de la juventud del Cono Sur americano (educación, trabajo, producción cultural, seguridad y derechos humanos, ecología y circulación y movilidad).

En este artículo se recogen, de manera resumida, los principales resultados de estos grupos focales, que observados desde una perspectiva teórica y comparados con el estudio previo, permiten avanzar en la construcción del «campo» de la juventud y de las demandas juveniles y pretenden hacer posible una mayor incidencia en las políticas públicas regionales sobre juventud.

Siguiendo con la metodología del proyecto, la selección de los grupos consultados se hizo en base a un criterio simple: captar diferentes y representativos colectivos juveniles, ya sea sociodemográficamente hablando o por el tipo de demandas que canalizan. El otro criterio básico fue la *capacidad de agencia*

de los grupos de jóvenes, ya sea en espacios micro, en sus regiones de actuación o a nivel nacional. Así, se optó por considerar a los/as jóvenes del Movimiento por la Objeción de Conciencia (MOC), a los/as jóvenes campesinos/as de la Organización de Lucha por la Tierra (OLT) y a las feministas jóvenes de Las Ramonas e India Juliana.

En cuanto al MOC, es un movimiento que se ha constituido en los años 90 en un actor peculiar en las transformaciones que se produjeron en el espacio público democrático, dada la alta incidencia en la tarea titánica de ir abriendo espacios para incorporar derechos humanos poco reconocidos en el Paraguay y nuevas demandas ciudadanas. Su demanda central gira en torno al reconocimiento de la objeción de conciencia hacia el Servicio Militar Obligatorio (SMO). Uno de sus logros más grandes es sin duda que, en el año 2006, los que se han declarado objetores de conciencia al SMO (ante llamados despectivamente *desertores*) superan la cifra de 42.000 jóvenes. Todo un logro en un país de enorme conservadurismo.

Cabe recordar que según los últimos datos censales (2002), en Paraguay un 43% de la población se encontraba viviendo en el campo. Además, en los últimos años los movimientos campesinos paraguayos han sido aquellos que con más fuerza se han levantado para visibilizar sus demandas luego de la caída de la dictadura, en 1989. Por estos motivos, los estudios sobre movimientos sociales están fuertemente condicionados a considerar el sector campesino y su importante población joven. La OLT, por su parte, fue escogida por ser uno de los movimientos más representativos de la juventud rural. Nació en 1993 con la misión de organizar a los campesinos para la conquista de la Reforma Agraria Integral, para lo cual articula a sin tierras, productores, mujeres, indígenas y jóvenes, los cuales se organizan en comités de asociados o comisiones vecinales. A su vez, la juventud está nucleada en el espacio denominado Coordinadora de Jóvenes Rurales de la OLT. Actualmente tienen bases en 9 de los 14 departamentos de la Región Oriental del país (donde se concentra

el 97% de la población nacional). En varias comunidades han logrado conquistas de tierras y un apreciable desarrollo comunitario, destacándose por el acompañamiento en las áreas de producción, servicios públicos, formación de jóvenes y mujeres, y formación de líderes para el logro del impacto de sus demandas.

En cuanto a la «juventud», la discusión feminista es muy reciente en el país. Son pocas las organizaciones feministas integradas por jóvenes y con una fuerte identidad juvenil. Las más visibles en el espacio público, no por su tamaño, sino por fuerza cualitativa y su discurso son, precisamente, Las Ramonas (que acciona más centrada en Asunción) e India Juliana (que desarrolla sus actividades principalmente en Luque, una ciudad del Área Metropolitana de Asunción). Las Ramonas es una organización de activistas feministas jóvenes que lleva su nombre en homenaje a Ramona Ferreira, anticlerical y periodista que luchó en el Paraguay al inicio del siglo XX. Con una clara auto-definición política de incidencia en todos los espacios posibles, Las Ramonas se articula con organizaciones juveniles, el movimiento progresista y el movimiento de mujeres tanto paraguayo como internacional. Entre sus acciones principales está la de organizar espacios de encuentro, reflexión y formación, enfatizando la construcción de herramientas innovadoras de acción política y una imagen pública con discurso político, apelando a lo cultural y la comunicación. Por su parte, el «Grupo de Acción y Discusión India Juliana» se conforma en el año 2000. Surge como respuesta a la necesidad que tenían algunas jóvenes luqueñas de contar con un espacio para hablar de temas que les inquietaban y donde compartir ideas y acciones. Como mujeres jóvenes, se planteaban como un problema la ausencia de espacios de militancia social con dirigencia femenina, donde se desarrollen discusiones sobre la igualdad de género. Con el nombre recuerdan y reivindican la memoria de una líder indígena que encabezó uno de los primeros levantamientos contra los conquistadores españoles, motivo por el cual la condenaron a la horca. No la reivindican sólo por haber sido invisibilizada

en los libros de historia, sino también por el compromiso de lucha que tuvo con su pueblo.

Se intenta pues, a continuación, destacar los patrones y matices de las voces de todas las personas entrevistadas en los grupos focales, con una variedad importante en edades, escolaridad, idioma, experiencias, pensamientos y adscripciones sociales. Se pone especial énfasis, por un lado, en los aspectos que unifican los discursos en un «campo» que podría llamarse de la juventud, en singular, y, por otro lado, en los aspectos que vuelven particulares y distintos aquellos mismos discursos, y que por lo tanto exigen tomar conciencia de la necesidad que existe de considerar «las juventudes», en plural. En este sentido, las *contradicciones* de la vida juvenil y las demandas particulares de cada movimiento serán el cristal a través del cual pase nuestra mirada para llegar a cada uno de los temas desarrollados.

II. ¿QUÉ ES SER JOVEN HOY?

Cada momento histórico, cada sistema de socialización, cada tipo de Estado, cada cultura política y sociedad civil trae consigo permisos, libertades y modos de relacionarse intergeneracionalmente. Así se configuran los espacios de construcción de la juventud, desde cuya condición de vida, a su vez, se produce cultura y subjetividad juvenil. En estas circunstancias, la juventud desarrolla identidades y percepciones que devienen del contexto externo, pero fundamentalmente del mismo entorno social y natural donde se desarrollan, y de su propia singularidad como jóvenes.

¿Cómo son percibidas estas variables desde los/as jóvenes consultados en los grupos focales? En primer lugar, cabe aclarar que en ninguno de los debates, al hablar de la juventud, se hizo mención a un rango de edad, sino más bien a las condiciones que definen rasgos característicos de la vida juvenil. Por ello, a continuación se pasará a describir e interconectar las características propias de la juventud según fueron mencionadas por los/as jóvenes.

1. Juventudes signadas por contradicciones

A pesar que todos/as los jóvenes que participaron en los grupos focales reconocen que es incorrecto hablar de juventud y que más bien se deben considerar las juventudes, ellos/as mismos/as reconocen que la intensificación de las contradicciones de la vida es un factor común a todas las juventudes.

Resalta, al analizar los grupos focales, la cantidad de veces que hacen mención de las contradicciones que tienen en sus vidas las personas jóvenes, ya sea explícitamente o mediante el compartir de casos concretos de la experiencia. Uno de ellos explicó así: «parece una contradicción. Por un lado vivís todos los días pensando en tu futuro, pero, por otro lado, todo el día para poder seguir viviendo al día siguiente». Otro joven menciona que la misma sociedad construye en el imaginario una juventud contradictoria: «porque por un lado, la juventud es violenta, sin intereses, anda en la pavada, pero por otro lado, es el futuro de la patria, la esperanza. En un mismo mensaje están estas contradicciones, entonces es un tema muy contradictorio». Además, muchas experiencias como la siguiente fueron narradas, confirmando, desde la práctica, la intensidad de las contradicciones juveniles: «la sociedad exige, pero a la vez te atrofia la capacidad de realizar lo que te exige».

Así también se ha definido la juventud como «un período en el que constantemente se deben abrir puertas», o sea, un período de búsqueda y de lucha con los permanentes obstáculos que se encuentran en la sociedad. Es el imaginarse lo que se quiere, para luchar con lo que se tiene y llegar a lo que se puede. Un proceso que podría ser leído desde la clave: tesis, antítesis, síntesis. Esta clave, propia de la dialéctica, explica la misma realidad a partir de las contradicciones, y utilizándola en el análisis de los insumos obtenidos en los grupos focales puede arrojar luz para comprender distintos aspectos de la vida juvenil. Si bien desde ella se puede afirmar que la condición humana está signada por contradicciones, también es válido considerar que

la juventud es un período de la vida en el que se intensifican dichas contradicciones. Así como se ha manifestado en el *focus* con jóvenes feministas, «los jóvenes tienen los mismos problemas que la sociedad adulta, pero magnificados», hecho que ya se analizaba como el espejo retrovisor que agranda los problemas de la sociedad (Novaes y Vital, 2006).

No sería exagerado afirmar que la misma idea de la juventud se basa en la contradicción. La esencia de la juventud es la contradicción entre la niñez —inmadura, ignorante, dependiente— y la adultez —madura, sapiente e independiente—. El editorial del número 51 de la revista *Label France*, por ejemplo, reafirma esta idea, al definir la juventud como una

Edad transitoria de destrucción y reconstrucción de la personalidad [...] Al mismo tiempo idealizada y estigmatizada, deseada y temida, percibida como una esperanza y un factor de dinamismo, pero también como una amenaza y un elemento de inseguridad, es considerada a menudo, como «la mejor edad», a pesar de ser la etapa con mayor porcentaje de suicidios.

Es grande la cantidad de argumentos que se mezclan, tanto en los discursos juveniles como en aquellos de la sociedad y en las teorías sobre las contradicciones que hacen a la juventud. A continuación analizaremos la naturaleza de estas contradicciones, aquellas materiales y también aquellas discursivas o del imaginario, y la manera en que se interrelacionan.

a) *Contradicciones objetivas y subjetivas*

Analizando los discursos utilizados en los grupos focales en Paraguay, se pueden percibir básicamente dos tipos de contradicciones en la vida de los jóvenes: las objetivas y las subjetivas. Las contradicciones objetivas son aquellas que se producen debido al modo en que se configuran las relaciones sociales económico-materiales en una sociedad particular. En otras palabras, son aquellas derivadas de la estructura económica. La juventud las experimenta no porque se haya construido un

«campo» especial de contradicciones objetivas para ella en la sociedad, sino como resultado de otros procesos contradictorios que hacen a la vida económica. Así, por ejemplo, la racionalización de la organización social ha hecho que el proceso educativo para ingresar plenamente al mundo laboral sea cada vez más largo y, al mismo tiempo, la precariedad de las condiciones laborales hace que a los jóvenes se les exija cumplir funciones de adultos cada vez más temprano, así como señalaron en más de una ocasión los/as jóvenes consultados/as. No se puede decir que esta contradicción del mundo juvenil ha sido construida con intencionalidad por la sociedad, que busca con esto su exclusión de las esferas de poder, sino que es el resultado imprevisto de otras contradicciones económicas, como la situación de clase, el modo de producción, entre otras.

Las contradicciones subjetivas, sin embargo, son aquellas que se construyen, ya sea dentro del sector juvenil o en la interacción con los demás actores sociales, en el campo ideal, es decir, en el juego de representaciones que los actores van creando sobre distintos fenómenos sociales. Éstas están obviamente interrelacionadas con las contradicciones objetivas, pudiendo influir en ellas o siendo influidas por ellas. A diferencia de estas otras, sí se puede presumir cierta intencionalidad o cierta participación activa de sujetos sociales específicos en su construcción. Son las personas jóvenes las que buscan representarse a sí mismas, en contradicción con otras representaciones o con la no-representación que otros actores crean en la sociedad, y es el mercado (los especialistas del marketing), o son los medios de comunicación (sus editores) los que arrojan imágenes contradictorias acerca de la juventud.

i) Contradicciones objetivas

Se puede decir que las contradicciones objetivas de la juventud, en realidad, no son propias de ésta, sino que son de la sociedad en general. La juventud las experimenta con mayor intensidad,

pero no de manera exclusiva. Así, por ejemplo, las contradicciones de clase presentes en la sociedad son intensificadas en el período de la juventud, tanto en aquellas de la clase baja como en aquella de la clase alta. Por un lado, las familias de escasos recursos son las que más pueden presionar a los/as jóvenes a asumir el rol de adultos de generación de ingresos familiares, siendo que, al mismo tiempo, la estructura socioeconómica se lo impide. Por otro lado, las familias mejor posicionadas pueden mantener a sus hijos jóvenes en una relación de dependencia que les impide ir asumiendo paulatinamente las responsabilidades propias de la vida adulta, congelando a la persona en un período infantil de duración indefinida. Es posible pues, en este sentido, hablar de «las juventudes objetivas».

En el centro del conjunto de factores que diferencian a las juventudes, para todos/as los/as jóvenes consultados/as se encuentra la cuestión de la clase social. Ante la falta de un Estado que garantice los derechos humanos básicos, un/a joven que no puede acceder a los estudios, a la salud, al trabajo, a una alimentación adecuada, sufrirá en su vida las marcas, tanto físicas como simbólicas, de estas carencias. Estas marcas tienen que ver tanto con los efectos propios del no acceder a bienes y servicios básicos, como al estar excluido simbólicamente de la sociedad. Esto ha sido insistentemente mencionado por el grupo de jóvenes rurales. Ellos/as se sienten profundamente distintos/as de los/as jóvenes urbanos/as y, en especial, de aquellos/as de las clases media y alta. Así, podemos intuir que el área de residencia de la persona joven será otro de los factores que de manera preponderante condicionará su vida y las contradicciones que le toque vivir.

El género, desde las apreciaciones de las feministas, es también una de las contradicciones fundamentales que distinguen a las juventudes hoy, debido a que sigue existiendo gran discriminación hacia las mujeres. Según una de las chicas, «la juventud es un factor de discriminación al igual que el hecho de ser mujer».

El otro factor que podría estar en la base de las contradicciones juveniles es la raza o etnia; sin embargo, dado que se tuvo la participación de un solo joven indígena en los grupos focales, asociado y muy identificado con la organización campesina, creemos no tener elementos suficientes para analizar esta fuente de contradicciones. Aun así, puede ser ilustrativo considerar la siguiente frase pronunciada por el joven indígena de la OLT: «nosotros siempre, en nuestra comunidad, como indígenas, somos los más marginados, por lo menos en este país, y ante todo esto seguimos procurando [...] por ahora, por ejemplo, salen de la comunidad indígena y van a vivir a Asunción, viviendo un poco mejor en la campaña salen, van a la ciudad y viven mal».

Vamos a considerar la clase social, el área de residencia y el género pueden, como las contradicciones sociales que de manera más profunda afectan a la juventud. A partir de estas contradicciones se irán generando otras que de igual manera son vividas por la persona joven. Entre ellas, se mencionan las siguientes.

— El difícil acceso al mercado laboral

Ya se mencionó de qué manera la sociedad condiciona a ejercer roles de adultos antes de que se den las condiciones óptimas para ello. Esto tiene que ver sobre todo con el ingreso al mercado laboral. Las experiencias que se narraron en los grupos focales son bastante ilustrativas. Se denuncia, en primer lugar, lo difícil que es encontrar un trabajo, porque en todas partes exigen experiencia y, si nadie te da la primera oportunidad, nunca podrás alcanzar la experiencia. Luego, una vez que se accede a un puesto de trabajo, se tiene que sufrir una discriminación constante, ya que al ser jóvenes no se toma en cuenta lo que dicen, o te exigen pagar «derecho de piso», es decir, hacer los trabajos que nadie quiere hacer, trabajar horas extras, entre otras cosas. Dado que la clase social está en el fondo de las contradicciones, ésta también influye en las posibilidades que

los/as jóvenes tienen para acceder al mercado. Quienes provienen de una clase alta, probablemente tienen contactos en empresas o funciones públicas importantes, mientras que para la clase media y baja queda sólo acceder como desconocido a un puesto de trabajo en el que las condiciones laborales están muy deterioradas.

El área de residencia también debe mencionarse como un factor que influye en las oportunidades laborales de los/as jóvenes. En un mundo en el que, desde hace mucho tiempo, se ha venido promoviendo, desde los aparatos represivos e ideológicos del Estado, una urbanización acelerada, quienes no tienen el capital humano y social necesarios para subsistir en la ciudad, estarán condenados a la marginación social. En este sentido, un/a joven agricultor/a se encuentra con muchas más dificultades para trabajar, ya sea en la ciudad o en el campo. En la ciudad, porque no tiene la formación necesaria para acceder al mercado de trabajo y, en el campo, porque no tiene los instrumentos para acceder a un capital productivo como la tierra, por ejemplo.

Esta situación puede volverse mucho más difícil para las mujeres jóvenes, ya que las mismas siguen sufriendo violencia y acoso en sus lugares de trabajo, además de ganar menos por los mismos trabajos que los varones y estar sometidas a críticas mucho más duras en sus funciones por el simple hecho de ser mujeres.

— La migración

Otra de las contradicciones de la vida juvenil está dada por el fenómeno migratorio.¹ El mismo se presenta desafiante, enriquecedor, emocionante, pero al mismo tiempo exige que se deje atrás a la familia, a los amigos, a la propia cultura, con todo el peso emotivo que esto comporta. La visión de los aspectos negativos de la migración ha preponderado en los grupos foca-

1 Se refiere sobre todo al exilio económico.

les. La vida que llevan los migrantes —aquellos exiliados económicos, que son mayoría de los que viven fuera del país— es siempre muy sacrificada. Además existe la otra cara de la migración. La cara de los que se quedan. Aquellos que ven a sus familias desintegrarse, a su grupo de amigos, a su propia organización. La ruptura de estos vínculos genera tristeza y melancolía, y también, por lo general, tiene un efecto multiplicador que sigue impulsando la migración, ya que se desvanece el arraigo social del/la joven, se pierde el sentido de lo comunitario y, además, se crean nuevos motivos para salir del lugar de origen, ya sea el buscar a la persona lejana, ya sea el emular sus experiencias. Así lo comentaba uno de ellos: «es triste, incluso en los asentamientos uno ve movimiento de aquí para allá y después desaparece ese movimiento, la gente pregunta ¿hay mujeres?, ¿hay jóvenes?, y no hay, ¿dónde fueron todos? Ese es un desafío de nuestros jóvenes de la OLT para que podamos quedarnos nuevamente en nuestra comunidad, en nuestro *tekoha* (lo que tenemos)».

La migración impone a los jóvenes, tanto urbanos como rurales, roles de adultos, ya sea a los que se van como a los que se quedan, y se intensifica así la exigencia de la sociedad por ser adultos cada vez más temprano. Quienes se van se independizan y, a veces, tienen que enviar dinero a sus familiares. Quienes se quedan tienen que administrar la casa, cuidar a sus hermanos y ejercer así un rol de padres/madres antes de serlo.

La realidad migratoria, si bien estuvo presente en muchos de los comentarios de los/as participantes de distintos grupos focales, se debatió más intensamente en el grupo de jóvenes rurales, lo cual indica que esta contradicción es, de nuevo, profundizada por el área de residencia. La exigencia de migrar es mucho mayor para las personas jóvenes que viven en el campo ya que, como se explicaba, existen numerosas y grandes dificultades para trabajar en la agricultura. En la ciudad no existen menos dificultades, pero es como si la densidad de las interacciones sociales que allí se dan abriera más oportunidades de inserción.

En áreas urbanas la migración se relaciona sobre todo con la clase social, siendo aquellas más exigidas económicamente las que en mayor medida van a otros países. A pesar que la migración tiene sus partidarios en la teoría, cabe mencionar que la mayor parte de quienes han migrado en los últimos años, ya sea del campo a la ciudad o de la ciudad al extranjero, lo han hecho por obligación ante la falta de oportunidades de trabajo y las condiciones de explotación que se han legitimado en el mercado laboral paraguayo. También éste es un fenómeno intensificado en las mujeres.

— La libertad y el control

Varias personas jóvenes han dicho que una ventaja que tienen es el estar menos atados a compromisos que las personas adultas. Al no tener una familia propia, los/as jóvenes pueden dedicarse a cosas que le gustan, e incluso esto puede facilitar la organización y la participación política. Sin embargo, también advierten sobre los controles que les impone la sociedad a cada paso, hecho que en la práctica termina restringiendo nuevamente las posibilidades del goce de esa mayor libertad y desmotiva todo lo relacionado con la participación.

Aunque explícitamente no se habló de libertinaje, es posible intuir que también existen contradicciones importantes en la sociedad paraguaya en cuanto a los permisos que pueden obtener las personas jóvenes para realizar actividades de cualquier tipo en su vida. Uno de los factores que influye poderosamente en esto es el género. Los varones por lo general gozarán de mucha mayor libertad para hacer lo que quieran, mientras que las mujeres estarán sometidas a controles mucho más estrictos. La situación de las mujeres empeora en las zonas rurales. Además de la exclusión o el cercenamiento del derecho a la libertad de las mujeres jóvenes en las propias comunidades rurales, dicha desventaja es amplificada desde las instituciones teóricamente más democráticas como la escuela pública. Para las mujeres consultadas, la cultura del

machismo también llega a la escuela rural, y no se otorga oportunidades para que ellas practiquen la participación. «La mamá dice, ella es mujer y ya no tiene que ir sola muy lejos». Las palabras *permiso* o *compañía* esconden en el fondo que a las mujeres jóvenes se les niega el uso del derecho a la libertad de moverse. Este poder que se cierne en especial sobre las mujeres jóvenes es de tal magnitud que afecta en lo más profundo de sus vidas.

ii) Contradicciones subjetivas

Las contradicciones subjetivas sí son aquellas que caracterizan de manera especial a la juventud como actor social. Aunque tanto en el imaginario de la sociedad como en el de los/as jóvenes la vida en sí tiene contradicciones, éstas no son tan fuertes como aquella que se representa colectivamente acerca de la juventud. Se puede decir que en la construcción social del «campo» de la juventud se ha puesto, de manera explícita o implícita, un énfasis sobredimensionado en las contradicciones del ser joven. A pesar que el asiento objetivo que sustenta esta construcción es la intensificación de las contradicciones reales mencionadas, existe una importante dosis de ficción que se añade en los discursos sobre la juventud.

Recurramos, por ejemplo, a un lugar común: la tasa de suicidios es más alta entre las personas jóvenes que entre cualquier otro grupo de edad. Este dato, mencionado en distintos medios—incluso en revistas de análisis (*Label France*, 2003)—, es totalmente opuesto a los datos que muestran estudios de la Organización Mundial de la Salud (Krug et al., 2003). Según los mismos, la tasa de suicidios por cada 100.000 habitantes a nivel mundial es directamente proporcional a la edad de las personas que se suicidan. Es decir, a medida que se observan los estratos de mayor edad de la población, la tasa de suicidios aumenta, alcanzando su máximo entre los mayores de 65 años. A pesar que en algunos países la situación pueda ser distinta, las tendencias mundiales son evidentes.

Una larga discusión sobre el suicidio ha iniciado Durkheim en la sociología. Sin adentrarnos en la misma, podemos afirmar que se considera válido que existen factores sociales que condicionan de manera importante a una persona que busca suicidarse o que logra hacerlo. El mensaje que se envía al decir que la tasa de suicidios es la más alta entre los jóvenes, aunque esto no se ajuste a los datos empíricos, es que la juventud, siendo uno de los períodos más preciados de la vida, es también el más oscuro. O sea, lo que decíamos: el imaginario social ha puesto un énfasis sobredimensionado en las contradicciones de la vida juvenil.

— Las contradicciones en el mundo adulto

Pero este imaginario no es inmóvil. Se va construyendo en base a la disputa entre las realidades subjetivas y objetivas de distintos actores. En este debate aparecen varios actores. Uno de ellos es el «mundo adulto», es decir, aquellas personas mayores que se relacionan con los/as jóvenes y forjan sus representaciones sobre ellos. Las mismas se construyen casi siempre en base a la contradicción, por lo que se dice en los grupos focales, ya que los/as jóvenes son la esperanza del país, pero al mismo tiempo un peligro. Las representaciones del mundo adulto no se forman sólo a partir de la interacción directa entre las generaciones, sino que influyen allí también los medios de comunicación. Y éste es el segundo actor, cuyo poder en la construcción del imaginario colectivo es enorme. Su radio de acción abarca a los adultos, y también, por sobre todo, a las personas jóvenes. Sus imágenes son contradictorias y quizá más que ninguna otra. Se volverá sobre los mismos más adelante.

Estas representaciones externas entran en disputa con las que son construidas por los mismos sujetos jóvenes, como partícipes de una nueva realidad generacional. En algunos casos pueden influir en la profundización de las contradicciones de la vida juvenil, ya sea en base a datos reales o a construcciones

distorsionadas como la del suicidio. Es más, el poder que tienen los medios para crear representaciones incluso en los mismos sujetos representados es muy grande, según lo analiza Champagne:

Los dominados, cuando hablan a los dominadores, tienden a tomar un discurso prestado, el que los dominadores usan. Es particularmente cierto cuando ellos hablan para la televisión: los escuchamos repetir los discursos que ellos escucharon en la víspera en los noticieros televisivos o en los programas especiales sobre el mal de los suburbios, hablando a veces de ellos mismos en tercera persona («los jóvenes quieren un local para reunirse dijo, por ejemplo, uno de ellos en un reportaje») (Champagne 1997:69).

Esto termina profundizando las contradicciones que la persona joven subjetivamente adscribe a la vida juvenil y que terminan reflejándose en sus propias actitudes cotidianas.

— Juventudes objetivas y subjetivas

Están las representaciones forjadas en los mismos sujetos jóvenes en base a la experiencia cotidiana. Según los discursos analizados existiría una distinción entre lo que son «las juventudes objetivas» y lo que son «las juventudes subjetivas». La primera puede ser homologable a la masa joven, pero se encuentra dividida por factores objetivos como la clase social. No es lo mismo un/a joven de clase alta que uno/a de clase baja, sin embargo, ambos representan a una juventud que tiende a tener los mismos objetivos en la vida, la mayoría de las veces ligados al consumismo y las reglas de los mercados. Así también la violencia, sobre todo entre los varones, pero cada vez más entre las mujeres, se consolida en un vasto sector de la sociedad como el modo de resolver conflictos o simplemente llamar la atención entre jóvenes. Por otro lado están las juventudes subjetivas, aquellas no homologables a la masa, que pueden trascender las diferencias de clase —aunque también tienden a mantener vínculos de clase por las razones que explicaba Bourdieu en *La*

distinción— pero mantienen diferencias generadas en lo subjetivo, así como las que se dan entre feministas y los grupos de rock. Aquí, la diversidad es valorada como un aspecto positivo de la sociedad. La autenticidad pasa por encontrar el propio camino, dentro de lo que son las propias inclinaciones, mientras que para la juventud la autenticidad pasa por ser lo más parecido posible a la masa, dentro de lo que el mercado impone.

Las representaciones de grupos específicos de jóvenes consultados/as buscan marcar su presencia en el imaginario social, afirmándose como sujetos de una juventud particular y distinta. Esto se puede percibir bastante bien al analizar los discursos presentes en los grupos focales, ya que cuando se habla de «los jóvenes» (en general), se tiende a mencionar los valores generalizables a una juventud externa al propio grupo. Así, una frase como «los jóvenes son consumistas» se refiere a que, fuera del propio grupo, este valor es predominante y algunos pueden llegar a mencionar que «a nosotros también nos cuesta salir del consumismo», afirmando que «nosotros» no somos como el resto de los jóvenes. Evidentemente, en estos grupos también influyen los imaginarios de la juventud externa y de la sociedad en general. Así, por ejemplo, el dato sobre la mayor tasa de suicidio juvenil es mencionado como verídico por las jóvenes feministas.

En cierto sentido se puede afirmar que las juventudes objetivas son aquellas que aún se encuentran en las contradicciones que hacen a la propia personalidad, a la deriva en el mundo, buscando una isla de certidumbre a la cual aferrarse y las juventudes subjetivas, por su parte, son aquellas que, en mayor medida, han superado esas contradicciones internas y se disponen a disputar espacios en la sociedad, no buscando afirmarse individualmente, sino haciendo valer las demandas de los grupos en los que se insertan.

Hablar de juventudes, sin embargo, puede llevarnos a diluir teóricamente el «campo» de la juventud en otros «campos» más sólidamente contruidos. Esto no solamente se da en el ámbito teórico, sino también en el discurso de los/as jóvenes

consultados/as. Los/as jóvenes de la OLT, por ejemplo, mezclan en su discurso cuestiones propiamente juveniles con cuestiones rurales reivindicadas tradicionalmente por el mundo adulto. Es como si no existiera una distinción clara entre el momento en que se asume la postura de joven y el momento en que se asume la postura de campesino. Al final, tanto en el discurso como en las teorizaciones se tiende a diluir la «juventud rural» en el «campo» de lo netamente rural. Esto sucede en menor medida con el MOC, India Juliana y Las Ramonas. En el caso del MOC porque el mismo surge desde sus inicios como grupo juvenil, ya que se aferra a una demanda que afecta principalmente a los jóvenes en edad de cumplir el servicio militar. India Juliana, por su parte, tiene demandas culturales que, de por sí, suelen ser más características de la juventud tradicional desde que surge como actriz en la sociedad. Por último, el grupo que más asumida tiene la identidad juvenil parecería ser Las Ramonas, ya que buscan, explícitamente, diferenciarse de los movimientos feministas de personas adultas. En este sentido, ellas entran a disputar un espacio en el imaginario como jóvenes y feministas en igual medida.

— La construcción de la propia identidad

Una representación común de la juventud, tanto de la sociedad en general como de la juventud no organizada, es la de un período de búsqueda de la propia identidad. La búsqueda, o la construcción, pueden ser leídos como procesos netamente dialécticos mediante los cuales se modifica la realidad, es decir, la contradicción entre lo que es, lo que quiero que sea y lo que llega a ser. Por tanto, esta idea vuelve a caer dentro de lo que es la agudización de las contradicciones.

Las juventudes organizadas que participaron en los grupos focales, sin embargo, explícita o implícitamente, manifiestan una consolidada identidad que emana de las características propias de sus organizaciones. Las personas jóvenes de la OLT se

reconocen campesinos/as, las del MOC objetores de conciencia y promotores de nuevas relaciones sociales no violentas y las de India Juliana y Las Ramonas se reconocen jóvenes feministas. Una identidad compartida es la que cuestiona de manera profunda las actuales relaciones sociales de producción y consumo, es decir, el capitalismo neoliberal y la imposición del consumismo desenfrenado como paradigma ético de vida. Por todo esto, y es algo que se mencionó en los grupos focales, no resulta adecuada la representación social de la juventud como etapa de construcción de la propia identidad. Aunque en todo momento de la vida es posible un cambio de ciertos valores o normas que hacen a nuestra identidad —y la juventud puede ser un período especialmente fértil para esto por estar agudizadas en ellas las contradicciones—, quizá sea más apropiado hablar de distintos niveles en que se manifiestan, subjetiva y objetivamente, estas representaciones, según los actores que las ponen en el escenario.

La sociedad adulta, por lo general, tiende a «sobrecomprender» a los jóvenes, es decir, a tolerar ciertas cosas o no darle mucha importancia a lo que hacen o dicen, ya que en su imaginario se establece que las personas jóvenes están en una etapa de búsqueda de la propia identidad o, lo que es lo mismo decir, que no saben lo que quieren. Este es un estadio subjetivo de representación, ya que proviene de la sociedad adulta y no involucra a los sujetos jóvenes, aunque puede influir objetivamente en ellos. En este sentido, las juventudes objetivas pueden sentir que tienen derecho a equivocarse experimentando varios caminos porque están en un período de búsqueda de lo auténticamente propio. Las dos cualidades más mencionadas de la juventud —la violencia y el consumismo— pueden ser leídas, desde esta perspectiva, como vías por las cuales se busca afirmar la propia identidad, ya que esto no se realiza internamente, sino en relación con la sociedad, marcando los espacios propios dentro de ella. La violencia y el consumismo tienen la

característica común de ser ampliamente visibilizados,² aunque de maneras distintas, en la sociedad, y por ello pueden atraer especialmente a quienes se encuentran en una etapa contradictoria de autoafirmación. Las juventudes subjetivas (aquellas consultadas), sin embargo, manifiestan, como ya se decía, una identidad mucho más asumida y tienden a exigir al mundo adulto más espacios para la toma de decisiones sobre las cuestiones que les afectan particularmente o aquellas que afectan a la sociedad en general. A diferencia de las objetivas, al estar más aferrados a los valores identitarios, se dejan guiar menos por los canales que la sociedad hace visibles para la disputa de sus espacios. Es decir, no acuden a la violencia o a la autoafirmación simbólica del consumismo, sino que buscan otros medios para exigir los valores que defienden. Esto genera una fuerza creativa muy importante que se traduce en innovadores mecanismos de reivindicación y visibilización de las propias demandas.

— Medios de comunicación y mercados

Las representaciones sobre las contradicciones del mundo juvenil encontrarían su máxima expresión en los medios comerciales de comunicación. En éstos, cada día más, la noticia se confunde con la publicidad, y los productos culturales están fuertemente influenciados por los intereses económicos dominantes. Allí, por un lado, se utiliza el «ser joven» como un atractivo en la publicidad y en los programas. Hay que ser jóvenes para disfrutar la vida, para *estar en onda*, o *ser cool*. Imponen, en la moda, estilos de vida juveniles, pero, por otro lado, los medios refuerzan el estereotipo negativo sobre los/as jóvenes, con imágenes violentas, con los espacios que dan al tratamiento de los «vicios» de la juventud.

2 La inmensa mayoría de los contenidos que se ven en los medios de comunicación cotidianamente son violentos o instan a seguir ciertos patrones de consumo.

El aprovechamiento del mercado juvenil o la imposición de la moda en base a parámetros juveniles tienen que ver con el enorme poder de demanda que las empresas capitalistas han encontrado en este sector de la población. Este fenómeno es muy bien analizado por Naomi Klein, algunos de cuyos párrafos citamos a continuación:

John Roberts, el promotor de Woodstock, explicó que «los jóvenes de la actualidad están acostumbrados a la comercialización. Es probable que si un joven de hoy va a un concierto y no encuentra nada que comprar se enfada mucho». El mito de Woodstock como un estado soberano de la cultura juvenil formaba parte de un amplio proyecto de autodefinition generacional, concepto que hubiera resultado totalmente ajeno al público de Woodstock 94, para quien la identidad generacional era en gran medida un artículo envasado y cuya búsqueda de identidad siempre estuvo conformada por las modas de consumo, creyeran o no en ellas o se declararan en contra o a favor de ellas. Es éste un aspecto de la expansión de las marcas que resulta más difícil de seguir que la comercialización de la cultura y de los espacios ciudadanos. Esta pérdida de espacios se produce dentro de las personas, ya no es una colonización del espacio físico, sino del mental (Klein, 2003:95-97).

Resalta que, en el año 1994, a los 25 años de haberse realizado el primer concierto de Woodstock, considerado uno de los bastiones de la juventud crítica al consumismo, se observaba un cambio radical en la actitud de los/as jóvenes que asistían a dicho evento. En menos de una generación, las estrategias del mercado se han apropiado de todos los espacios, tanto físicos como mentales, y lo han hecho con la siguiente estrategia:

No era época para vender Tide y Snuggle a las amas de casa, sino de lanzar la MTV, Nike, Hilfiger, Microsoft, Netscape y Wired a los adolescentes de todo el mundo y a sus imitadores. Sus padres podían haber cuidado su dinero, pero los hijos estaban dispuestos a pagar para ser aceptados. Por medio de este proceso, la presión de los coetáneos se convertía en una poderosa fuerza del mercado que dejaba pálido el consumismo de los padres. Como dijo la minorista de la vestimenta Elise Decoteau sobre sus jóvenes clientes, «se mueven en manada. Si le vendes a uno, les venderás a todos los de su clase y a todo su colegio» (*Greater Baton Rouge Business Review*, 28 de junio de 1994:30). Impulsa-

das por la promesa de las marcas y por el mercado juvenil, las empresas atravesaron un período de energía creativa. Lo *cool*, lo alternativo, lo joven, lo novedoso o como se le quiera llamar constituía la identidad perfecta para las empresas basadas en productos que deseaban convertirse en marcas basadas en imágenes trascendentes (Klein, 2003:100).

Las fuerzas del mercado encuentran una ocasión de sacar provecho de la intensidad con que se viven las emociones —base principal de la condición humana con la que juega el marketing— en la etapa juvenil. El mercado busca apropiarse de esos nichos en los que la identidad puede encontrar refugio. Así, en Europa, por ejemplo, la moda de los jóvenes de izquierda puede estar tan mercantilizada, e incluso ser más costosa que la moda de la derecha. Pero la juventud encuentra cada vez mayor dificultad para encontrar patrones identitarios de los cuales asirse que no estén contaminados con las fuerzas del mercado. También las mujeres en los grupos focales cuestionaron que es mercantilizada «la figura de la mujer en los medios masivos de comunicación. Esto afecta en el imaginario colectivo de la creación de la imagen de mujer», ya que refuerza estereotipos.

Los medios, entonces, explotan el aspecto positivo de las emociones juveniles para vender, pero, al mismo tiempo, alertan sobre los aspectos negativos de la juventud, la estereotipan, y logran legitimar el estado de las cosas, o sea, la exclusión del/la joven de la toma de decisiones y de la participación en la sociedad. Es por ello que otra de las definiciones que se compartió en los grupos focales fue la de «joven mercancía». La misma está asociada a los valores del consumismo y los vínculos con la industria cultural. En todos los grupos se oyeron comentarios que, de manera explícita o implícita, condenaban la imposición del/la «joven mercancía».

Concluyendo, se puede afirmar que desde la perspectiva dialéctica, el desarrollo del «campo» de la juventud es de central importancia, ya que *donde se generan las contradicciones más profundas de la sociedad, se sitúan las mayores fuerzas potenciales para el cambio*. El desarrollo del campo de la juventud debe partir de las

luchas que las organizaciones libran por posicionarse en el espacio público y en el imaginario social y deben servir como marco, tanto para teorizar como para desarrollar políticas públicas de juventud. Para avanzar en este proceso, a continuación se mencionan las principales reivindicaciones de las organizaciones juveniles consideradas en este estudio.

III. DEMANDAS JUVENILES

Por tratarse de un análisis acerca de algunas juventudes consideradas, la mención de las demandas juveniles en Paraguay se reducirá a las que portan estos movimientos. Con respecto al carácter contradictorio de las mismas, cabe hablar en dos niveles.

TABLA 1: DEMANDAS PRESENTADAS EN LOS GRUPOS FOCALES

Jóvenes objetores del MOC	Jóvenes feministas	Jóvenes campesinos de la OLT
Trabajo digno y bien remunerado (salario mínimo).	Asegurar el acceso y la formación integral e igualitaria (formal e informal) no sexista.	Reforma Agraria y trabajo digno.
Acceso a la educación gratuita y de calidad.	Políticas de igualdad de condiciones con enfoque de género.	Cambio del sistema educativo y educación gratuita.
Sociedad más humana. Derecho a la privacidad. Libre expresión.	Derechos sexuales y salud reproductiva: área joven en los centros de salud.	Salud gratuita.
Reducción del presupuesto militar.	Fomentar las organizaciones de mujeres.	Recuperación de la cultura de la diversión.
Espacios de diversión, esparcimiento. Actividades de recreación, accesible.	Equidad y paridad entre mujeres y varones en espacio de participación.	Libertad, justicia y paz y seguridad para la vida joven.
Erradicación de la cultura de violencia.	Espacio de recreación, de esparcimiento diferente, deporte, arte, expresiones culturales.	Apoyo de la familia y la comunidad.

En primer lugar, hay que recordar que el ideal, el sueño, la utopía, así como las demandas, se construyen por medio de la contradicción. La contradicción entre lo real y lo posible, entre el ser y el deber ser. Y éstos serán más fuertes a medida que se hagan más intensas las contradicciones. Pero, al mismo tiempo, para que la energía creativa del/la joven sea aprovechada por la sociedad, es necesario que ésta tenga un cierto grado de apertura para aceptar nuevas formas de relacionamiento, y capitalizar las propuestas y las energías juveniles. Cuando los/as jóvenes critican la sociedad se refieren a que las estructuras sociales se han hecho inelásticas, opresoras, pesadas y no toleran o no generan espacios en los cuales el/la joven pueda desarrollar su potencial. En segundo lugar, como se puede ver en las tablas, muchas de las demandas juveniles tienen que ver con las contradicciones mencionadas anteriormente.

En base a las demandas presentadas por cada uno de los grupos, es posible elaborar una lista unificada, aunque la prioridad relativa de las demandas debería ser puesta en tela de juicio, dado el carácter relativamente arbitrario del ranking elaborado.

TABLA 2: RANKING DE DEMANDAS UNIFICADO

Ranking de demandas
Trabajo digno para hombres y mujeres.
Educación integral, gratuita, igualitaria, liberadora.
Salud gratuita, derechos sexuales.
Espacios y actividades de recreación y esparcimiento diferentes.
Erradicación de la cultura de la violencia y la discriminación, control del propio cuerpo.
Libertad e igualdad de participación y organización.

Lo primero que cabe resaltar es la coincidencia de muchas de las demandas juveniles con aquellas presentadas en el primer estudio «Juventud e integración sudamericana». Esto viene a dar gran validez a los resultados del mismo. En segundo lugar, es bueno describir brevemente cada una de las demandas, resaltando los aspectos contradictorios de las mismas.

1. Trabajo digno para hombres y mujeres

Tiene que ver con las contradicciones mencionadas acerca del trabajo. Los/as jóvenes exigen la superación de las mismas mediante la creación de oportunidades que permitan —tanto en la ciudad como en el campo, así como a varones y mujeres— acceder en mejores condiciones a un buen salario, al mismo tiempo que van ganando experiencia y consolidándose para independizarse de las familias. Fue cuestionado el término trabajo decente que se utilizó en la primera investigación y se propuso cambiar el término por «digno».

Esta demanda varía según las distintas juventudes. Aquellas del campo, por ejemplo, creen que es necesario que el Estado les brinde la posibilidad de seguir asentados en una tierra para trabajar como agricultores y les garantice las herramientas necesarias. Las jóvenes feministas se refieren a la no discriminación de género, por ejemplo en los salarios. Los/as del MOC, por su parte, critican más profundamente lo que son las relaciones de explotación en el mercado laboral que conocen.

2. Educación

Es importante resaltar que los grupos, según la identidad particular de cada uno, demandan algo específico del sistema educativo. Los/as jóvenes del MOC demandan trascender lo autoritario del sistema educativo, los/as de la OLT critican la tendencia a urbanizar todos los contenidos y exigen una modificación sustancial para la educación de jóvenes rurales; y las feministas, asegurando que el machismo reina en las instituciones educativas, exigen la superación del mismo.

Por otro lado, algunos elementos que unifican las demandas en cuanto a la educación, son la gratuidad del sistema educativo, su universalidad y la calidad de la educación impartida. Este último punto es el que en sí presenta mayores niveles de contradicción, ya que no se encuentra una definición clara de lo que es

una buena educación. Si bien se mencionó la superación de los patrones autoritarios, urbanistas y machistas, hace falta una definición más detallada de lo que sería la *educación integral* que en más de una ocasión fue mencionada. Es decir, es necesario trabajar en la construcción de esas nuevas instituciones educativas capaces de romper, cada vez más, con el círculo de la *reproducción*.

3. Salud gratuita y derechos sexuales

En el centro de las políticas públicas de juventud también tiene que estar la cuestión de la salud. Quienes dieron más detalle acerca de esto, por ser una de sus demandas principales, quizá, fueron las jóvenes feministas. En relación a las demandas de políticas de salud, indicaron que las mismas deben estar diferenciadas por grupos etarios, indicando que las necesidades de chicas de 13 ó 14 años están más vinculadas a la orientación, mientras que las de mayor edad tienen ya otras necesidades.

Para los/as jóvenes campesinos/as esta demanda está íntimamente relacionada al cuidado del ambiente y al control del modelo productivo de agricultura mecanizada que les asedia, destruyendo sus bosques, sus aguas, matando a sus animales, a sus cultivos y a sus propios hijos e hijas.

4. Espacios y actividades de recreación y esparcimiento

La recreación fue otra de las demandas planteadas en todos los grupos focales, ya que consideran que «los jóvenes quieren divertirse: salir, hacer cosas [...] y no hay actividades de recreación». Todo está centrado en el *shopping* o en lugares donde todo se compra, y esto genera cierto grado de frustración a quienes no pueden acceder. Insistieron que todas las actividades ofrecidas (conciertos, teatro y deporte) son pagadas, «como que la recreación está privatizada», concluyó uno de ellos.

No se dieron muchos detalles acerca de lo que específicamente implicaría la demanda de recreación, pero puede intuir-

se que se refiere a la revalorización de los lugares públicos, a su independencia con respecto al mercado, al acceso preferencial a los bienes culturales, a la desprivatización de los espacios deportivos y de esparcimiento en general. India Juliana, por ejemplo, es el grupo que más trabaja con la generación de actividades de recreación alternativas y luchan por obtener mayor apoyo de las autoridades y de la sociedad en general para seguir trabajando en ese campo.

5. Erradicación de la cultura de la violencia y la discriminación

La violencia, no sólo material, sino también simbólica debe ser superada en la sociedad. Es una demanda que surge en todos los grupos focales con jóvenes organizados. En cada uno de ellos se nota una demanda de superación de tipos particulares de violencia, entre los cuales destacan: violencia contra las mujeres, del Estado, contra los indígenas y los campesinos, violencia simbólica del sistema educativo y del mercado y los medios.

6. Libertad e igualdad y participación

Los/as jóvenes exigen a la sociedad y al Estado, libertad para participar en la toma de decisiones concernientes a sus comunidades y al país, y a los mismos jóvenes que sean más participativos, solidarios y que se organicen. En este sentido consideraron que: debe haber menos represión por parte de los adultos «y se debe romper con formas de relacionamiento con la familia y con la pareja, desde las prácticas cotidianas» y los jóvenes deben ser «más participativos, activos en lo que ocurre en el país», «comprometerse más», «ser más solidarios», y que «deberían tener menos represión en la familia y en la sociedad».

Hicieron referencia también a la libre expresión, la cual «está muy relacionada con una sociedad más humana y derecho a la privacidad, porque es la libre expresión de la personalidad

en todas sus variantes, no pasa solamente por lo que es la vida afectiva de la persona, sino por expresarse, desenvolverse y actuar sin esa cultura del patrullaje y el espionaje», incluyendo «que nadie te censure y que vos tampoco te autocensures».

7. Igualdad, una demanda subyacente a todas las demás

Una demanda latente en todos los grupos focales es la igualdad. Esto puede ser leído como la superación de las contradicciones de clase. Es más, las seis demandas exigidas por la juventud presentadas en el informe internacional son para algunos únicamente factibles si existe redistribución de las riquezas en la sociedad. Esta redistribución no afecta solamente a los jóvenes, aunque sí de manera especial. Es decir, el joven necesita que su familia tenga condiciones de vida dignas garantizadas para poder ejercer sus derechos, para no estar presionado con el «tener que» trabajar a los 15 ó 18 años para aportar económicamente. Pero el joven también necesita que se establezcan condiciones preferenciales para el acceso al transporte, a la educación y a la cultura, ya que no puede seguir siendo una carga para sus padres, y al mismo tiempo tiene que intentar su ingreso al mercado de trabajo, que seguramente será desfavorable por no tener experiencia ni profesionalismo.

8. La superación de las actuales relaciones de mercado

Un mundo más humano es incompatible con el mercado, son las conclusiones que se desprenden de muchos discursos durante los grupos focales. Los y las jóvenes sienten que están viviendo en un mundo bajo asedio. La publicidad, las marcas, el mercado están allí, a la pesca de los jóvenes, de sus ideales, de su potencial creativo. Los utilizan. Los cosifican, fundamentalmente a las mujeres, pero tampoco los varones escapan a esta lógica. Busca que todo gire en torno al consumo. El autoafirmarse pasa por ser lo más parecido posible a la masa. Esto crea

ansiedad, presión, desilusión, violencia. Los jóvenes son engañados con los espejitos de las marcas, de los productos de moda, de los avances tecnológicos. El mercado los explota, tanto como mano de obra y como consumidores.

La organización es un lugar en el cual se puede revalorizar lo humano, el compartir, el ser solidarios, a pesar de que existen distintos tipos de organizaciones. Sin embargo, la sociedad parece condenar a estas organizaciones y aceptar sólo aquellas que entran también en la lógica del mercado, de la competencia. En la familia se materializan las exigencias de la sociedad, de tener un título, de ingresar al mercado de trabajo, de sobresalir y ganar un buen sueldo, ya sea para colaborar o para establecerse. La familia no exige a las personas jóvenes que se organicen para luchar por los propios derechos, para un compartir en comunidad, es más, se desconfía de este tipo de organización, se tiene miedo y más bien exige que se compita, que se sobresalga por encima de los otros.

9. Migración y paternidad, pasajes al mundo adulto

A pesar que las contradicciones propias del ser joven no se superan con la entrada al mundo de la paternidad o la maternidad, los/as jóvenes urbanos/as han considerado esta condición como un rito de iniciación. *Oficialmente* las personas jóvenes pasarían a integrar el mundo adulto desde que son padres o madres. La familia les dará más libertades, no obstante puedan seguir viviendo en casa de los padres. Al mismo tiempo, se les exigirá establecerse económicamente para mantener a su propia familia. La división sexual del trabajo tradicional, en esta nueva familia, ya no será un imperativo, aunque permanecen fuertes los patrones culturales que exigen al hombre dar sustento económico, en tanto a la mujer se le exigirá ocuparse de la casa o bien realizar esto mismo además de conseguir sustento para el hogar.

Para las personas del campo, sin embargo, el rito de pasaje a la adultez parecería estar marcado por la migración rural-

urbana. En forma unánime, las y los entrevistados de la OLT indicaron que los 18 años suele ser la edad migratoria en la que convergen las expectativas propias y las de los padres para salir a buscar trabajo. «Cuando alcanzan los 18 años ya pasan a otra etapa, al tener 18 años, eso es una cultura que se tiene en el campo, los propios padres ya dicen: imi hija ya cumplió 18 años y va a viajar a Buenos Aires, mi hijo cumple los 18 años y se va a ir a Asunción o a Ciudad del Este, o tiene que ir al cuartel para ser hombre!, esos son elementos culturales que destruyen al joven».

En ambos casos, una condición que influirá en la asunción de las responsabilidades propias de la adultez será la clase social. Los/as jóvenes de familias acomodadas, al ser padres, madres o migrantes, podrán seguir siendo mantenidos por los propios padres, en muchos casos, continuar con sus estudios y con actividades propias de la vida juvenil, ya que la presión económica será menos fuerte; mientras que en los estratos inferiores de la pirámide socioeconómica, la presión por generar ingresos para mantener a la familia, o a sí mismo/a, anulará casi todas las posibilidades de «vivir una vida joven». Lo mismo vale decir el área de residencia, ya que los/as jóvenes rurales serán aquellos más presionados a enfrentar sin apoyo las propias necesidades, e incluso cooperar para la subsistencia de sus familias.

IV. CONCLUSIONES

La juventud, en buena parte, es producto de las contradicciones materiales que se dan en la sociedad, pero surge en el imaginario colectivo gracias a la acción subjetiva de grupos o segmentos que disputan un espacio en ese lugar. A partir de esta idea ahistórica y abstracta de juventud, las sociedades van adscribiendo el calificativo joven a ciertos sujetos sociales que no siempre son los mismos.

Lo expuesto plantea un nuevo debate acerca de la construcción social del «campo» de la juventud. ¿De qué manera se

va construyendo y haciendo cada vez más consistente la imagen de juventudes-contradicciones? Es la pregunta que cabría hacer al respecto. Esta construcción se da, sin duda, en una ida y vuelta entre los sujetos jóvenes y su entorno. Es decir, es la juventud la que puede sentir contradicciones y expresarlas al mundo exterior, para que éste refuerce esa idea y se la devuelva mucho más consolidada a la misma juventud que termina profundizando en su percepción de las contradicciones. El mundo está hecho de contradicciones y dentro de la situación juvenil puede haber elementos que objetivamente son más contradictorios que en otras etapas de la vida, pero también hay elementos que son subjetivamente contruidos como contradictorios en la relación dialéctica que se da entre la juventud y otros actores sociales.

Las contradicciones de la sociedad generan juventudes objetivamente distintas, según la clase, el área de residencia, el género u otras, pero estas juventudes por lo general tienden a ser homologables a la masa, a estar sujetos a los valores impuestos por el mercado, por los medios de comunicación. Las juventudes subjetivamente distintas, por su parte, a pesar que mantienen patrones de clase, pueden superar esas diferencias objetivas y plantearse metas en el plano político y de las representaciones, visibilizando sus valores y/o demandas, ya bastante consolidados en la propia identidad.

Volviendo sobre las principales demandas arrojadas por la primera parte del estudio «Juventudes sudamericanas en Paraguay» y los conceptos discutidos, se pueden identificar en las percepciones juveniles dos espectros de demandas. Por un lado, *las demandas duras* que refieren a los derechos sociales y económicos: trabajo decente, acceso a la educación pública y formación de calidad, reforma agraria, reducción del presupuesto militar, servicios de salud gratuitos, políticas de igualdad de género. Éstas serían aquellas que se basan fundamentalmente en las contradicciones objetivas, así que pertenecerían no sólo a los movimientos consultados, sino también a las juventudes objetivas. Por el otro,

las voces juveniles expresan *demandas que se vinculan a la condición juvenil*, con la identidad campesina o con el ser femenino, ámbitos de desarrollo juvenil, fin de la violencia hacia las personas jóvenes, valorización de los bienes naturales y del trabajo de los agricultores y, con mucha fuerza, espacios de libre expresión y participación. Son las demandas que, en su mayoría, tienen que ver con las contradicciones subjetivas y, por ello, sí son más propias de las juventudes consultadas.

Ante tan alto nivel de contradicciones, la juventud paraguaya se mantiene en pie, tiene fuerzas para soñar, para exigir un cambio profundo y exhibe líneas de ruptura con el orden de contradicciones existentes. Esto confirma la idea que en donde se generan las mayores contradicciones, se ubican las fuerzas potenciales más grandes para el cambio de una sociedad.

ASUNCIÓN (PARAGUAY), OCTUBRE DE 2008

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOURDIEU, PIERRE (2006): *La distinción. Criterio y bases sociales del gusto*. Madrid: Taurus.
- CAPUTO, LUIS (2007): «Las demandas en situación, del movimiento campesino y estudiantil en Paraguay. Informe nacional. Proyecto de investigación juventud e integración sudamericana: caracterización de situación tipo y organizaciones juveniles». Asunción: BASE IS, IBASE, PÓLIS e IDRC.
- CHAMPAGNE, PATRICK (1997): «A visao mediática». En PIERRE BOURDIEU (coordinador): *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes.
- DGEEC (2007): «Encuesta permanente de hogares 2007». Asunción: Dirección General de Estadísticas, Encuestas y Censos.
- HEIKEL, MARÍA VICTORIA (2004): «Revisión de la información sobre la inserción laboral de jóvenes y las experiencias con

- políticas, programas y proyectos para su fomento». *Revista Paraguaya de Sociología*, Año 41, N°119-120-121. Asunción: CPES.
- KLEIN, NAOMI (2003): *No logo, el poder de las marcas*. Barcelona: Paidós.
- KRETSCHMER, REGINA (2007): «Informe de situación tipo I. Movimiento de jóvenes campesinos en Paraguay. Las demandas de acceso a la tierra, educación, trabajo y recreación del Consejo Juvenil Regional de la Asociación de Agricultores del Alto Paraná (ASAGRAPA). Proyecto de investigación juventud e integración sudamericana: caracterización de situación tipo y organizaciones juveniles». Asunción: BASE IS, IBASE, PÓLIS e IDRC.
- KRUG, E. et al., (2003) (editores): *Informe mundial sobre la violencia y la salud*. Washington: OPS.
- LABEL FRANCE (2003): «Editorial». Julio/septiembre. París. Dirección de la comunicación y la información, Ministerio de Asuntos Exteriores de Francia.
- NOVAES, REGINA y CHRISTINA VITAL (2006): «Today's youth: (re)inventions in social participation». En ANDRÉS THOMPSON (organizador): *Partnering with youth to build the future*. São Paulo: Peiropolis.
- PALAU M. y G. ORTEGA (2008): *Movimientos sociales ante el nuevo gobierno: apostando al cambio sin bajar las banderas*. Asunción: BASE Investigaciones Sociales.
- PNUD (2008): *Informe nacional sobre desarrollo humano*. Asunción: PNUD.
- SEGOVIA, DIEGO (2007): «Informe de situación tipo II. Movimiento de estudiantes secundarios en Paraguay. La demanda del boleto estudiantil expresada por la Federación Nacional de Estudiantes Secundarios (FENAES). Proyecto de investigación juventud e integración sudamericana: caracterización de situación tipo y organizaciones juveniles». Asunción: BASE IS, IBASE, PÓLIS e IDRC.

Ser Joven en Sudamérica.
Diálogos para la construcción
de la democracia regional



JUVENTUDES: UN CONCEPTO, VARIOS MUNDOS

Lilián Celiberti
Verónica Filardo
Mariana Castaings
Maximiliano Duarte
Mariana Fossatti
Cecilia Tomassini

JUVENTUDES: UN CONCEPTO, VARIOS MUNDOS

1. INTRODUCCIÓN

«JUVENTUDES E INTEGRACIÓN SUDAMERICANA: DIÁLOGOS para construir la democracia regional» es el nombre del proyecto del que deriva este trabajo. Es desarrollado simultáneamente en 6 países sudamericanos, y coordinado por IBASE de Brasil. En Uruguay, la investigación ha sido desarrollada por Cotidiano Mujer y Grupo de Estudios Urbanos y Generacionales (GEUG) de la Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de la República.

El objetivo planteado es discutir sobre el eje de la heterogeneidad de la condición juvenil que se deriva del análisis de los discursos de los grupos focales realizados en Uruguay.

Cuatro son los grupos de jóvenes con quienes se trabajó en Uruguay: cooperativistas agrarios, jóvenes sindicalistas, jóvenes feministas y jóvenes de murga joven. Estos cuatro «casos» representan variantes discursivas y situaciones diversas de los jóvenes del país, dado que cada uno de ellos se inscribe dentro de diferentes ámbitos y se organiza en torno a diferentes temáticas y reivindicaciones.

Los cooperativistas agrarios (JCA) forman parte del sector cooperativo, un ámbito particular dentro de las organizaciones agropecuarias. Pertenecen a familias de pequeños y medianos productores radicados en el medio rural. Dentro de la investigación, su discurso expresa las diferencias y matices entre lo urbano y lo rural, de especial importancia en Uruguay.

Los jóvenes sindicalistas (JS) se insertan dentro de la Central de Trabajadores del Uruguay, una de las organizaciones sociales con más peso en el país. En el marco de la investigación, su discurso adquiere relevancia al inscribirse dentro de una de las formas tradicionales de participación social.

Las jóvenes feministas (JF) no se encuentran nucleadas en una organización en particular. Por el contrario, muchas de ellas participan en una amplia gama de organizaciones con reivindicaciones asociadas a la problemática de las desigualdades de género, mientras que otras se vinculan desde su posición en tanto individuales con la heterogeneidad de reivindicaciones feministas que existen en el país. El discurso de este grupo explicita su lucha por romper con los estereotipos negativos asociados al género y la juventud.

Los jóvenes de murga joven (JMJ) desarrollan sus acciones dentro de un ámbito artístico-cultural en el que reformulan un género popular tradicional asociado a la festividad del carnaval. La murga joven surge hace 10 años en la capital del país, como política cultural municipal, conformándose luego en un fenómeno masivo que se expande más allá de los objetivos previstos originalmente. Su discurso representa una de las demandas de los jóvenes, a saber, espacios de producción y circulación cultural.

A lo largo de sus discursos dentro de los grupos —tal y como lo esperábamos— se reconocen situaciones diferenciales en cuanto a lo geográfico, lo social, lo cultural y lo político, que claramente se traducen en el tipo de demandas que esgrimen, en el lenguaje que utilizan y en los derechos sobre los que focalizan sus discursos.

Los cuatro casos de juventudes que fueron seleccionados tienen sin lugar a dudas características, intereses, demandas y lógicas diversas, pero lo que inevitablemente comparten es el momento histórico y el contexto social en el que viven. Una de las variables que determina la forma de ser joven es la generación, entendida como «una estructura transversal, la de la experiencia histórica, la de la memoria acumulada» (Margulis,

1996:26). Es una hermandad frente a los estímulos de una época, remite al momento histórico en el que se ha sido y se es socializado. En este marco es necesario diferenciar la edad como ciclo vital, entendido como «grados de edad por los cuales han de pasar los miembros individuales de una cultura», de la edad como generación, la cual remite a grupos de «individuos según las relaciones que mantienen con sus ascendientes y sus descendientes y según la conciencia que tienen de pertenecer a una cohorte generacional» (Feixa, 1996:6). Este aspecto es significativo en la medida en que una generación no sólo implica la toma de conciencia histórica, sino que además es una toma de conciencia de ese cambio estructural que adopta un carácter diferencial entre distintos grupos e individuos (Filardo et al., 2007:40).

Ante la pregunta sobre qué es ser joven hoy surge la necesidad de problematizar el contexto histórico general en el que los jóvenes se definen y se piensan a sí mismos. Las condiciones de vida y las características específicas de los distintos grupos se enmarcan en un mundo caracterizado por el proceso de globalización, una «tendencia histórica a la interrelación entre actores sociales geográficamente distantes y anteriormente no vinculados» (Mato, 2001:131). Los jóvenes construyen sus prácticas sociales en el marco de estas interrelaciones múltiples y en ellas se forman, transforman, colaboran, entran en conflicto... La comunidad se desintegra y se produce una ruptura de las relaciones primarias; los espacios culturales locales sufren los embates de la globalidad, desestabilizándose antiguas formas instauradas de identidad y cultura, siendo reemplazadas por espacios culturales nuevos y distintos; espacios que tienen la característica de ser globales.

Como consecuencia de esta creciente interrelación de actores y procesos culturales, las identidades se constituyen a partir de la *hibridación* de múltiples pertenencias (García Canclini, 1990). Estas identidades múltiples conviven, entran en conflicto, son móviles, su importancia varía de acuerdo al contexto

particular en el que el sujeto interactúa en un momento dado. Por lo tanto, estos jóvenes encuentran dificultades para definir una identidad general como tales, ya que ésta se encuentra su-peditada a los marcos espaciales y temporales específicos en los que se desarrolla cada una de sus acciones. Sus discursos expresan el dilema de la convivencia e hibridación de diversas identidades, una de las cuales, es la de ser jóvenes, inseparable, a su vez, de otras identidades y condiciones sociales. Siguiendo a Bonder (1998) la identidad singular y coherente es un artificio ilusorio, por el contrario lo fundamental sería el reemplazo de la pregunta «quién soy» por la de «desde dónde hablo», es decir, desde qué posición de sujeto hablo y actúo en determinado contexto, lo que implica haber aceptado la multiplicidad de posiciones en, y desde las cuales los sujetos se conforman, y por ende sus posibles tensiones y contradicciones.

Desde este enfoque, el artículo se centra en problematizar las clásicas definiciones del término juventud a partir de los discursos de los cuatro grupos focales, mostrando cómo los jóvenes se apropian, rechazan y reelaboran estas definiciones en la búsqueda de conceptualizaciones más flexibles y dinámicas, de acuerdo a sus vivencias y contextos sociales particulares y múltiples.

2. CATEGORÍAS QUE SE LE ASIGNAN A LA JUVENTUD

Las diferentes conceptualizaciones y discursos sobre juventud nos obligan a comenzar a reseñar brevemente los usos y contextos de los cuales éstas emergen, para tener una comprensión más cabal sobre el objeto. Este aspecto se torna central en la medida en que estas distintas formas de entender y comprender se expanden más allá de los contextos y particularidades que le dieron su origen, introyectándose en los discursos cotidianos e influenciando por ende a las juventudes y sus identidades. De forma general estos discursos ponderan dimensiones particulares asignadas a la juventud, como ser la pertenencia a una franja etaria (categoría sociodemográfica), la especificación

de determinadas actitudes ante la vida, o la etapa de tránsito a la vida adulta, como forma de reproducción del orden social.

Estas distintas conceptualizaciones son producto de contextos históricos específicos. Según Reguillo (2000), «la juventud como hoy la conocemos es propiamente una ‘invención’ de la posguerra, en el sentido del surgimiento de un nuevo orden internacional que conformaba una geografía política en la que los vencedores accedían a inéditos estándares de vida e imponían sus estilos y valores. La sociedad reivindicó la existencia de los niños y jóvenes como sujetos de derecho y, especialmente, en el caso de los jóvenes, como sujetos de consumo» (en Dávila, 2004:90). Sin embargo, dichas conceptualizaciones son usadas para definir a la juventud fuera de la referencia histórica y contextual que le dio lugar. Es decir, que su uso se generaliza para hablar de «la juventud» a través de la atribución de supuestas características objetivas que los sujetos jóvenes representan en oposición a un mundo adulto. Estas mismas reflexiones son traídas por los jóvenes que fueron parte de los grupos focales, problematizando las generalizaciones que reducen la diversidad de experiencias y estilos de vida que se esconden bajo el término juventud.

Uno de los primeros discursos cuestionados por los jóvenes de los grupos es el que hace una equivalencia entre juventud y determinado tramo de edad. Según esta equivalencia, «el término juventud se refiere a una franja de edad, un período de vida, en el que se completa el desarrollo físico del individuo y ocurren una serie de transformaciones psicológicas y sociales, cuando éste abandona la infancia para procesar su entrada en el mundo adulto» (Dávila, 2004:92). Los jóvenes de los distintos grupos, al ser interrogados sobre qué es ser joven, traen al debate esta conceptualización, pero la encuentran insuficiente y reduccionista:

Podemos pensar sí en una edad, podemos pensar en qué características puede identificar a esta gente que se encuentra en una franja etaria, pero también podemos pensar en que se pueden diferenciar por muchísimas cosas. Lo que podés llamar juventud, que puede estar, por decir-

te de 15 a 30 años [...] No sé bien si estoy tan de acuerdo con esos criterios [...] no sólo implica tener una edad (Jóvenes Feministas).

De esta referencia se desprende la dificultad de establecer un criterio de edad universal para definir qué es ser joven. La asignación etaria es utilizada como categoría demográfica que vincula al joven con determinadas instituciones, pero no es necesariamente una definición con la que los jóvenes se identifiquen. «En esta versión, se tiende a confundir lo netamente demográfico, un grupo de cierta edad en una sociedad, con un fenómeno sociocultural que es lo juvenil como un momento de la vida o como actitud de vida, etc.» (Duarte, 2000:60).

Alejándose de esta simplificación, los jóvenes murguistas, por ejemplo, definen a la juventud como una etapa híbrida, intersección de varias influencias y circunstancias. En este sentido sostienen que no pueden hablar de todos los jóvenes porque hay realidades que no conocen y que, por lo tanto, el significado de ser joven es diferente:

Depende del estrato social, depende del nivel cultural, depende, yo que sé, del nivel académico, entonces depende de la escala, es que es ser joven hoy acá, yo te puedo decir que es ser joven desde mi lugar [...] Claro, desde el lugar que tiene cada uno (Jóvenes de Murga Joven).

Otro aspecto de las tradicionales definiciones de juventud es el que la define como la generación futura que será la encargada de reproducir la estructura social, «aquellos y aquellas que más adelante asumirán los roles adultos que la sociedad necesita para continuar su reproducción sin fin. Esta versión tiende a instalar preferentemente los aspectos normativos esperados de las y los jóvenes en tanto individuos en preparación para el futuro» (Duarte, 2000:62). Los jóvenes de los grupos focales asumen esta idea y la discuten desde una situación vivida como ambivalente, en el sentido que implica la exigencia de una responsabilidad y un rol protagónico que luego les es negado. Por un lado se les exige un comportamiento responsable en la

construcción del futuro, al tiempo que se les clasifica como «idealistas», «impulsivos» y, en general, menos aptos para llevar a la realidad sus propuestas. Por un lado, se espera que los jóvenes sean el recambio generacional de los mayores en los distintos espacios de poder, pero, por otra parte, se obstaculiza su acceso a dichos espacios:

La coincidencia que existe ente los partidos y los trabajadores viejos o mayores que nosotros es «pibe te falta mucho, no viviste una dictadura, te falta llegar a lo que yo llegué, yo milité 30 años y vos recién arrancás, ¿qué podés pretender?». Y me parece que eso no sólo es subestimar, sino también discriminar [...] porque no es culpa del joven no haber nacido 40 años antes. Lo que no se toma en cuenta muchas veces es la capacidad que tenemos como jóvenes para organizarnos o para hacer algo independientemente de la diversión y a la hora de querer o pretender ocupar un lugar de decisión, o por lo menos de opinión, que no caiga en saco roto y que sea relevante. Me parece que como jóvenes tenemos que tratar de transmitir que, loco, si no me das el espacio o la oportunidad de generar una experiencia, cuándo la voy a tener (Jóvenes Sindicalistas).

Es un tema de cambio generacional que acá en Uruguay el tema cultural, supongo, que es complicadísimo. Pasa en los predios mismos, para que el joven llegue a manejar de repente el predio, o que el padre lo deje al mando de todo, es bravísimo (Jóvenes Cooperativistas Agrarios).

Estas problemáticas pueden situarse dentro de las dinámicas sociales de dominación y de reproducción social. Bourdieu (1990) remite la juventud a las relaciones de poder entre las generaciones, es decir, los jóvenes son los que luchan por el poder frente a los viejos, luchan por la apropiación desigual de los recursos. Las denominaciones de «viejo» y «joven» son etiquetas que se utilizan para luchar y definir las posibilidades diferenciales de acceso a los recursos y a las posiciones de poder. La representación ideológica de la división entre jóvenes y viejos otorga a los jóvenes ciertas cosas a cambio que dejen de hacer muchas otras a los más viejos.

En los discursos de los cuatro grupos está presente la incomodidad con este doble vínculo frente al mundo adulto que no los acepta como actores sociales plenos, limitando con esto sus posibilidades de comenzar a ejercer el rol de recambio generacional que se les exige.

En este sentido, desde el mundo adulto se le atribuyen a la juventud una serie de actitudes y características que son utilizadas para restringir y acotar su espacios de acción. Los jóvenes participantes de los grupos focales retoman estos argumentos y los incorporan como mecanismo de identificación y diferenciación con respecto a otros jóvenes. Es decir, los jóvenes proyectan y reflejan el discurso social que sobre ellos recae.

Estas asignaciones las podemos clasificar al menos en tres aspectos: hedonismo, privatización y narcisismo (Revilla Castro, 2001). El primero de ellos refiere a la valoración del placer como criterio moral. Este aspecto viene de la mano con un énfasis en lo irracional y espontáneo, que prioriza la realización personal a través del consumo.

En este sentido, el hedonismo es utilizado en algunos grupos como un elemento de identificación, mientras que en otros es esgrimido como una característica para diferenciarse de un otro estereotipado. En relación a esto observamos que en el grupo focal de los murguistas, el hedonismo se manifiesta en la sobrevaloración del tiempo libre y el ocio, los cuales se presentan como elementos claves a la hora de definir su juventud. Este aspecto es claramente reflejado en la importancia que se le otorga a las vacaciones en relación al tiempo del trabajo:

Lo que pasa que si agarrás un laburo por \$20.000 y estás ganando \$10.000 y el laburo por \$20.000 te saca los 15 días en Valizas, yo como joven [...] Ja ja Eso es ser joven en este país: ¡15 días en Valizas! Ja ja. Eso es una definición de qué es ser joven en Uruguay (Jóvenes de Murga Joven).

En contraposición a esto los jóvenes cooperativistas agrarios y sindicalistas observan en esta condición uno de los aspectos

negativos de la juventud, pero, con la salvedad, que esta característica es depositada sobre el resto de los jóvenes que no forman parte de su grupo de referencia.

Podrían estar haciendo otras actividades, que se formen más como personas, que vivan más la vida, que no traten de ser más grandes, que no traten ser tan consumidores, porque hay muchos *gurises* que buscan más consumir que hacer conciencia de clase, incluso conciencia de vida [...] me parece que es por el consumismo que los jóvenes quieren trabajar (Jóvenes Sindicalistas).

Quizá porque son otros temas de conversación. Por ejemplo, en el centro de Montevideo se encuentran dos del campo y hablan si llovió o no llovió y los del pueblo tal vez no hablen tanto de si llovió o no llovió; hablan de si salió un MP3 nuevo o un celular... No es envidia ni nada, es el tema, la forma de ser nomás (JCA).

Las nociones de privatización y narcisismo se refieren al detrimento del espacio público como esfera por excelencia de resolución de las problemáticas. De esta forma se les atribuye a las juventudes actuales una búsqueda de sentido a través de lo personal y lo microsocioal antes que un compromiso colectivo al nivel de la sociedad toda. Este fenómeno podría tener su explicación en el ocaso de los «metarrelatos», especialmente de las ideologías que tienen por objeto un «Gran Cambio Social» características de las generaciones precedentes (Hopenhayn, 2004). En este marco la política es resignificada y en consecuencia las formas de concebir y de actuar en la esfera pública. Los motivos y los espacios en que los jóvenes se relacionan con lo público y lo político han sufrido grandes transformaciones, «la participación de los jóvenes tiende a darse más en ámbitos locales y fuera de los partidos políticos. Asume formas de pequeña escala, de menor horizonte temporal y de alcance más modesto en las pretensiones de cambio» (Hopenhayn, 2004:11).

Como correlato de la privatización, el narcisismo tiene que ver con una exaltación de la realización personal y la apatía frente a los compromisos con las grandes cuestiones políticas y

sociales. Sin embargo, dicha desidia no conlleva ni más angustia ni pesimismo, por el contrario, «la esfera privada parece salir victoriosa de ese maremoto apático; cuidar la salud, preservar la situación material, desprenderse de los ‘complejos’, esperar las vacaciones, vivir sin ideal, sin objetivo trascendente resulta posible» (Lipovetsky, 1986:51).

Los jóvenes sindicalistas son el único grupo que rechaza esta idea, afirmando su búsqueda de un sentido colectivo y diferenciándose de los jóvenes «no organizados», sin conciencia de clase.

Pero que quede bien claro, la demanda que tenemos los sindicalistas radica en la enseñanza que tenemos los sindicalistas por el ambiente en que nos movemos, es siempre en reclamo o reivindicación, pero no tiene nada que ver con el joven en general, el joven por ahí debe tener muchas reivindicaciones, pero por ahí, capaz que no saben ni decir las [...] entonces nosotros que estamos en la minoría, que somos los jóvenes organizados, porque estamos adentro de un sindicato o de cualquier otra organización, somos los menos, sí tenemos demandas, pero la mayoría creo que no (Jóvenes Sindicalistas).

Las jóvenes feministas, por su parte, tienden a asociar este concepto de privatización con las jóvenes cuyos proyectos de vida pasan por la reproducción del estereotipo adulto de realización personal (trabajo, matrimonio, maternidad), de las cuales se alejan críticamente, dado su compromiso con la militancia feminista. En cambio, los jóvenes cooperativistas agrarios aceptan abiertamente que la única posibilidad de realización pasa por opciones individuales, que en su caso implican la educación para acceder al empleo remunerado fuera del predio agropecuario, o la migración hacia las ciudades, en vista de las escasas posibilidades de iniciarse como productores independientes. Finalmente, los murguistas manifiestan un abierto descreimiento en las formas clásicas de la política, promoviendo la autogestión de los espacios culturales en los que participan. Esta búsqueda de la autogestión puede entenderse como una necesidad de suprimir las relaciones burocráticas de poder y promover la descentralización y diseminación del mismo (Lipovetsky, 1986). En este discurso, no hay

un rechazo de lo público ni un repliegue en lo privado, sino la búsqueda de una reformulación que les resulte más satisfactoria y acorde a sus características y necesidades.

En definitiva, estos discursos representan miradas que desde el mundo adulto se esgrimen para categorizar al joven, y asignarle características desde una visión del mundo que termina por reducir la complejidad de las realidades que los jóvenes experimentan en la actualidad. Ante ello, los participantes de los grupos focales argumentan no sentirse representados, o representantes de «la juventud» pensada en términos esencialistas que olvidan las diferentes posibilidades de vivir o experimentar las juventudes. Así, las jóvenes feministas sostienen que no se debe conceptualizar la juventud como una esencia.

Tampoco está bueno como esencializar [...] los jóvenes son esto, es un estado de ánimo, es estar revoltoso, son revoluciones. Porque no necesariamente, no es la edad, pero tampoco me parece que es como un estado de ánimo, porque es como esencializar, que para ser joven tenés que ir en contra de las normas. Y no necesariamente (Jóvenes Feministas).

3. DE LA ESENCIALIDAD A LA HETEROGENEIDAD JUVENIL

El enfoque que hemos sostenido en este artículo se aparta de la idea de juventud como una categoría natural asociada a una determinada edad o etapa vital de la que se pueden extraer rasgos esenciales. La complejidad de las experiencias y realidades expresadas por los jóvenes en los grupos focales nos demuestra la pertinencia de hablar de «juventudes» y no de juventud. Esto se visualiza en la dificultad que cada grupo focal ha tenido para explicar qué es ser joven en los días de hoy, muchas veces rechazando abiertamente la pregunta y afirmando que sólo podrán hablar desde su «lugar» como feministas, sindicalistas, cooperativistas agrarios o jóvenes murguistas.

Los mismos jóvenes son quienes se reconocen entre sí por su identificación en torno a situaciones, causas u objetivos, creencias o cualquier otro motivo o sentimiento; se adscriben a

comunidades imaginadas y definen lo que es propio de ellos. Observar este desarrollo de las *identidades juveniles* nos permite identificar algunas características que definen lo juvenil, ya que éste es un concepto relacional, que sólo adquiere sentido dentro de un contexto social más amplio, a través de su relación con lo no juvenil (categorías como género, etnia, clase, etc.). Como afirman las jóvenes feministas:

Tiene que ver mucho con el tema de la identidad, o sea, son mis valores en contraposición de otros (Jóvenes Feministas).

Los discursos de los jóvenes en los distintos grupos focales muestran el esfuerzo de los interlocutores por distanciar su identidad de un estereotipo general de juventud asociado a la irresponsabilidad, la despreocupación, el consumismo, el bajo nivel de compromiso social y las definiciones que desde afuera les ofrece el mundo adulto y las redes de instituciones dominadas por éste, lo que las jóvenes feministas denominan un modelo adultocéntrico:

Y el ser jóvenes también, esto de que en las sociedades hay modelos con respecto a ser joven, son modelos adultocéntricos, está el joven como problema o el joven modelo [...] una vez en la red habíamos discutido esto y lo que habíamos llegado, es a que es como muy difícil hacer una definición, y que lo que sí capaz puede identificar a estos jóvenes afrodescendientes, jóvenes rurales o adolescentes en distintos grupos, es la relación con los adultos. Esto que vos decías de la generación, la falta de un espacio, lo que se espera de determinadas cosas (Jóvenes Feministas).

Las jóvenes feministas refuerzan la dificultad de conceptualizar a la juventud dentro de un modelo único. Esta problemática la adscriben a un aspecto que comparten las distintas juventudes: la socialización en un mundo adulto. La convivencia generacional en tanto la relación con un mundo que definen como «adultocéntrico» surge en el discurso limitando los espacios de los jóvenes y haciendo que la configuración de las identidades juveniles para las participantes se plantee como un cuestionamiento a los modelos de juventud propuestos.

Partiendo de Bourdieu, podemos concluir que «la edad es un dato biológico socialmente manipulado y manipulable; muestra que el hecho de hablar de jóvenes como de una unidad social, de un grupo constituido, que posee intereses comunes, y de referir estos intereses a una edad definida biológicamente, constituye en sí una manipulación evidente» (Bourdieu, 1990:163-173).

De esta manera en el desarrollo de los distintos discursos que surgen de los grupos focales se construye la idea de la imposibilidad de referirse a la juventud de forma única y homogénea, sino que es necesario hablar de juventudes que se constituyen en función de diversos enclaves. Así los definidos, objetivamente, jóvenes participantes de los grupos focales se identifican como tales en la medida que se restringen y particularizan los marcos de referencia. En este sentido, es necesario tener en cuenta los entramados de significados propios, el capital simbólico que poseen estas distintas juventudes para no recaer en el error de homogeneizar la heterogeneidad social.

Sin embargo, en ocasiones los jóvenes utilizan estereotipos para caracterizar a la «otra juventud» (por ejemplo, la urbana, para las jóvenes rurales, o la «no organizada», para los sindicalistas) de la que se diferencian a partir del colectivo específico al que pertenecen. Así, los jóvenes sindicalistas se identifican con la juventud exclusivamente en relación a las problemáticas que le atribuyen, sin embargo, cuando se hace referencia a las características de la juventud como categoría se adopta una mirada externa, distante y ajena. En otras palabras, estos individuos, que pueden ser definidos objetivamente como jóvenes, no se identifican con las características generales que ellos mismos adscriben a la juventud. De esta forma se caracteriza a la juventud como: consumista, impulsiva, individualista, con escaso compromiso, comunicación e integración, partiendo de «imágenes culturales», que al decir de Feixa, como «sistemas de representaciones, estereotipos y valores que legitiman y modelan el capital cultural de cada generación» (1996:15). Al utilizar estereotipos para referirse

a la «otra juventud» de la que se quieren diferenciar, a veces los jóvenes reproducen los estereotipos que ellos mismos critican.

4. CONSIDERACIONES FINALES

Teniendo en cuenta que cada uno de estos «grupos de jóvenes»: murguistas, feministas, sindicalistas y cooperativistas agrarios, detenta diferentes estilos de vida y construye sus identidades de forma particular, podremos concluir que sus visiones de juventud, como las demandas, ventajas y desventajas que encuentran en el ser joven, van a estar teñidas de esas prácticas y del lugar que ocupan en el espacio social.

Debido a ello es comprensible que ninguno de los grupos focales se considere como representativo de la juventud en general. Por el contrario, resaltan los distintos enclaves que en sus intersecciones, flexibles y en permanente diálogo, construyen sus identidades como un aspecto diferencial en el que inciden factores estructurales como la clase, el género o el territorio. Se plantean diferentes situaciones de desigualdad a la que están sujetos los jóvenes.

Así los jóvenes murguistas sostienen que las principales diferencias y desigualdades entre los jóvenes se encuentran centradas en torno a nivel socioeconómico y cultural de las distintas juventudes, y en las posibilidades de acceder a distintos bienes que tienen las juventudes de Montevideo a diferencia de las del interior, al mismo tiempo que las posibilidades que tienen otras juventudes del mundo en contraposición a las posibilidades de las juventudes uruguayas.

Los jóvenes sindicalistas resaltan como diferencias y desigualdades la condición socioeconómica de las distintas juventudes, y a su vez, su influencia en la inserción del mercado laboral y sus implicancias. Las diferencias entre lo que significa el mercado laboral para las juventudes del interior del país y para las juventudes de la capital. Las desigualdades que conlleva trabajar en el ámbito público y en el ámbito privado, con las res-

pectivas repercusiones, entre las que se destacan, la seguridad laboral, los salarios, y en consonancia, la posibilidad de proyectarse, entre otras. Y por último resaltan las desigualdades de género, pero en estricta referencia a la militancia sindical.

Los jóvenes cooperativistas agrarios exponen la diferencia entre juventudes rurales y juventudes urbanas, adscribiéndole a esta diferencia aspectos relacionados a la movilidad y el transporte público, así como las posibilidades de acceder a bienes y servicios que consideran medulares en el desarrollo y la incorporación de conocimiento a la producción.

Las jóvenes feministas resaltan las dificultades de acceso a espacios de decisión, el peso negativo de las identidades estereotipadas, las desigualdades laborales y la violencia de género.

Más allá de las diferencias reseñadas entre los jóvenes, el análisis de sus discursos permite visualizar una problemática común, a saber, los conflictos con el mundo adulto, particularmente en relación a los roles y espacios asignados en cada uno de sus ámbitos de referencia. Esto genera una contradicción en los estímulos que reciben los distintos jóvenes participantes de los grupos focales, ya que, por un lado, se depositan en ellos ciertas expectativas, mientras que, por otro, se les restringe el acceso a los espacios de decisión, relegando y acotando íntegramente su participación.

Lo que pasa cuando llegas a un sindicato las puertas no están del todo abiertas para los jóvenes, no se trata de integrar, de formar, de transmitir experiencias.

Creo más bien que tiene que ser el joven el que va a pelear su espacio [...] te usan más para la propaganda, el mandado. Lo que los viejos no pueden hacer. Pintar carteles. Claro, y no te dan lugar para los espacios de decisión, es una tarea que como jóvenes tenemos que exigir y conquistar porque no te lo van a regalar, está visto eso (Jóvenes Sindicalistas).

Por último, la caracterización de la juventud que subyace a los discursos de los jóvenes apunta a rescatar los múltiples espacios de intersección que determinan una configuración de identidades cambiantes, flexibles y abiertas a dialogar unas con otras.

En este sentido, Amartya Sen (1998) plantea que la identidad no es simplemente descubierta, sino que es susceptible de un razonamiento y una elección por aquello con lo cual me identifico. Las elecciones no tienen por qué ser definitivas, sino que oscilan entre diferentes lealtades. Al respecto una de las jóvenes feministas nos decía:

Lo más importante es eso de construirse como sujeta, me parece que es fundamental, desde donde vos te ubicas. Entender las demandas de discriminaciones que vos no sentís [...] esta cosa de la puja de lealtades ¿no? Bueno ¿qué sos primero?, ¿sos mujer?, ¿qué sos?, ¿afro?, ¿qué sos?, ¿joven? ¡No! Entonces bueno, soy las tres cosas [...] Y en esas tres cosas sufro violencia y discriminación, desde esas tres identidades (Jóvenes Feministas).

El párrafo anterior muestra un modo de afirmación de identidades múltiples que refleja, de alguna manera, la reflexión de la actuación desde diferentes lugares simultáneamente. Por lo tanto, la idea de juventud se podría construir de forma dinámica y fluctuante a través de los compromisos y las elecciones entre una pluralidad de identidades en convivencia.

MONTEVIDEO (URUGUAY), OCTUBRE DE 2008

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BONDER, GLORIA (1998): *Género y subjetividad: avatares de una relación no evidente*. Santiago: Edición de la Universidad de Chile, PIEG.
- BOURDIEU, PIERRE (1990): «La juventud es sólo una palabra», en *Cuestiones de sociología*. Madrid: Istmo.
- DÁVILA, OSCAR (2004): «Adolescencia y juventud: de las nociones a los abordajes». *Última Década* N°21. Viña del Mar: Ediciones CIDPA.

- DUARTE, CLAUDIO (2000): «¿Juventud o juventudes? Acerca de cómo mirar y remirar a las juventudes de nuestro continente». *Última Década* N°13. Viña del Mar: Ediciones CIDPA.
- FEIXA, CARLES (1996): «Antropología de las edades». (www.cholonautas.edu.pe).
- FILARDO, VERÓNICA et al. (2007): «Usos y apropiaciones de espacios públicos de Montevideo y clases de edad». Montevideo: Universidad de la República, Departamento de Sociología.
- GARCÍA CANCLINI, NÉSTOR (1990): *Culturas híbridas. Estrategias para entrar y salir de la modernidad*. México: Grijalbo.
- HOPENHAYN, MARTÍN (2004): «Participación juvenil y política pública: un modelo para armar». Trabalho apresentado no I Congresso da Associação Latino Americana de População (ALAP). Caxambú, MG, 18-20 setembro.
- LIPOVETSKY, GILLES (2000): *La era del vacío. Ensayos sobre el individualismo contemporáneo*. Barcelona: Anagrama.
- MARGULIS, MARIO (1996) (editor): *La juventud es más que una palabra. Ensayos sobre cultura y juventud*. Buenos Aires: Biblos.
- MATO, DANIEL (2001) (compilador): *Estudios latinoamericanos sobre cultura y transformaciones sociales en tiempos de globalización*. Buenos Aires: CLACSO.
- REVILLA CASTRO, JUAN (2001): *La construcción discursiva de la juventud: lo general y lo particular* (www.redalyc.org).
- SEN, AMARTYA (1998): *Romanes lecture* (www.letraslibres.com).

SER JOVEM NA AMÉRICA DO SUL: UM EPÍLOGO

REGINA NOVAES
MAURÍCIO SANTORO

ESTE LIVRO REÚNE ARTIGOS ESCRITOS a partir dos resultados de uma investigação que utilizou a técnica de pesquisa qualitativa conhecida como «grupo focal». Realizados nos seis países, no âmbito do projeto «Juventude e integração sul-americana», os resultados dos «grupos focais» serão analiticamente cotejados com o estudo anterior sobre «situações-tipo e organizações sociais» e oferecerão subsídios para a futura análise dos resultados da pesquisa quantitativa, que está sendo finalizada. Não há dúvidas, esta combinação entre diferentes técnicas de pesquisa proporcionará maior amplitude para a compreensão dos dilemas das juventudes em nossos países.

Porém, sem desconhecer a importância da seqüência de todo o processo de investigação, os artigos aqui publicados exploram —com cuidado e delicadeza— a específica riqueza dos resultados dos grupos focais. Desafiados a uma escuta sobre o que há de semelhante e o que há de diferente nas vozes de jovens¹ participantes das discussões (ver quadro 1), os artigos revelam variadas apropriações das questões iniciais do projeto «Juventudes e integração sul-americana» e trazem também no-

1 Entrevistamos jovens que se reconhecem como participantes de diferentes coletivos, parte deles se define como «organizados». As organizações contempladas são de origens diversas, diferentes tamanhos, graus de organicidade e institucionalidade; âmbito e perspectivas de atuação. Apenas no caso dos(as) jovens migrantes peruanos(as), que trabalham no Chile, o convite para participar dos grupos focais foi feito individualmente.

vas perguntas e costuras explicativas. No conjunto, o livro apresenta análises e referências bibliográficas diversificadas.

Acolher a diversidade de interpretações é uma das características (e, a nosso ver, a maior vantagem) desta nossa experiência de pesquisa em rede. Assim sendo, também este epílogo se afasta das clássicas «conclusões». É mais uma oportunidade para indagar, refletir, levantar outras hipóteses. Da mesma maneira, também cada leitor está sendo convidado a explorar diferentes ângulos, elaborar novas questões, suscitar reflexões comparativas. Em resumo, trata-se de alimentar o debate.

Sem dúvida, tal postura interrogante e reflexiva também é condizente com o que aprendemos com os/as participantes dos 38 grupos focais. Como se pode observar neste livro, os/as jovens responderam de maneira rica e diversificada a questões sobre: *O que é ser jovem?* *Suas vantagens e desvantagens*. Pouco se falou em idades, faixas etárias, essências. Ao contrário, contextos sociais, valores e significados diversos foram constantemente acionados. E, o mais importante: os lugares de onde se fala foram insistentemente explicitados.

De maneira geral, os/as jovens participantes dos grupos focais evitaram as generalizações tão caras ao senso comum (e até mesmo ao senso comum «savant»/acadêmico) que, constantemente, se impõem quando se trata de discorrer sobre esta fase da vida. Não falaram «em nome» da juventude, não reivindicaram «representatividade». Antes, em um exercício de contextualização, suas respostas —na maioria das vezes—, deixam claro quem fala e o lugar (social) de onde se fala.

1. JUVENTUDE/JUVENTUDES

Vejam algumas respostas que expressam questionamentos à «universalidade» da categoria juventude. Sobre o significado de «ser jovem», respondeu um participante do grupo Murga Joven, no Uruguai: «Depende del estrato social, depende del nível cultural, depende, yo qué sé, del nível académico, entonces

depende de la escala, es que ser joven hoy acá, yo te puedo decir qué es ser joven desde mi lugar [...] Claro, desde el lugar que tiene cada uno». O mesmo artigo do Uruguai também informa que «las jóvenes feministas sostienen que no se debe conceptualizar la juventud como una esencia».

Na mesma perspectiva, vale destacar uma afirmação presente no artigo argentino: «La clase u origen social como variable fundamental de análisis sociológico sí se hace presente como componente central de la categoría joven: ‘Me cuesta definirlo por fuera del contexto sociocultural. Ser joven para un pibe de la villa es distinto que para mí’».

Em consonância, observa o artigo brasileiro: «Um dos pontos de partida comum a quase todos os coletivos é justamente a consideração da dificuldade de falar da juventude de um modo universal [...]». Foram muitos os/a entrevistados que falaram em juventudes, no plural, distinguindo a categoria etária e estatística «jovem» das condições de vida concretas de jovens de diferentes classes sociais!

Mas isto não é tudo. Os grupos focais não se detiveram na constatação de que as juventudes espelham as contradições da sociedade em que vivemos. Percebem também que os/as jovens desta geração,² experimentam com maior intensidade os dilemas das sociedades onde vivem. Como bem resume o artigo paraguaio:

2 Em todos os artigos, há referências ao conceito de «geração». O artigo brasileiro chama a atenção para o fato de os(as) jovens dos grupos focais se afastarem da concepção de Mannheim quando este autor localiza a juventude fora das contradições e dos interesses constituídos na sociedade, porque ainda estão fora da estrutura de produção e do poder. Ao contrário, jovens desta geração estariam mergulhados nas contradições da sociedade, sua condição juvenil é, em grande parte, constituída pelas grandes desigualdades e contradições que a atravessam. Para a discussão do conceito de geração neste livro ver, particularmente, referências contidas no artigo do Uruguai. Já o artigo argentino analisa a categoria «geração» da ótica dos próprios atores presentes na atual configuração do «campo» de juventude.

A pesar que todos/as los jóvenes que participaron en los grupos focales reconocen que es incorrecto hablar de juventud y que más bien se deben considerar las juventudes, ellos/as mismos/as reconocen que la intensificación de las contradicciones de la vida es un factor común a todas las juventudes.

2. JUVENTUDE/S: INTENSIFICAÇÃO DAS CONTRADIÇÕES FUNDAMENTAIS (NAS RELAÇÕES DE CLASSE, DE GÊNERO, ETNO-RACIAIS, ENTRE CAMPO/CIDADE, NOS DESLOCAMENTOS POPULACIONAIS)

Por este caminho, o livro nos faz entrar no mundo das contradições. Ou melhor, entrar no mundo da juventude como espaço de intensificação/agudização de contradições sociais. De vários tipos e níveis. Entre elas destacam-se contradições historicamente geradas e condizentes com o atual «estágio» do capitalismo, como se costumava dizer no passado. Ou se referem ao capitalismo globalizado, tecnológico e excludente, como se caracteriza hoje.³ O artigo brasileiro registra falas de jovens que afirmam que viver no capitalismo traz um «estado de barbárie para os jovens», traz a «precarização da vida» ou a «precarização dos jovens».

a) *Contradições («objetivas») de classe ou da «sociedade em geral»*

Todos os artigos —com maior ou menor ênfase— retomam a questão das relações de classe. Nas palavras dos autores chilenos: «La ‘condición juvenil’ se supedita a la condición de clase, porque la supera y le es anterior».

Sobre o mesmo aspecto, no artigo boliviano encontramos a seguinte conclusão:

Al parecer el estudio sobre las diferencias juveniles es útil metodológicamente, porque permite identificar los atributos diferenciales de ma-

3 No artigo do Uruguai há referências específicas às contradições agudizadas pela intensificação da globalização.

nera taxonómica, pero es limitado teóricamente, por cuanto ellas no se explican entre sí, sino hacen recurso o involucran casi forzosamente elementos conducentes a la desigualdad, esto es, los factores económicos o de clases sociales.

Mesmo sem poder mencionar aqui todas as outras citações que vão no mesmo sentido, podemos dizer que uma afirmação parece atravessar o conjunto dos artigos: *não é possível falar em juventude sem falar em contradições entre classe sociais.*

b) *Gênero, raça e etnia: desigualdades historicamente geradas retroalimentam contradições de classe*

Por outro lado, há outras desigualdades que são insistentemente mencionadas. Em diferentes países, as jovens mulheres ressaltaram as especificidades de sua condição.

O artigo chileno elabora esse ponto a partir da demanda direitos sexuais e reprodutivos. Dizem os autores:

Otro registro en que se expresa la discriminación es cuando se habla del control de los cuerpos, que es particularmente importante en el caso de las mujeres jóvenes. Aquí la desventaja viene por la existencia de pautas culturales conservadoras que reducen los márgenes para manejar libremente sus períodos de fertilidad y su condición femenina y que se materializan en un sistema jurídico que prohíbe la entrega pública de anticonceptivos de emergencia y la realización de abortos médicamente controlados.

Em contraste com o dos rapazes, as mulheres jovens também sofrem impedimentos em seus direitos de livre-circulação. O artigo paraguaio chama a atenção para esse aspecto:

«La mamá dice, ella es mujer y ya no tiene que ir sola muy lejos». Las palabras permiso o compañía, esconden en el fondo que a las mujeres jóvenes se les niega el uso del derecho a la libertad de movilizarse. Este poder que se cierne en especial sobre las mujeres jóvenes, es de tal magnitud que afecta en lo más profundo se sus vidas.

Além disto, entre jovens das classes populares evidenciam-se outras vulnerabilidades da condição feminina. O artigo da Bolívia analisa o caso das empregadas domésticas:

En el caso de los jóvenes de clase popular, la vulnerabilidad tiene otros matices. Refiriéndose a las mujeres jóvenes trabajadoras del hogar, el problema es el trabajo. Ellas dicen: te hacen trabajar porque estás lejos de tu familia. Si estás sola, no hay nadie que te defienda; las que se vienen a trabajar aquí son solas, son discriminadas⁴ o explotadas, ya sea en su casa o por los patrones, son maltratadas y discriminadas (Fenatrachob).

A essas vulnerabilidades da condição feminina se somam fatores etno-raciais também (re)produtores de desigualdades sociais. No caso das empregadas domésticas da Bolívia, os autores afirmam que: «Además, estas jóvenes sufren los efectos de las diferencias étnico culturales, cuando ellas se sienten discriminadas por su condición y origen de indígena; visibilizadas más por las migraciones interregionales en el país». A questão dos preconceitos que atingem os/as jovens descendentes dos «povos originários» aparece em outros artigos, sobretudo no artigo paraguaio.

No artigo brasileiro, para os jovens militantes negros, a desigualdade racial, que se cruza umbilicalmente com a condição social, é o único enquadramento a partir do qual é possível falar sobre juventude. A partir disso, todas as situações são relatadas como fruto da desigualdade e todas as características como desvantagens. Neste contexto, fala-se em «genocídio da juventude negra» e, por isso mesmo, essa condição lhes parece absoluta-

4 Os autores bolivianos remetem à pesquisa anterior para lembrar que «Las mujeres mayores perciben discriminación como algo evidente y presente en sus vidas. En cambio las mujeres THA'S (trabajadoras del hogar asalariadas) jóvenes, casi no la perciben. Esta diferencia probablemente se deba a que la ley 2450 está mostrando, de alguna manera, sus frutos y, por otra parte, a que la sociedad boliviana está condicionada en los últimos años por los cambios profundos de comportamiento y empoderamiento de los sectores sociales marginados, lo cual se refleja en las visiones y condiciones de vida para las jóvenes».

mente urgente e prioritária em relação a todas as outras. Também em outros grupos focais realizados no Brasil, a questão racial se fez presente como fator de desigualdade que retroalimenta a exclusão econômica e social.

Revelam-se assim, em nossas juventudes, as marcas da dominação étnico-racial presentes na formação histórica de cada país.

c) *Outras fontes de vulnerabilidades:
relações campo e cidade, circuitos migratórios contemporâneos*

Na América da Sul, contradições fundamentais do capitalismo colonial e industrial se expressaram por meio da dicotomia rural/urbano. As relações entre campo e cidade se modificam nas diferentes fases da história de cada país, expressando sempre disputas e alianças entre setores das classes dominantes em busca de hegemonia e, por outro lado, expressando possibilidades/impossibilidades de alianças entre diferentes segmentos de trabalhadores(as) do campo e da cidade. Em tempos de mercado globalizado, a atual geração juvenil vivencia as disputas entre a realidade do agronegócio exportador e a perspectiva de uso da terra de maneira ecologicamente sustentável. Os artigos do livro relatam como jovens do meio rural reagem diferentemente a velhas e novas contradições.

No Brasil, da ótica dos/as jovens do Movimento dos Sem Terra (MST), as experiências das lutas dos acampamentos e dos assentamentos é «o chão a partir do qual podem falar de juventude». Desta forma, a «juventude», prossegue o artigo brasileiro «não aparece como uma clivagem central, que permanece sendo a da classe trabalhadora, no interior da qual é importante encontrar as continuidades entre a juventude do campo e da cidade». Já para outros grupos de jovens rurais brasileiros, «construir» sujeito jovem nos seus sindicatos e movimentos é a base de sua ação política para ampliar a visibilidade e o reconhecimento das juventudes rurais.

Contudo, tanto para os brasileiros quanto para outros jovens rurais ouvidos no Uruguai e no Paraguai, há um ponto em comum: é preciso garantir o acesso à terra e às condições de produção agrícola para evitar situações em que a migração torna-se compulsória.

A história das migrações é reveladora da história do capitalismo na América do Sul. A dinâmica da modernização conservadora na agricultura impõe novos e perversos circuitos migratórios e tem efeitos particulares na vida atual de jovens mais pobres. O artigo do Paraguai trata do assunto. Afirmando que a migração rural urbana é como um rito de passagem para a idade adulta, comenta que:

La migración impone a los jóvenes, tanto urbanos como rurales, roles de adultos, ya sea a los que se van como a los que se quedan, y se intensifica así la exigencia de la sociedad por ser adultos cada vez más temprano. La exigencia de migrar es mucho mayor para las personas jóvenes que viven en el campo ya que, como se explicaba, existen numerosas y grandes dificultades para trabajar en la agricultura. En la ciudad no existen menos dificultades, pero es como si la densidad de las interacciones sociales que allí se dan abre más oportunidades de inserción.

Assim, o fenômeno migratório se apresenta à juventude paraguaia como:

Desafiante, enriquecedor, emocionante, pero al mismo tiempo exige que se deje atrás a la familia, a los amigos, a la propia cultura, con todo el peso emotivo que esto comporta. La visión de los aspectos negativos de la migración ha preponderado en los grupos focales.

Trazendo a dimensão internacional da questão migratória, o artigo chileno comenta percepções dos jovens peruanos que trabalham no Chile. Dizem seus autores:

De hecho, en el único grupo con jóvenes chilenos en que se hizo una referencia al tema de la integración, se valoró positivamente cualquier posibilidad que permita conocer la realidad de los jóvenes de otros países, porque permitiría conocer los problemas comunes. Para este gru-

po el problema de la integración sudamericana de hecho no se hace desde fuera, discursiva o teóricamente, sino desde dentro, de quien la vive como necesidad.

Nesse sentido, as contradições vivenciadas pelos jovens migrantes peruanos —que não estão entre aqueles que se auto-classificam como «organizados» ou militantes— também geram demandas. Esta experiência real de «integração» de jovens sul-americanos, geram demandas juvenis para a região, ultrapassando fronteiras nacionais. Esse é um ponto importante a aprofundar em nossa pesquisa que tem como subtítulo «Diálogos para a construção da democracia regional».

3. CONDIÇÃO JUVENIL: EXPECTATIVAS CONTRADITÓRIAS E CONDIÇÕES SOCIAIS DESIGUAIS

Em poucas palavras, em busca de informação sobre a juventude nos deparamos com formulações sobre «as contradições» mais gerais da sociedade que se agudizam entre jovens. Resta saber como tais contradições se fazem presentes também nas expectativas e definições que as sociedades —e seus meios de comunicação— constroem sobre suas juventudes.

O artigo argentino evidencia como os

Medios masivos de comunicación contribuyeron a consolidar la imagen del joven-problema, vinculado con la violencia y la delincuencia, asociando esta imagen principalmente con la estética y las pautas culturales de la juventud perteneciente a los sectores sociales excluidos del trabajo, la escuela y el consumo.

Já o artigo brasileiro chama a atenção para observações dos entrevistados para os quais «ser visto como mercado» também é uma desvantagem. Afirma-se que «a indústria cultural se apropria da idéia de juventude para obter lucro, fragmentando a juventude e reforçando o corte e o conflito geracional».

Pensando especificamente em relações intergeracionais, o artigo paraguaio chama a atenção para o fato de que:

Las representaciones del mundo adulto no se forman sólo a partir de la interacción directa entre las generaciones sino que influyen allí también los medios de comunicación. Y este es el segundo actor, cuyo poder en la construcción del imaginario colectivo es enorme. Su radio de acción abarca a los adultos, y también, por sobre todo, a las personas jóvenes. Sus imágenes también son contradictorias y, quizá, más que ninguna otra.

Enfim, ressaltando o papel ativo dos meios de comunicação, os artigos apontam para as ambigüidades e ambivalências presentes nas representações sobre a juventude. Na avaliação do artigo uruguaio:

Por un lado se les exige un comportamiento responsable en la construcción del futuro, al tiempo que se les clasifica como «idealistas», «impulsivos» y en general, menos aptos para llevar a la realidad sus propuestas. Por un lado, se espera que los jóvenes sean el recambio generacional de los mayores en los distintos espacios de poder, pero, por otra parte, se obstaculiza su acceso a dichos espacios.

Nesse imaginário, destacam-se alguns pares de oposição que, segundo os/as jovens entrevistados/as, expressam expectativas contraditórias, tais como: viver o presente *versus* se preparar para o futuro ou despertar desconfiança *versus* representar a esperança do futuro da sociedade. A juventude se sente exigida pela sociedade que não lhe oferece condições para atender as exigências. Nessa dialética, vantagens de «ser jovem» se convertem em desvantagens para a maior parte dos/as jovens.

QUADRO 1: PRINCIPAIS VANTAGENS E DESVANTAGENS DE SER JOVEM
(UMA TENTATIVA DE RESUMO)

Vantagens	Desvantagens
<i>Vitalidade</i> (vigor, disposição, tesão, «saúde», energia, resistência)	<i>Vitalidade</i> transformada em riscos (turbulências, delinquência, violência, alcoolismo, drogas, «libertinagem»)
<i>Confiança</i> (mente aberta, capacidade de adaptação e aprendizado)	<i>Desconfiança</i> (temores e incompreensões por parte da sociedade)
<i>Liberdade</i> (tempo livre decorrente de ter poucas responsabilidades)	<i>Responsabilidades antecipadas</i> (acessos culturais restritos)
<i>Oportunidade de fazer escolhas</i>	<i>Não saber decidir</i> (inexperiência/insegurança)
Experimentação (criatividade e curiosidade)	Falta de espaços para participar e expressar suas opiniões

Relações entre vantagens e desvantagens também são ressaltadas no artigo boliviano:

Frente a esta postura con gran potencialidad juvenil, las desventajas se traducen en las limitaciones que la sociedad les impone al no respetar sus maneras de vestir y gustos, se representan como actores sociales limitados, sin instancias públicas que resuelvan sus problemas o que les ayude a obtener empleo justo. La única limitación individual (desventaja interna) es la de no saber decidir con claridad.

Também a questão da «tomada de decisões» é citada tanto como vantagem quanto como desvantagem. Pelo viés positivo, trata-se da oportunidade de fazer escolhas, a percepção da juventude de que sua vida é uma obra em aberto, cujos caminhos serão resolvidos pelas opções feitas no momento atual. O lado negativo se manifesta na dificuldade em tomar decisões, por razões que vão desde a pouca experiência até a falta de informações.

As vantagens surgem das relativas poucas responsabilidades da juventude, que permite mais tempo livre —para lazer, estudo

ou engajamento político—. Mas, nesse viés, também se manifestam a resistência em delegar responsabilidades e poder aos/as jovens.

De maneira geral, podemos dizer que os/as jovens também se apropriam (com maior ou menor espírito crítico, depende do grupo) das noções de «moratória vital» («ter muitos anos pela frente») e de «moratória social» (tempo de espera, preparação e suspensão).

A rigor, como enfatiza o artigo uruguaio: «Los jóvenes proyectan y reflejan el discurso social que sobre ellos recae». No repertório de respostas, revelam-se as muitas das ambigüidades e ambivalências socialmente produzidas. Em alguns momentos, como se saíssem de cena, se referem à juventude «em geral» ou a «outras juventudes». Isso geralmente ocorre quando há juízos críticos a expressar. Como afirma, o artigo uruguaio:

Al utilizar estereotipos para referirse a la «otra juventud» de la que se quieren diferenciar, a veces los jóvenes reproducen los estereotipos que ellos mismos critican.

No entanto, as diferentes ênfases e combinações para caracterizar as juventudes também guardam correspondência com as trajetórias de vida dos/as jovens que falam. Entre os «jovens organizados» ou militantes —via socialização política— nota-se a incorporação de determinadas estratégias discursivas. Vejamos como se explicitam nas estratégias discursivas de jovens brasileiros/as e chilenos/as.

No artigo brasileiro considera-se «digno de nota que, na caracterização feita por militantes, estão quase ausentes os traços da ‘turbulência’ no sentido da irrupção tempestuosa dos hormônios, que tantas vezes caracterizou a percepção patologizadora da juventude».

O artigo chileno chama a atenção para «una serie de características subjetivas que forman una especie de ‘mentalidad juvenil’ que a ratos adquiere un contenido ideológico. En esa mezcla entran el ‘soñar despierto’, la rebeldía, el idealismo, la utopía, el

pensamiento crítico, la propuesta, todas cualidades que configuran esta ‘mentalidad juvenil’ que se vincula a la búsqueda de ‘otros mundos posibles’, personales y/o colectivos».

Não por acaso também é o artigo chileno que enfatiza a «falta de espaços» como desvantagem. Segundo seus autores, os/as jovens se referem à dupla sensação de falta de espaços: «espacios físicos —falta de sedes y lugares para actividades, dos límites para la estabilidad de las organizaciones—, pero que también son espacios para ‘la voz’ de los jóvenes, para la legitimación social de sus discursos y de sus prácticas».

Por outro lado, no jogo dialético das «vantagens e desvantagens», falar em juventude é também falar de riscos e inseguranças. As desvantagens pesam mais para uns do que para outros. Para os/as jovens que já têm filhos ou que precisam assumir tarefas ligadas à manutenção de parentes mais velhos; para moradores/as de área pobres e violentas; para jovens migrantes as fronteiras entre vantagens e desvantagens rapidamente se tornam passagens.

Segundo o artigo boliviano: a «energía juvenil puede ser base para una fundación de la libertad y la independencia, la autonomía, más puede conducir igualmente a tomar riesgos, por tanto, provocar inseguridades».

O artigo brasileiro afirma que,

A presença da criminalidade, principalmente o narcotráfico, é um problema para os jovens, especialmente moradores de comunidades pobres: tanto pelo aumento do «risco de vida» como pela «sedução» da via do crime, frente às dificuldades de inserção econômica e social, acrescentando um dilema moral às suas decisões, questão assinalada não só pelos jovens dos grupos de combate à violência, mas pelos jovens negros e pelas feministas, assim como pelos estudantes de Curitiba. No entanto, a queixa principal ainda é com relação à violência policial, que afeta gravemente principalmente os rapazes negros das comunidades e periferias.

Por um prisma similar, o artigo chileno analisa a situação vivenciada pelos jovens migrantes. Escrevem seus autores:

En el grupo de jóvenes inmigrantes, la conversación sobre las ventajas de ser joven pasa por los mismos atributos físicos, anímicos y sociales

—energía, sueños, metas, tiempo, libertad—, pero hay una diferencia y es que, para los jóvenes inmigrantes, la vitalidad y la energía no se entienden como instrumentos para una lucha por la transformación social, por el cambio de las bases que sostienen la estructura sociopolítica o de los principios culturales que facilitan la reproducción de un orden que no se quiere, sino más bien una disposición física, anímica y mental para trabajar, para «salir adelante» o para «surgir».

Assim, continua o mesmo artigo, qualidades «propias del ser joven facilitan la decisión de emigrar en busca de mejores oportunidades y que entregan mayores capacidades para soportar condiciones de trabajo que un adulto quizá pueda no aguantar o no estar dispuesto a tolerar». Em resumo: «su condición de jóvenes y pobres, se les agrega una condición de inmigrante que deja más expuesto a abusos laborales, perjuicios salariales, malos tratos policiales y discriminaciones raciales».

Certamente, em outras tantas páginas deste livro, há muitos outros exemplos que também mereceriam destaque. Mas, o importante aqui é fazer notar o quanto a nossa indagação «O que é ser jovem? Vantagens e desvantagens» nos permitiu desvendar as relações entre a construção de demandas e espaços sociais onde elas se expressam.

4. UM CONJUNTO DE CONTRADIÇÕES CONSTRÓI (E RECONSTRÓI) MÚLTIPLAS DEMANDAS

Como afirma o artigo uruguaio, «el ideal, el sueño, la utopía, así como las demandas, se construyen por medio de la contradicción». As demandas juvenis de hoje expressam tanto as contradições fundamentais da sociedade de hoje quanto se relacionam com contradições específicas que dizem respeito à atual geração juvenil em suas desigualdades e diversidades.

No conjunto dos artigos deste livro, há várias propostas de sistematização/classificação/hieraquização de demandas.⁵ O

5 Lembramos que —no âmbito do Projeto Juventudes Sul-americanas— temos utilizado o substantivo «demanda» como a categoria mais abran-

artigo do Chile fala em diferentes registros que remetem a mudanças socioculturais, a ajustes dos «sistemas funcionais» e às mudanças na Constituição do país. Já o artigo paraguaio destaca as demandas duras: «que refieren a los derechos sociales y económicos: trabajo decente, acceso a la educación pública y formación de calidad, reforma agraria, reducción del presupuesto militar, servicios de salud gratuitos, políticas de igualdad de género».

Há ainda outras propostas interessantes de ordenamento das demandas. Não podemos detalhar todas. O mais interessante a observar aqui é o quanto os grupos focais realizados contribuíram para melhor qualificar as demandas juvenis. Por meio de aproximações sucessivas —tanto da realidade dos diferentes segmentos juvenis quanto das organizações por meio das quais expressam essas demandas—, as respostas dos jovens trazem para dimensões diferenciadas para as demandas trabalho, educação, saúde e segurança. Vejamos alguns exemplos.

Como se sabe, a demanda *trabalho digno* é comum a todos, mas ganha especificidades na concretude dos diferentes grupos. Por exemplo, para jovens trabalhadores/as das classes populares significa também encontrar mecanismos para coibir a superexploração da sua força física, a discriminação salarial, a ausência de contratos. No outro extremo, para jovens estudantes, a demanda *trabalho digno* remete tanto ao desejo de encontrar um posto de trabalho no futuro quanto, no presente, encontrar estágios que realmente representem aprendizado profissional.

Também a demanda *educação de qualidade* pode ser considerada comum a todos os grupos de jovens. Mas jovens de classes sociais e segmentos distintos têm demandas diferenciadas a fazer para o sistema educativo. Um trecho do artigo boliviano é bem ilustrativo:

gente. Demandas se traduzem em «reivindicação», «causas», «bandeira de luta», etc., de acordo com o entendimento e a linguagem dos diferentes grupos.

Para los jóvenes de clase media y alta, la dificultad es garantizar el acceso y mejor calidad de niveles educativos superiores, en cambio para las mujeres jóvenes trabajadoras del hogar la preocupación gira en torno a la capacitación o la alfabetización, quienes destacan la importancia de la lectura para formarse mejor (pero se trata de una lectura elemental).

A questão da *saúde* também gera demandas bastante diferenciadas. Por exemplo, enquanto para os grupos feministas remete à sexualidade e aos direitos reprodutivos, para os jovens camponeses paraguaios essa demanda está intimamente relacionada ao cuidado com o meio-ambiente e ao controle do uso de agrotóxico, parte integrante do modelo produtivo de agricultura mecanizada que ameaça a saúde.

Também é interessante observar quantas contradições sociais se expressam por meio da demanda por «segurança com valorização dos direitos humanos». De fato, a violência —material e simbólica— tem várias faces e seus efeitos resultam em diferentes demandas. Grupos juvenis demandam diferentes mecanismos de segurança para coibir a violência contra as jovens mulheres; contra jovens negros e indígenas; contra jovens migrantes; contra jovens moradores de periferias urbanas, alvos preferenciais dos achaques da polícia.

E o que dizer da «participação»? Trata de uma demanda específica? Para todos? Para quais grupos de jovens? Ou, menos que uma demanda, trata-se de um componente transversal necessário para o encaminhamento de todas as demandas? Como se coloca esta questão no conjunto dos artigos?

O artigo chileno chama a atenção para mais um vetor de diferenciação interna da juventude. Para além dos recortes de classe, gênero, cor/etnia, local de moradia, no seio das juventudes de hoje, há uma minoria de «jovens organizados» ou «más «concientizados» o «politizados». Sua existência, para os colegas chilenos, sugere que devemos «incorporar al par subjetividad-praxis social como un elemento diferenciador de juventudes que por lo general es poco considerado». Nesse caso, ainda segundo o mesmo artigo, estariam em jogo menos as especificidades e identidades

dos grupos e mais a associação entre «demandas y transformación social como un síntoma que muestra los límites de un orden social que no logra resolver los problemas de la integración social y que cierra los espacios para la participación democrática».

Diferenciação semelhante aparece no artigo brasileiro que fala em jovens «militantes». Sobre eles(elas) informa o referido artigo: «Eles têm consciência que estes traços os diferenciam 'da juventude em geral' (que pode, sim, ser tão individualista e pragmática como 'a sociedade em geral'): ser militante também constitui sua identidade, e em certa medida, os identifica num segmento a parte».

Por outro lado, e não por acaso, é no âmbito dos «organizados» e «militantes» que se explicitam críticas sobre as relações intergeracionais no interior das organizações e movimentos sociais. Como vimos a pouco, os jovens chilenos falam em falta de espaços para participar e expressar suas opiniões. O artigo brasileiro indica que, entre militantes, há críticas —talvez mais veladas do que abertas— a certos expedientes adultocêntricos presentes nas organizações a que pertencem.

O artigo uruguaio também registra observações neste sentido:

Lo que pasa cuando llegas a un sindicato las puertas no están del todo abiertas para los jóvenes, no se trata de integrar, de formar, de transmitir experiencias. [...] Creo más bien que tiene que ser el joven el que va a pelear su espacio [...] te usan más para la propaganda, el mandado. Lo que los viejos no pueden hacer. Pintar carteles. Claro, y no te dan lugar para los espacios de decisión, es una tarea que como jóvenes tenemos que exigir y conquistar porque no te lo van a regalar, está visto eso (Jóvenes Sindicalistas/Uruguay).

Sem a menor pretensão de esgotar a questão, podemos dizer que para alguns segmentos, e em determinados contextos,⁶ a

6 Dois contextos se sobressaem no livro: nas organizações intergeracionais nas quais os jovens participam e no contexto de formulação/validação/acompanhamento de políticas públicas dos quais os jovens querem participar.

ampliação das condições de «participação» funciona como a mais típica demanda geracional. Já para outros segmentos juvenis —ou quando não está em jogo o poder de decisão— a «participação» é vista como meio de «pressão social», expediente fundamental para obter êxitos em relação a outras demandas.

Por fim, o que dizer das «demandas culturais»? Sabemos que jovens e movimentos juvenis se inserem no espaço público a partir de demandas ligadas ao mundo das artes e da cultura. Até que ponto expressar-se por meio da «cultura» tornou-se a melhor via para alcançar visibilidade e legitimidade de diferentes demandas juvenis? Neste sentido, no atual processo de construção social da identidade juvenil, os/as jovens que lutam por «demandas culturais» seriam mais «jovens» do que outros que assumem demandas de movimentos ou organizações tradicionais? Está aí uma discussão a aprofundar.

O artigo argentino nota o destaque que os movimentos de juventude dão à criação de espaços de participação e divulgação cultural,

Donde puedan expresarse, manifestarse, conocerse, reconocerse e intercambiar desde una postura donde el componente de creación artística es fundamental. La expresión artística, en tanto modalidad de manifestación de la propia existencia, actúa y/o promueve mecanismos de transformación social.

Nesse contexto, seriam as «demandas culturais» as que mais amplamente traduziriam o espírito da atual geração juvenil, para além de suas desigualdades e diversidades? O mesmo artigo realça a importância do fenômeno das «tribos urbanas», que significariam —pela adesão aos valores e comportamentos de um grupo juvenil— «una reacción, un paso al costado, una salida de la moratoria social, una suerte de deserción del modelo de juventud hegemónico». A proposta é equacionar *cultura e geração*. Para as autoras, por esse caminho, pode-se entender «la juventud ya no como una etapa transitoria y de formación para el acceso a los bienes y servicios que impregnarán un exitoso

futuro (de acceso a los mismos), sino más bien, asociada a un hecho generacional en tanto circunstancia cultural que emana de ser socializado con códigos culturales compartidos».

5. JUVENTUDE/S NO ESPAÇO PÚBLICO: CRIADORES E CRIATURAS

a) *O que é ser jovem? Recortes de classe e pertencimentos identitários*

A pergunta «O que é ser jovem?» exige que se caracterize a sociedade de classes onde vivem diferentes juventudes. A pergunta «O que é ser jovem hoje?» exige que se fale em capitalismo globalizado, de hoje. O artigo uruguaio caracteriza a globalização como «una «tendencia histórica a la interrelación entre actores sociales geográficamente distantes y anteriormente no vinculados». Mais adelante, citando Garcia Canclini, o mesmo artigo prossegue: «Como consecuencia de esta creciente interrelación de actores y procesos culturales, las identidades se constituyen a partir de la hibridación de múltiples pertenencias. Estas identidades múltiples conviven, entran en conflicto, son móviles, su importancia varía de acuerdo al contexto particular en el que el sujeto interactúa en un momento dado».

Tais observações mostram que é possível fazer um produtivo diálogo entre o conceito de classe social e o conceito de «identidade». O primeiro pressupõe um determinado grau de abstração e ilumina as contradições que definem a estrutura da sociedade. Já o segundo, mais operacional, passa necessariamente por um sujeito que —em um jogo dialético entre semelhanças e diferenças— assume o pertencimento a um «nós» coletivo que de maneira relacional se opõe a um outro, construindo pares de oposição («nós x «eles»).

Nesse diálogo, em primeiro lugar, é preciso afastar a idéia de identidade como essência dada por valores naturalmente partilhados. A visão culturalista de identidade como «comunidade de valores» não é útil para pensar os processos em curso

de construção de identidade juvenil. Por outro lado, é preciso também afastar a idéia de identidade única, exclusiva, pronta para manifestar um encoberto e consistente *ethos* juvenil. Tal como sugere Canclini, estamos falando de identidades que se constroem em processos de enfrentamento, oposição, dominação, submissão e resistência que ocorrem no plano simbólico e material das relações sociais. Ou seja, passam pela articulação de elementos subjetivos e variadas situações objetivas.

Identidades constroem pertencimentos. Nesse sentido não cabe aos pesquisadores atribuírem (ou não) identidades aos/às jovens entrevistados/as. Cabe compreender com que matéria-prima, símbolos e rituais suas identidades são construídas, desconstruídas, reconstruídas. Como e quando são acionadas? Como se relacionam —por aliança ou oposição— com outras identidades? Em cada momento, qual é o «outro» a quem se opõem construindo relações de alteridade?

Neste livro há um rico material empírico para pensarmos estas questões. O artigo brasileiro reconhece que não é para todos esses grupos que a identidade juvenil revela-se imediatamente como um elemento significativo para a constituição de sua posição e atuação social e política. O artigo uruguaio mostra como a identidade «jovem» convive e se acopla a outros recortes identitários. As jovens feministas uruguaias «resaltan las dificultades de acceso a espacios de decisión, el peso negativo de las identidades estereotipadas, las desigualdades laborales y la violencia de género. Acionam assim «identidades cambiantes, flexibles y abiertas a dialogar unas con otras». Dizem:

Lo más importante es eso de construirse como sujeta, me parece que es fundamental, desde donde vos te ubicas. Entender las demandas de discriminaciones que vos no sentís [...] esta cosa de la puja de lealtades ¿no? Bueno ¿qué sos primero?, ¿sos mujer?, ¿qué sos?, ¿afro?, ¿qué sos?, ¿joven?, ¡No! Entonces bueno, soy las tres cosas... Y en esas tres cosas sufro violencia, y discriminación, desde esas tres identidades (Jóvenes Feministas).

Resta saber se estão se construindo espaços em que se destaca a identidade «ser jovem».

b) *Um «campo de juventude»?*

Objeto de disputa, atores, sistemas de posições e oposições

Os artigos descrevem situações em que o «ser jovem» funciona como uma identidade alavancadora de ações no espaço público. Diz o artigo brasileiro:

Para alguns grupos, a identidade juvenil assume um significado central na sua própria configuração e se expressa com muita ênfase na sua atuação política [...] Escolheram falar deste ângulo ao definir as demandas, pontuando, várias vezes, a percepção da existência de várias juventudes e, mesmo apontando os riscos que isso traz para a segmentação política, afirmaram a sua positividade como um traço da realidade contemporânea.

Algo similar foi apontado pelo artigo paraguaio. Para o autor, as contradições objetivas seriam aquelas derivadas da estrutura econômica e as contradições subjetivas aquelas que se constroem —dentro do setor juvenil ou em interação com demais atores sociais— em um jogo de representações que pressupõe intencionalidade, ou seja, participação ativa de sujeitos sociais específicos em sua construção. Conclusão:

Las juventudes subjetivas (aquellas consultadas), sin embargo, manifiestan, como ya se decía, una *identidad* mucho más asumida y tienden a exigir al mundo adulto más espacios para la toma de decisiones sobre las cuestiones que les afectan particularmente o aquellas que afectan a la sociedad en general.

A esta altura, uma pergunta se impõe: qual é o contexto e o principal espaço social onde se constrói hoje a identidade «ser jovem»? E que espaços ela mesma constrói? Que redefinição de espaços proporciona? O artigo paraguaio oferece um caminho de resposta: «El desarrollo del campo de la juventud debe partir de las luchas que las organizaciones libran por posicionarse en

el espacio público y en el imaginario social y deben servir como marco, tanto para teorizar como para desarrollar políticas públicas de juventud».

Ao que parece, evidencia-se uma equação: identidade juvenil/políticas públicas de juventude/campo de juventude. Cabe agora indagar até que ponto (inspirando-se, com bastante liberdade, nas teorias de Pierre Bourdieu) podemos falar na conformação de «um campo de juventude»? Quais atores se reconhecem e são reconhecidos como legítimos nesse campo? Qual o seu grau de consistência ou seu momento de estruturação? Qual são seus objetos de disputa? A partir de que regras se fazem as disputas? Mesmo sem pretensões conclusivas, os artigos oferecem algumas variadas pistas para se buscar respostas.

No que diz respeito aos atores: trata-se de um campo inter-geracional. É um campo onde se explicitam contradições entre juventude e «mundo adulto». É o que indica artigo chileno. Por um lado,

Ser joven no se construye en relación a lo que significa dejar de ser niño, sino a lo que implica no ser adulto. Es la figura del adulto la que está presente en la conversación. Esos son los elementos que marcan la frontera entre el «mundo joven» y el «mundo adulto», que en el fondo equivale a la frontera entre la «energía transformadora» y la «fuerza reproductora» del sistema.

Mas esta não é a clivagem principal. No interior do campo da juventude há lugar para alianças intergeracionais. Continua o mesmo artigo chileno, na constituição de um campo de juventude, «lo que parece más adecuado es interpretar la asociación entre alianzas entre organizaciones ‘de adultos’ y ‘de jóvenes’, que en el caso de la Educación, por ejemplo, hayan unido fuerzas profesores, apoderados y estudiantes en un movimiento por la educación pública, que lleva a la práctica esa demanda por un diálogo intergeneracional del que se habla en un minuto, esa unión entre ‘la voz de la experiencia’ y la ‘energía transformadora’».

Por outro caminho, o artigo brasileiro chega a conclusões semelhantes. Observa-se um processo em que jovens participativos e militantes atuam na conformação do «campo da juventude» e aí se constroem como jovens atores políticos. Diz o artigo, «a identidade juvenil não é, ela mesma, ‘natural’, referida a uma essência; ela tem de ser descoberta, acionada [...] Segundo uma jovem que atua em movimentos rurais no Brasil: ‘ser jovem é uma busca de solução dos nossos problemas [...] eu me descobri jovem tem mais ou menos quatro anos’». Nesse campo de disputa, os aliados e os opositores (pessoas jovens e/ou adultas) se fazem em torno da «solução dos problemas». Por isso mesmo, observa o artigo brasileiro:

Os jovens não consideram que a diferença etária ou geracional constitui uma desigualdade central: não se trata de pensar a sociedade como atravessada por uma oposição entre jovens e adultos. E, como os próprios jovens nos lembram, a juventude é uma construção social, cujo conteúdo se transforma e se disputa. O «ser jovem hoje», no Brasil, assim, parece estar se impregnando de novos significados, em parte pela própria experiência dos segmentos juvenis e pela interferência dos atores que assumiram esta identidade.

Já o artigo argentino —que, em seu conjunto, se propõe a relacionar a construção dos paradigmas hegemônicos sobre a juventude com as distintas posturas e políticas nas quais a sociedade e o Estado enquadram suas juventudes— discorre sobre os efeitos práticos da construção sociohistórica das noções de «moratória vital»⁷ e da moratória social na formação desse campo onde se equacionam concepções de geração⁸ e de ator político juvenil. As autoras do artigo alertam: não estão falando de

7 Vale aclarar que «la idea de «moratoria vital» es la base de todas las visiones acerca de la juventud, su materialidad librada de otro tipo de valoraciones o desigualdades».

8 «Cada generación es portadora de una sensibilidad distinta, de una nueva *episteme*, de diferentes recuerdos; es expresión de otra experiencia histórica», lembra o artigo argentino citando Margulis e Urresti (1998:3).

toda a juventude. E afirmam: «los y las jóvenes organizados que se piensan como generación con posibilidades de transformación o como actor político que defiende sus derechos visualizan con mayor pertinencia el mosaico que plantea la actualidad». Em seguida, concluem: caberia

A los jóvenes comprometidos con lo público que sostienen demandas y por ello mismo asumen la responsabilidad de aportar a la construcción de una conciencia transformadora en el resto de la juventud, a partir de un «compromiso» que también demandan entre sus pares.

Nessas interpretações, o «campo de juventude» não corresponderia à «juventude em geral/todas as classes» e nem a todas as juventudes das classes populares que são atingidas pelas contradições do capitalismo globalizado. São atores desse campo os jovens que atuam nele intencionalmente. Ora, restringindo-se à ótica das contradições objetivas, não seria possível que jovens de classes antagônicas se identificassem. Mas, pela ótica dos marcos geracionais comuns e das contradições subjetivas, é esperado e legítimo que os «organizados» busquem sensibilizar «o resto da juventude», seus pares geracionais.

Na composição intergeracional no «campo de juventude» estão presentes, como enumera o artigo argentino, «las organizaciones, los movimientos juveniles y las redes y espacios que trabajan con jóvenes». Também se fazem presentes instâncias de articulação de movimentos —como redes, fóruns, acampamentos—. Enfim, para além das diferenças e confluências, no conjunto podem ser vistos pela ótica da sociedade civil.

Com quem se enfrentam, dialogam, negociam? Aqui podemos perceber mais uma característica deste campo que, a rigor, deveria se chamar «campo das políticas públicas de juventude». Isto porque é o Estado —em todas as suas esferas e instâncias— o «outro» dessa interlocução. É dos poderes públicos que faz sentido exigir «direitos da juventude» ou fazer valer a concepção de juventude como «sujeito de direitos».

Sem dúvida, falar de poder público remete às institucionalidades (ministérios, secretarias, coordenadorias, conselhos e conferências de juventude), a um só tempo, criadoras e criaturas do «campo de juventude». Nessa configuração, surgem expectativas de participação, críticas e apostas na interlocução e negociação com o Estado.

No Brasil, os/as participantes dos grupos focais questionaram os poucos fóruns de políticas públicas abertos para que possam expressar sua voz, suas demandas, afirmar sua identidade.

No artigo argentino, reconhece-se que, nas últimas décadas, houve avanços em matéria de programas e políticas de juventude, mas se pergunta por que esses programas não têm conseguido reverter a imagem da juventude associada a problemas sociais e a uma faixa de mercado. Para o futuro próximo, a aposta está no

Camino de la desnaturalización de las visiones subyacentes sobre lo que es ser joven y su relación con el tipo de demandas de los y las jóvenes es una de las vías para empezar a trabajar desde las políticas públicas de la juventud con la juventud en la transformación y el cambio que esperamos en base a una mirada de derechos. [...] para exigir respuestas del Estado y de los adultos.

O artigo chileno faz uma análise crítica das «instituciones encargadas de las políticas de juventud [que] han buscado acomodar forzosamente a los jóvenes a sus lineamientos de políticas y mecanismos de participación formalizados que no siempre se ajustan a las formas de organización juvenil y que no siempre interpretan el sentido de sus intereses». Seus autores chamam a atenção para o fato de que —nas respostas dos grupos focais— não tenham havido referências «directas al uso del tiempo libre o al entretenimiento, que ha sido uno los focos más recurrentes en materia de políticas de juventud». Porém, aquí a crítica tem mão dupla. Os autores chilenos criticam, «por el otro lado, las organizaciones juveniles suelen mantener una relación meramente

instrumental con las instituciones —obtener algunos recursos financieros vía proyectos concursables—, por lo demás, no siempre efectiva, sin que eso reduzca la reivindicación que se hace a la autogestión».

Em resumo, o «campo da juventude» é intergeracional; pressupõe intencionalidade dos atores juvenis; congrega atores sociedade civil e do Estado/governos e remete à existência espaços institucionais de políticas públicas de juventude. Seus objetos de disputas se constituem a partir da identificação e reconhecimento de demandas juvenis e da implantação programas e projetos voltados para a juventude, embora haja expectativa de que suas ações possam repercutir em políticas setoriais universais. Em seu interior se expressam alianças e oposições múltiplas e conjunturais. Nele, diferentes atores se posicionam e se reposicionam tanto a partir das questões/demandas juvenis em jogo, quanto a concepções subjacentes que definem a juventude e seus direitos.

6. NOTA FINAL

Está em curso um processo que vem provocando questionamentos e modulações nas imagens dominantes que a sociedade constrói sobre os sujeitos jovens. E como a linguagem não é apenas um veículo, mas é também construtora da realidade social, renovamos aqui a aposta de que as opiniões dos/as jovens e as hipóteses analíticas contidas neste livro poderão jogar um papel ativo para o nascimento de novas percepções e experimentações sociais que respondam a necessidades e aspirações juvenis de hoje.

Nos artigos reunidos nesta publicação, revelam-se ambigüidades e ambivalências presentes em diferentes tipos de percencimentos e espaços de juventude. De maneira mais velada ou mais aberta, surgem críticas sobre os limites da «participação» dos/das jovens, tanto nas organizações da sociedade civil como em espaços governamentais.

Do nosso ponto de vista, esperamos que tais críticas possam contribuir para uma posterior reflexão interna das próprias organizações e dos próprios movimentos. Tais críticas também podem ser vistas como subsídios para correção de rotas de políticas de juventude, nas quais se repetem conhecidas lógicas de oferecimento de pacotes prontos. Contribuir criticamente é o objetivo principal da pesquisa «Juventude e integração sul-americana». Nossa proposta é «produzir conhecimento para a ação política» visando tanto ao fortalecimento de espaços de organizações juvenis quanto ao aperfeiçoamento das políticas públicas voltadas para a juventude.

QUADRO 2: LISTA DOS COLETIVOS QUE PARTICIPARAM DOS GRUPOS FOCAIS

País	Grupo(s)	Temas
Argentina (78 participantes)	Red Tejearte (Mendoza), Área Cultural de la Juventud, Fundación Gente Nueva (Bariloche), Culebron Timbal (provincia de Buenos Aires).	Cultura
	Participantes dos Encuentros de Mujeres de Argentina, MTD Evita, De Boca em Boca, Mujeres Feministas Anticapitalistas, Católicas por el Derecho de Decidir.	Gênero
	Red Nacional de Jóvenes y Adolescentes para la Salud Sexual y Reproductiva.	Saúde sexual e reprodutiva
	Ecoclubes, Agencia de Desarrollo Local (Abra Pampa, provincia de Jujuy)	Meio-ambiente
	Plataforma Federal de Juventudes	Participação em políticas públicas
	Jovens de sindicatos pertencentes à Central de Trabajadores Argentinos.	Trabalho
	Participantes da Semana por el Derecho a la Educación en Argentina, Centro Estudiantes Colegio Pellegrini (Buenos Aires), Etis (conurbano Buenos Aires), Crear desde la Educación Popular (La Plata)	Educação

País	Grupo(s)	Temas
Bolívia (64 participantes)	Asociación de Arte, Cultura y Deporte	Cultura e esporte
	Corporación Quijotadas	Cultura, em especial teatro
	Ecoclubes	Meio-ambiente
	Jóvenes auténticamente Guardieños para la Renovación (Jaguar)	Saúde sexual e reprodutiva
	Kopajira Ari	Trabalho, renda, economia solidária
	Sindicato de Mujeres Trabajadoras Asalariadas del Hogar	Trabalho
Brasil	10 grupos ligados a Centros Culturais de Periferia – São Paulo	Cultura
	Duas sessões sobre Passe Livre. Uma com Movimento do Passe Livre, outra com membros da União Paranaense dos Estudantes Secundaristas, União Municipal dos Estudantes Secundaristas de Curitiba e União Paranaense de Estudantes - Curitiba	Circulação
	Coletivos juvenis de sindicatos e centrais sindicais	Trabalho
	Ocupação da reitoria da Universidade de Brasília	Educação
	Grupos de trabalhadores rurais	Trabalho
	Organizações de combate à violência – Fórum de Acesso Livre aos Estudantes, Instituto Coletivo de Formação – Recife	Vida segura
	Jovens feministas	Gênero
	Jovens do Fórum Baiano de Juventude Negra - Salvador	Combate ao racismo
	Pré-vestibulares comunitários – Rio de Janeiro	Educação
	Associação Software Livre – Porto Alegre	Novas tecnologias
	Juventude do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra	Terra

País	Grupo(s)	Temas
Chile (43 participantes)	Asamblea Feminista Autonomo, Agrupación Violeta Parra, Colectivo Negra Resistência (cidade de Iquique)	Gênero
	Operante Teatro, Radio Comunitaria Villa Linda, Radio Comunitaria Nueva Aurora, Centro Cultural y Colectivo Teatral La Mandrágora, Colectivos Cultural 1906 - Valparaíso	Cultura
	Jovens que militam em organizações juvenis (não especificadas) - Concepción	Altermundialismo
	Jovens imigrantes do Peru (não pertencem a organizações) - Santiago	Situação dos imigrantes, trabalho, racismo
Paraguai (34 participantes)	India Juliana e Las Ramonas	Gênero
	Movimiento por la Objeción de Conciencia (MOC)	Serviço militar obrigatório
	Organización de Lucha por la Tierra (OLT)	Terra, trabalho, meio-ambiente
Uruguai (43 participantes)	Murga Joven	Cultura
	Jóvens sindicalistas da Central de Trabajadores del Uruguay	Trabalho
	Jóvenes feministas	
	Cooperativas agrárias	

Observação: além dos grupos focais com jovens, todos os países realizaram entrevistas com mediadores(as), especialistas e técnicos(as) em políticas públicas de juventude.

Fonte: elaboração a partir dos artigos e dos relatórios nacionais sobre os grupos focais.

RIO DE JANEIRO, OCTUBRO DE 2008

SOBRE LOS AUTORES Y AUTORAS

ANNA LUIZA SALLES SOUTO, brasileira, socióloga, coordenadora executiva do Instituto Pólis (São Paulo, Brasil). É coordenadora adjunta do projeto «Juventudes sul-americanas: diálogos para a construção da democracia regional», desenvolvido em parceria com o IBASE, e responsável pela coordenação geral da seção brasileira da pesquisa.

Email: anilu@polis.org.br.

CECILIA LÓPEZ CHAPATO, argentina, licenciada en sociología y profesora en enseñanza media y superior en sociología. Docente en la Universidad de Buenos Aires y en la Universidad Autónoma de Entre Ríos. Desde el año 2003 forma parte del equipo técnico de Fundación SES. Actualmente conforma el equipo de investigación del proyecto «Juventudes sudamericanas. Diálogos para la construcción de la democracia regional».

E-Mail: cecilialopezchapato@yahoo.com.ar.

CECILIA TOMASSINI, uruguaya, socióloga, integrante del Grupo de Estudios Urbanos y Generacionales del Departamento de Sociología, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de La República.

E-Mail: cecitomassini@gmail.com.

DANA BORZESE, argentina, licenciada en sociología por la Universidad de Buenos Aires (UBA). Coordina el Área de Monitoreo, Evaluación y Sistematización de Fundación SES y el capítulo argentino del proyecto de investigación «Juventudes sudamericanas. Diálogos para la construcción de la democracia regional». También coordina otros proyectos de investigación y de intervención en temas de juventud y políticas públicas. Cuenta con algunas publicaciones en estas temáticas.

E-Mail: danaborzese@gmail.com.

DIEGO SEGOVIA, paraguayo, sociólogo, miembro investigador de BASE Investigaciones Sociales (BASE-IS), docente de sociología en universidades de Asunción.

E-Mail: diesegovia@gmail.com.

ELIANE RIBEIRO, doutora em educação, cientista social, professora do Programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pesquisadora com ênfase nos campos da juventude, educação de jovens e adultos e políticas públicas. Participa da equipe técnica da pesquisa «Juventude e integração sul-americana: diálogos para a construção da democracia regional».

E-Mail: elianeribeiro@domain.com.br.

FELIPE GHIARDO (Curicó, 1976), licenciado en sociología por la Universidad de Chile, y diplomado en juventud y políticas sociales. Investigador desde 2001 del Centro de Estudios Sociales CIDPA. Ha trabajado y publicado en temáticas relacionadas con jóvenes y condiciones juveniles. Entre sus publicaciones recientes destacan los libros *Trayectorias sociales juveniles. Ambivalencias y discursos sobre el trabajo* (con Oscar Dávila, 2008); *Los desheredados. Trayectorias de vida y nuevas condiciones juveniles* (con Oscar Dávila y Carlos Medrano, 2006).

E-Mail: felipe@cidpa.cl.

HÉCTOR SOLÓRZANO, chileno, licenciado en sociología por la Universidad Arturo Prat de Iquique. Integrante del equipo profesional del Centro de Estudios Sociales CIDPA y forma parte del proyecto de estudio «Juventudes sudamericanas. Diálogos para la construcción de la democracia regional». Se ha desempeñado como docente universitario en las áreas de sociología de la educación y metodologías y enfoques de investigación social.

E-Mail: hector@cidpa.cl.

HELENA WENDEL ABRAMO, brasileira, socióloga, mestre em sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). É assessora da Comissão da Juventude da Câmara Municipal de São Paulo e consultora do Instituto Pólis na coordenação da seção brasileira da pesquisa «Juventudes sul-americanas: diálogos para a construção da democracia regional». Foi conselheira do Conselho Nacional de Juventude (2005-07), e integrou a coordenação do Projeto Juventude, desenvolvido pelo Instituto Cidadania entre 2003 e 2004, que resultou, entre outros produtos, na publicação *Retratos da juventude brasileira: análise de uma pesquisa nacional*, publicada pela Editora da Fundação Perseu Abramo em 2005.

E-Mail: hwabramo@yahoo.com.br.

ITAMAR SILVA, jornalista, graduado em comunicação social (jornalismo) pela Faculdade de Comunicação Hélio Alonso (FACHA). Foi membro da Diretoria Colegiada e Coodernador da área de Desenvolvimento Comunitário da Fundação Centro de Defesa dos Direitos Humanos Bento Rubião entre 1989 e 2003, tendo coordenado projetos como Fortalecimento Comunitário no projeto APDA-RIO; Clube Recreativo União e Lazer; e Diagnóstico Rápido Participativo. Está no IBASE desde 2003, onde coordenada as linhas programáticas «Direito à Cidade» e «Juventude, Participação e Democracia». Foi coordenador geral das pesquisas «Juventude brasileira e democracia participação, esferas e políticas públicas» (2004/2005), «Juventude e integração sul-Americana: caracterização de situações-tipo e organizações juvenis» (2007/2008) e atualmente coordena pelo IBASE o estudo «Juventudes sul-americanas: diálogos para a construção da democracia regional».

E-Mail: itamar@ibase.br.

LILIÁN CELIBERTI, uruguaya, maestra, coordinadora de Cotidiano Mujer. co-coordinadora del proyecto «Juventudes sudamericanas. Diálogos para la construcción de la democracia regional». Experta en temas de género y desarrollo.

E-Mail: lilice@cotidianomujer.org.uy.

MARIANA CASTAINGS, uruguaya, socióloga, integrante del Grupo de Estudios Urbanos y Generacionales del Departamento de Sociología, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de La República.

E-Mail: noctiluca101@hotmail.com.

MARIANA FOSSATTI, uruguaya, socióloga, integrante del Grupo de Estudios Urbanos y Generacionales del Departamento de Sociología, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de La República.

E-Mail: mfossatti@gmail.com.

MARIO YAPU, sociólogo y antropólogo. Es doctor en sociología por la Universidad Católica de Lovaina, Bélgica. Actualmente es director académico de la Universidad para la Investigación Estratégica en Bolivia (U-PIEB). Es autor de *Escuelas primarias y formación docente en tiempos de reforma* (T. I y II) (2003); *Percepciones sobre discriminación, etnicidad, racismo y educación intercultural bilingüe* (2004); compilador de *Modernidad y pensamiento descolonizador. Memoria Seminario Internacional* (2006); y coordinador de *Pautas metodológicas para investigaciones cualitativas y cuantitativas en ciencias sociales y humanas* (2006) y de *Escuelas indígenas, cuidado de llamas y manejo del agua en comunidades rurales de Potosí* (2008).

E-Mail: marioyapu@upieb.edu.bo.

MAURÍCIO SANTORO, periodista y doctor en ciencia política. Actualmente, es funcionario del gobierno federal brasileño, de la carrera de Especialista en Políticas Públicas y Gestión Gubernamental. Fue investigador de IBASE, miembro del Consejo Nacional de Juventud de Brasil y profesor de la Fundación Getúlio Vargas y de la Universidad Candido Mendes.

E-Mail: msantoro@iuperj.br.

MAXIMILIANO DUARTE, uruguayo, sociólogo, integrante del Grupo de Estudios Urbanos y Generacionales del Departamento de Sociología, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de La República.

E-Mail: duarte.maximiliano@gmail.com.

OSCAR DÁVILA (Valparaíso, 1964), trabajador social por la Universidad Católica de Valparaíso, con estudios de Maestría en Ciencias Sociales de la Universidad ARCIS (Arte y Ciencias Sociales); y en la actualidad es doctorando del «Programa de doctorado en el estudio de las sociedades latinoamericanas» de la Universidad ARCIS de Santiago de Chile. Desde hace 20 años se desempeña como investigador del Centro de Estudios Sociales CIDPA Valparaíso. Ha trabajado en diversos proyectos de investigación, publicado y dictado conferencias en Chile y América Latina sobre temáticas de juventud, políticas públicas de juventud, políticas y desarrollo social, y actores sociales. También es integrante de la Red Iberoamericana de Expertos en Juventud de la Organización Iberoamericana de Juventud. Desde 1993 es director de la *Revista Última Década*, revista especializada en temáticas de juventud chilena y latinoamericana.

E-Mail: oscar@cidpa.cl.

PATRÍCIA LÂNES, mestre em sociologia (com concentração em antropologia) pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/IFCS/UFRJ). É pesquisadora do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) desde 1998 nas linhas programáticas «Juventude, Participação e Democracia» e «Direito à Cidade». Faz parte do Grupo de Pesquisa do Observatório Jovem da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF). Fez parte da equipe técnica das pesquisas «Juventude brasileira e democracia: participação, esferas e políticas públicas» (2004/2005); «Juventude e integração sul-americana: caracterização de situações-tipo e organizações juvenis» (2007/2008) e atualmente participa da equipe técnica do estudo «Juventudes sul-americanas: diálogos para a construção da democracia regional».

E-Mail: planes@ibase.br.

PAULINA MORA, chilena, licenciada en socioeconomía por la Universidad de Valparaíso. Integrante del equipo profesional del Centro de Estudios Sociales CIDPA del programa «Estrategias de apoyo técnico para la elaboración de políticas comunales de educación municipal. Además forma parte del proyecto de estudio «Juventudes sudamericanas. Diálogos para la construcción de la democracia regional».

E-Mail: paulina@cidpa.cl.

REGINA CÉLIA REYES NOVAES, antropóloga, fez graduação em ciências sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1973), mestrado em antropologia social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1979) e doutorado em ciências humanas (antropologia social) pela Universidade de São Paulo (1989). Como professora do Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia, do IFCS, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, orientou pesquisas de iniciação científica, dissertações e teses nos seguintes temas: movimentos sociais, cultura e juventude. Foi editora da *Revista Religião e Sociedade* de 1995 até 2005. Foi Secretaria Nacional de Juventude Adjunta e presidente do Conselho Nacional de Juventude de 2005 até março de 2007. Atualmente, como pesquisadora do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), prossegue desenvolvendo o Projeto Juventude, Identidades e Expressões Culturais. É Consultora temática do IBASE onde se desenvolve a pesquisa «Juventude e integração sul americana. Também participa como consultora do Informe sobre Juventude no Mercosul, em realização pelo PNUD. Publicou vários libros e artigos em revistas especializadas. Entre eles *Jovens do Rio e Juventude, cultura e cidadania* (ISER, 2002); *Juventude e sociedade* em parceria com Paulo Vannuchi (Perseu Abramo, 2004).

E-Mail: novaes-regina@uol.com.br.

ROBERTA RUIZ, argentina, licenciada en sociología por la Universidad de Buenos Aires (UBA) y candidata a Magíster en Diseño y Gestión de Políticas y Programas Sociales. Desde 2005 integra los equipos técnicos de Fundación SES. Participa del equipo del proyecto de investigación «Juventudes sudamericanas. Diálogos para la construcción de la democracia regional» y de otros proyectos de investigación desarrollados por la institución.

E-Mail: robertaccoop@yahoo.com.ar.

VERÓNICA FILARDO, uruguaya, socióloga, máster en sociología y máster en desarrollo local y regional. Co-coordinadora del proyecto «Juventudes sudamericanas. Diálogos para la construcción de la democracia regional». Profesora Agregada de la Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de La República. Coordinadora del Grupo de Estudios Urbanos y Generacionales del Departamento de Sociología, Facultad de Ciencias Sociales.

E-Mail: filardo.veronica@gmail.com.